

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	14
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	25
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	26
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	123
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	128
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	129
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	130

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

131

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	28.014
Preferenciais	8.290
Total	36.304
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	16.589.813	14.977.521	13.849.277
1.01	Ativo Circulante	5.239.596	5.587.631	6.350.649
1.01.01	Disponibilidades	139.845	128.894	188.224
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.560.084	2.069.962	2.367.311
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	419.986	761.099	1.145.127
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.140.098	1.308.863	1.222.184
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	175.780	278.608	343.033
1.01.03.01	Carteira Própria	8.564	202.083	187.989
1.01.03.02	Vinculados a Prestação de Garantias	167.216	74.249	78.798
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	0	0	26.112
1.01.03.04	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	2.276	50.134
1.01.04	Relações Interfinanceiras	514.035	517.716	583.592
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	0	9.677	13
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	513.635	507.707	583.444
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	400	332	135
1.01.05	Relações Interdependências	33.162	37.595	27.056
1.01.05.01	Transferência Interna de Recursos	33.162	37.595	27.056
1.01.06	Operações de Crédito	2.327.226	2.098.939	2.452.299
1.01.06.01	Setor Público	22.199	0	0
1.01.06.02	Setor Privado	2.402.402	2.207.256	2.595.940
1.01.06.03	Provisão para Operação de Crédito	-97.375	-108.317	-143.641
1.01.08	Outros Créditos	357.658	340.222	388.240
1.01.08.01	Rendas a Receber	56.575	52.512	34.069
1.01.08.02	Créditos Específicos	0	858	0
1.01.08.03	Créditos Tributários	144.596	140.320	235.327
1.01.08.04	Impostos e Contribuições a Pagar	41.082	53.673	33.358
1.01.08.05	Pagamentos a Ressarcir	33.435	24.384	2.479
1.01.08.06	Valores a Receber de Sociedades Ligadas	13.159	5.555	14.131

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.01.08.07	Adiantamentos e Antecipações Salariais	7.589	4.692	4.812
1.01.08.08	Provisões para Outros Créditos	-1.163	-1.205	-1.163
1.01.08.09	Devedores por Depósitos em Garantias	13.775	0	22.822
1.01.08.10	Devedores Diversos - País	48.494	59.433	42.405
1.01.08.12	Negociações e Intermediação de Valores	116	0	0
1.01.09	Outros Valores e Bens	131.806	115.695	894
1.01.09.01	Despesas Antecipadas	241	8	137
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	160.594	141.327	757
1.01.09.03	Provisão para Desvalorizações	-29.029	-25.640	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.538.760	8.670.547	6.814.796
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.113.953	2.709.178	939.056
1.02.02.01	Carteira Própria	2.561.060	2.538.823	851.332
1.02.02.02	Vinculados ao Banco Central	156.913	50.343	34.816
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	257.052	120.012	52.908
1.02.02.04	Vinculados a Compromisso de Recompras	138.928	0	0
1.02.03	Relações Interfinanceiras	100.232	95.216	90.556
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	100.232	95.216	90.556
1.02.05	Operações de Crédito	6.262.095	4.800.555	4.663.724
1.02.05.01	Setor Público	24.007	0	0
1.02.05.02	Setor Privado	6.447.729	5.046.975	4.860.111
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-209.641	-246.420	-196.387
1.02.07	Outros Créditos	1.061.516	1.065.598	976.128
1.02.07.01	Rendas a Receber	554	67	285
1.02.07.02	Créditos Específicos	7	0	5.341
1.02.07.03	Créditos Tributários	316.726	336.086	286.665
1.02.07.04	Impostos e Contribuições a Pagar	0	1.152	975
1.02.07.05	Pagamentos a Ressarcir	0	3.188	18.278
1.02.07.06	Valores a Receber Sociedades Ligadas	0	8.298	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.07.07	Adiantamentos e Antecipações Salariais	0	233	0
1.02.07.09	Devedores por Depósitos em Garantias	743.411	715.983	657.853
1.02.07.10	Devedores Diversos - Pais	818	591	0
1.02.07.11	Títulos e Créditos a Receber	0	0	6.731
1.02.08	Outros Valores e Bens	964	0	145.332
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	959	0	149.171
1.02.08.02	Despesas Antecipadas	5	0	4
1.02.08.03	Provisões para Desvalorizações	0	0	-3.843
1.03	Ativo Permanente	811.457	719.343	683.832
1.03.01	Investimentos	639.566	527.724	480.010
1.03.01.02	Participações em Controladas	639.282	525.264	477.489
1.03.01.04	Outros Investimentos	432	2.521	2.521
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-148	-61	0
1.03.02	Imobilizado de Uso	51.494	50.028	51.407
1.03.02.01	Imoveis de Uso	54.989	54.989	54.989
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	124.117	113.281	105.595
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-127.612	-118.242	-109.177
1.03.04	Intangível	120.397	141.591	152.415
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	249.766	252.720	231.772
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-129.369	-111.129	-79.357

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	16.589.813	14.977.521	13.849.277
2.01	Passivo Circulante	8.365.560	7.780.429	7.058.121
2.01.01	Depósitos	7.436.381	6.862.034	5.880.883
2.01.01.01	Depositos a Vista	786.314	972.421	814.563
2.01.01.02	Depositos de Poupança	2.057.390	1.867.769	1.716.586
2.01.01.03	Depositos Interfinanceiros	0	193.064	225.672
2.01.01.04	Depositos a Prazo	4.592.677	3.828.780	3.124.062
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	340.745	312.652	482.849
2.01.02.01	Carteira Propria	314.288	77.242	50.011
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	26.457	235.410	432.838
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	110.037	136.639	201.994
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	110.037	136.639	201.994
2.01.04	Relações Interfinanceiras	6	55	4
2.01.04.01	Relações Interfinanceiras	6	55	4
2.01.05	Relações Interdependências	1.482	2.982	290
2.01.05.01	Recursos em Transitos de Terceiros	1.482	2.982	290
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	0	10	1.340
2.01.06.01	Emprestimos no Exterior	0	10	1.340
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	34.401	55.445	46.349
2.01.07.01	Tesouro Nacional	13	172	195
2.01.07.02	Banco do Brasil	6.306	11.493	13.015
2.01.07.03	BNDES	9.030	17.487	10.148
2.01.07.05	FINAME	19.052	26.293	22.991
2.01.09	Outras Obrigações	442.508	410.612	444.412
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	41.701	9.511	10.945
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	34	0	7
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	42.989	15.790	24.319
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	66.390	66.652	51.666

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.09.06	Recursos para Destinação Específica	44	72	240
2.01.09.07	Obrigações Atuariais CVM 695/2012	5.849	40.780	35.095
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas Elegíveis de Capital	39.140	113.566	34.316
2.01.09.09	Provisões e Passivos Contingentes	54.594	15.832	61.693
2.01.09.10	Diversas	91.693	43.267	20.642
2.01.09.11	Provisões para Pagamentos a Efetuar	44.319	36.085	106.590
2.01.09.12	Obrigações por Convênios Oficiais	14.057	15.676	30.125
2.01.09.13	Cheques Administrativos	6.565	10.815	8.237
2.01.09.14	Pagamentos a Processar	0	10.195	35.960
2.01.09.15	Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamentos	28.219	26.203	22.890
2.01.09.16	Obrigações com Bandeiras e Associados BRB Card	6.914	6.168	1.687
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.486.928	5.831.998	5.527.607
2.02.01	Depósitos	4.665.817	4.028.721	3.840.929
2.02.01.01	Depósitos a prazo	4.665.817	4.028.721	3.840.929
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	94.464	67.601	85.914
2.02.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Créditos e Similares	94.464	67.601	85.914
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	94.056	119.603	177.851
2.02.07.01	Tesouro Nacional	67	1.183	1.232
2.02.07.02	Banco do Brasil	17.656	24.817	38.167
2.02.07.03	BNDES	41.916	44.800	63.120
2.02.07.05	FINAME	34.417	48.803	75.332
2.02.09	Outras Obrigações	1.632.591	1.616.073	1.422.913
2.02.09.01	Sociais e Estatutárias	2.147	0	0
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	50.205	38.215	35.345
2.02.09.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	0	35.574	135.160
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	582.521	517.103	456.559
2.02.09.05	Obrigações Atuariais CVM 695/2012	400.500	402.908	315.855
2.02.09.06	Provisões e Passivos Contingentes	520.122	543.760	473.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.09.07	Diversos	104	3.339	6.817
2.02.09.08	Provisões Paga Pagamentos a Efetuar	76.992	75.174	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.737.325	1.365.094	1.263.549
2.05.01	Capital Social Realizado	900.000	900.000	900.000
2.05.04	Reservas de Lucro	997.617	688.595	559.590
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-160.292	-223.501	-196.041
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-160.292	-223.501	-196.041

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.330.395	2.277.299	2.440.119
3.01.01	Operações de Crédito	1.974.277	1.954.646	2.095.989
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	324.255	290.243	310.357
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	0	-61	0
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	3.970	4.544	3.424
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	27.893	27.927	30.349
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-699.492	-784.964	-1.071.644
3.02.01	Operações de Captações no Mercado Aberto	-612.393	-620.342	-840.665
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-3.362	-4.717	-3.713
3.02.03	Provisões para Operações de Crédito	-83.737	-159.905	-227.266
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.630.903	1.492.335	1.368.475
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.058.864	-1.057.280	-1.000.652
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	186.938	194.225	185.202
3.04.02	Despesas de Pessoal	-829.979	-770.508	-763.114
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-457.535	-455.397	-450.319
3.04.04	Despesas Tributárias	-99.385	-97.604	-94.932
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	121.120	141.317	162.988
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-124.311	-150.195	-139.645
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	144.288	80.882	99.168
3.05	Resultado Operacional	572.039	435.055	367.823
3.06	Resultado Não Operacional	-2.888	-26.364	-2.990
3.06.01	Receitas	0	6.321	8.216
3.06.02	Despesas	0	-32.685	-11.206
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	569.151	408.691	364.833
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-53.257	-36.498	-28.034
3.08.01	Provisão para IR	-29.433	-19.604	-14.935
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-23.824	-16.894	-13.099
3.09	IR Diferido	-29.899	-87.916	-43.819

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.09.01	Ativo Fiscal Diferido	-29.899	-87.916	-43.819
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-67.159	-36.528	-38.716
3.10.01	Participações	-67.159	-36.528	-38.716
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	418.836	247.749	254.264
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	11,5367	6,8242	7,0036

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	418.836	247.749	254.264
4.02	Outros Resultados Abrangentes	63.209	-27.460	-32.129
4.02.01	Ganho/Perdas Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.853	-22	4.063
4.02.02	Efeito Fiscal TVM	-4.177	25	-1.875
4.02.03	Passivo Atuarial	43.011	-84.655	-55.796
4.02.04	Efeito Fiscal Passivo Atuarial	15.524	57.031	21.636
4.02.05	Coligadas e Controladas	-2	161	-157
4.03	Resultado Abrangente do Período	482.045	220.289	222.135

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-85.760	-301.084	705.791
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	588.633	592.651	567.443
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Impostos	569.151	408.691	364.833
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	59.815	58.255	44.160
6.01.01.03	Provisões para Operações de Crédito	83.737	159.905	227.266
6.01.01.04	Provisão para Contingências	56.827	50.462	37.677
6.01.01.05	Provisão para Perdas/Desvalorizações	3.389	-26.364	-2.990
6.01.01.06	Créditos Tributários	27.074	48.456	27.581
6.01.01.07	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-144.288	-80.882	-99.168
6.01.01.08	Outros Ajustes	87	10.656	6.800
6.01.01.09	Participações no Lucro	-67.159	-36.528	-38.716
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-674.393	-893.735	138.348
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	230.926	-9.432	-71.213
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-297.273	-1.716.128	-26.501
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.549	53.420	-262.121
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.773.564	56.624	320.897
6.01.02.05	Outros Créditos	-28.438	-87.038	-17.778
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-347	48.201	5.134
6.01.02.07	Outras Obrigações	82.976	5.307	19.742
6.01.02.08	Passivos Fiscais	-262	15.129	14.007
6.01.02.09	Depósitos	1.211.443	1.168.943	732.248
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	28.093	-170.197	-118.571
6.01.02.11	Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	261	-83.668	-341.290
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-46.601	-50.482	-44.353
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social	-83.156	-124.414	-71.853
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.845	-4.251	-81.441
6.02.01	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	33.016	18.067	8.164
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	915	1.764	255

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.03	Alienação do Intangível	141	0	2.572
6.02.04	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários de Controladas	2	-162	0
6.02.05	Juros Sobre Capital Próprio/Dividendos Recebidos	37.044	47.534	65.372
6.02.06	Inversões de Bens Não de Uso Próprio	-53.133	-9.373	-62.609
6.02.07	Inversões em Imobilizado de Uso	-13.721	-11.557	-2.884
6.02.08	Inversões do Intangível	-27.422	-36.259	-78.197
6.02.09	Inversões em Investimentos	-6.787	-14.265	-14.114
6.02.10	Alienação de Investimentos	2.100	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-154.396	-60.776	-68.111
6.03.01	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-44.582	40.208	62.966
6.03.02	Juros Sobre o Capital Próprio/Dividendos	-109.814	-85.439	-131.077
6.03.05	Dividendos Declarados e Não Pagos	0	-15.545	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-268.001	-366.111	556.239
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.957.865	2.323.976	1.767.737
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.689.864	1.957.865	2.323.976

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	900.000	0	0	688.595	0	-223.501	1.365.094
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	900.000	0	0	688.595	0	-223.501	1.365.094
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	418.836	0	418.836
5.05	Destinações	0	0	0	309.022	-418.836	0	-109.814
5.05.01	Dividendos	0	0	0	49.344	-159.158	0	-109.814
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	259.678	-259.678	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	20.942	-20.942	0	0
5.05.03.02	Reserva para Margem Operacional	0	0	0	238.736	-238.736	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	63.209	63.209
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	4.674	4.674
5.07.04	Ajustes de Passivo Atuarial	0	0	0	0	0	58.535	58.535
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	997.617	0	-160.292	1.737.325

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	900.000	0	0	559.590	0	-196.041	1.263.549
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	900.000	0	0	559.590	0	-196.041	1.263.549
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	247.749	0	247.749
5.05	Destinações	0	0	0	146.765	-247.749	0	-100.984
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-6.575	-8.970	0	-15.545
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	153.340	-238.779	0	-85.439
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	12.387	-12.387	0	0
5.05.03.02	Reservas p/ Margem Operacional	0	0	0	140.953	-140.953	0	0
5.05.03.03	Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-85.439	0	-85.439
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	-17.760	0	-27.460	-45.220
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	164	164
5.07.04	Ajustes de Passivo Atuarial	0	0	0	-17.760	0	-27.624	-45.384
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	688.595	0	-223.501	1.365.094

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	900.000	0	0	436.403	0	-163.912	1.172.491
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	900.000	0	0	436.403	0	-163.912	1.172.491
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	254.264	0	254.264
5.05	Destinações	0	0	0	123.187	-254.264	0	-131.077
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-32.082	-15.545	0	-47.627
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-83.450	0	-83.450
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	155.269	-155.269	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	12.997	-12.997	0	0
5.05.03.02	Reserva p/ Margem Operacional	0	0	0	142.272	-142.272	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-32.129	-32.129
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.031	2.031
5.07.04	Ajustes de Passivo Atuarial	0	0	0	0	0	-34.160	-34.160
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	559.590	0	-196.041	1.263.549

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	2.256.471	2.083.708	2.225.335
7.01.01	Intermediação Financeira	2.330.395	2.277.299	2.440.119
7.01.02	Prestação de Serviços	186.938	194.225	185.202
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-83.737	-159.905	-227.266
7.01.04	Outras	-177.125	-227.911	-172.720
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-174.237	-201.547	-169.730
7.01.04.02	Resultado Não Operacional	-2.888	-26.364	-2.990
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-615.755	-625.059	-844.378
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-210.419	-187.691	-195.735
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-25.963	-22.707	-21.668
7.03.02	Serviços de Terceiros	-184.456	-164.984	-174.067
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.430.297	1.270.958	1.185.222
7.05	Retenções	-59.815	-58.255	-44.160
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.815	-58.255	-44.160
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.370.482	1.212.703	1.141.062
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	144.288	80.882	99.168
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	144.288	80.882	99.168
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.514.770	1.293.585	1.240.230
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.514.770	1.293.585	1.240.230
7.09.01	Pessoal	767.299	682.666	680.657
7.09.01.01	Remuneração Direta	503.753	457.089	450.396
7.09.01.02	Benefícios	93.404	89.866	89.849
7.09.01.03	F.G.T.S.	36.960	36.023	35.459
7.09.01.04	Outros	133.182	99.688	104.953
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	312.380	346.388	287.958
7.09.02.01	Federais	309.757	334.022	275.681
7.09.02.02	Estaduais	31	6	12
7.09.02.03	Municipais	2.592	12.360	12.265

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.255	16.782	17.351
7.09.03.01	Aluguéis	16.255	16.782	17.351
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	418.836	247.749	254.264
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100.843	85.438	131.077
7.09.04.02	Dividendos	0	15.545	32.082
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	317.993	146.766	91.105

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	17.058.749	15.308.862	14.185.128
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	562.635	894.017	1.342.280
1.02	Ativos Financeiros	14.020.553	11.978.999	10.354.589
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	109.127	102.666	1.409.729
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	0	73.746
1.02.01.03	Títulos Disponíveis para Venda	0	0	994.448
1.02.01.04	Títulos Mantidos até o Vencimento	109.127	102.666	341.535
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	13.911.426	11.876.333	8.944.860
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	3.282.991	3.000.536	0
1.02.03.02	Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	10.065	240.991	231.559
1.02.03.03	Empréstimos Recebíveis de Clientes	11.006.231	9.017.625	9.057.165
1.02.03.04	Provisões para Perdas de Créditos Esperadas	-387.861	-382.819	-343.864
1.03	Tributos Diferidos	576.979	594.080	614.450
1.03.01	Correntes	53.533	70.953	50.669
1.03.02	Diferidos	523.446	523.127	563.781
1.04	Outros Ativos	1.674.568	1.634.000	1.648.738
1.04.03	Outros	1.160.933	1.126.293	1.063.882
1.04.04	Reservas no Banco Central	513.635	507.707	584.856
1.06	Imobilizado	98.852	60.739	66.644
1.07	Intangível	125.162	147.027	158.427
1.07.01	Intangíveis	125.162	147.027	158.427

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	17.058.749	15.308.862	14.185.128
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.949.947	11.818.051	10.973.197
2.03.01	Depósitos	11.995.328	10.772.510	9.833.714
2.03.02	Dívidas Subordinadas	621.661	666.243	626.035
2.03.03	Outros Passivos Financeiros	332.958	379.298	513.448
2.04	Provisões	584.369	571.024	545.540
2.05	Passivos Fiscais	140.256	110.450	86.271
2.05.01	Correntes	93.412	72.236	50.921
2.05.02	Diferidos	46.844	38.214	35.350
2.06	Outros Passivos	1.470.345	1.209.159	1.115.154
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.913.832	1.600.178	1.464.966
2.08.01	Capital Social Realizado	900.000	900.000	900.000
2.08.04	Reservas de Lucros	1.004.041	755.682	599.986
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-162.674	-206.852	-174.292
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	172.465	151.348	139.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	3.101.881	3.012.804	3.090.762
3.01.01	Receita com Juros e Similares	2.669.585	2.637.796	2.681.340
3.01.02	Outros Ganhos/Perdas Líquidos com Empréstimos e Adiantamentos	0	0	100.327
3.01.03	Outros Ganhos/Perdas Líquidos com Ativos Financeiros	0	0	-34.480
3.01.04	Ganhos/Perdas Líquido com Ativos Mantidos até o Vencimento	0	1.622	-677
3.01.05	Receita de Tarifa e Comissões	421.807	368.843	342.916
3.01.06	Resultado com Operações de Cambio	3.970	4.543	1.336
3.01.07	Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	6.519	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-808.631	-794.880	-1.169.510
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-594.004	-658.285	-806.649
3.02.02	Provisão para Perdas de Credito Esperadas	-191.539	-114.865	-340.882
3.02.03	Despesa de Tarifas e Comissoes	-23.088	-21.730	-21.979
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	2.293.250	2.217.924	1.921.252
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.713.040	-1.649.253	-1.580.682
3.04.02	Despesas de Pessoal	-988.772	-894.612	-891.011
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-449.792	-453.127	-452.555
3.04.03.01	Despesas de Depreciação e Amortizacao	-83.307	-62.933	-50.110
3.04.03.02	Outras Despesas Administrativas	-366.485	-390.194	-402.445
3.04.04	Despesas Tributárias	-150.774	-143.544	-141.856
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	133.509	149.431
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-123.702	-291.479	-244.691
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	580.210	568.671	340.570
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-163.064	-244.460	-122.764
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	417.146	324.211	217.806
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	417.146	324.211	217.806
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	385.145	307.384	199.033
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	32.001	16.827	18.773
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	10,60868	8,46679	5,4823
3.99.01.02	PN	10,60868	8,46679	5,4823

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	417.146	324.211	217.806
4.02	Outros Resultados Abrangentes	44.178	-35.018	-10.380
4.02.01	Ganhos/Perdas com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	3.906
4.02.02	Efeito Fiscal de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	-1.875
4.02.03	Passivo Atuarial	43.009	-84.655	-55.796
4.02.04	Efeito Fiscal do Passivo Atuarial	1.169	49.637	43.385
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	461.324	289.193	207.426
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	429.323	272.366	188.653
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	32.001	16.827	18.773

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-110.402	-337.108	868.539
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	916.409	715.601	640.028
6.01.01.01	Lucro Líquido	580.210	568.671	199.033
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	83.307	62.933	50.110
6.01.01.03	Provisões	55.679	52.864	32.894
6.01.01.04	Provisões para Perdas de Créditos Esperadas	191.539	114.865	340.882
6.01.01.05	Ganhos/Perdas de Ativos Financeiros	0	0	34.480
6.01.01.06	Créditos Tributários Diferidos	5.674	-83.732	-17.371
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.026.811	-1.052.709	228.511
6.01.02.01	Reservas no Banco Central	-5.928	77.149	-232.688
6.01.02.02	Ativos Financeiros para Negociacao	0	73.746	37.989
6.01.02.03	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	994.448	-127.308
6.01.02.04	Ativos Financeiros Mantidos ate o Vencimento	0	341.535	32.014
6.01.02.05	Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado VJR	-6.461	-102.666	0
6.01.02.06	Títulos e Valores Mobiliários	-275.671	-3.000.536	0
6.01.02.07	Empréstimos e Adiantamentos	-1.974.807	-45.802	294.514
6.01.02.08	Créditos Tributários Correntes	17.420	-20.284	-23.739
6.01.02.09	Outros Ativos	-34.640	-62.411	-97.095
6.01.02.10	Efeito Adoção IFRS9	0	-30.486	0
6.01.02.11	Depósitos Instituições Financeiras	-185.451	-205.015	-128.309
6.01.02.12	Depósitos de Clientes	1.408.269	1.143.811	779.215
6.01.02.13	Outros Passivos Financeiros	-46.340	-134.150	-385.643
6.01.02.14	Outras Obrigacoes	305.364	41.227	75.021
6.01.02.15	Provisoes	-42.334	-27.380	-27.296
6.01.02.16	Passivos Fiscais	21.176	21.315	31.836
6.01.02.17	Efeito Adoção IFRS16	-43.855	0	0
6.01.02.18	IR e Contribuicao Social	-163.553	-117.210	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-55.700	-45.628	-79.217

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.01	Aquisicao de Ativos Tangíveis	-28.225	-12.292	-8.730
6.02.02	Aquisicao de Ativos Intangíveis	-28.535	-37.496	-83.004
6.02.03	Alienacao de Ativos Tangíveis	919	4.160	9.945
6.02.04	Alienacao de Ativos Intangíveis	141	0	2.572
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-165.280	-65.527	-68.714
6.03.01	Dívidas Subordinadas	-44.582	40.208	66.837
6.03.02	Juros Sobre Capital Proprio/Dividendos	-109.814	-85.439	-131.077
6.03.03	Dividendos Declarados e Nao Pagos	0	-15.545	0
6.03.04	Variacao do Nao Controlador	-10.884	-4.751	-4.474
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-331.382	-448.263	720.608
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	894.017	1.342.280	621.672
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	562.635	894.017	1.342.280

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	900.000	0	755.682	0	-206.852	1.448.830	151.348	1.600.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	900.000	0	755.682	0	-206.852	1.448.830	151.348	1.600.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-8.971	-100.843	0	-109.814	-8.657	-118.471
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-8.971	-100.843	0	-109.814	-8.657	-118.471
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	385.145	44.178	429.323	32.001	461.324
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	385.145	0	385.145	32.001	417.146
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.178	44.178	0	44.178
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial	0	0	0	0	44.178	44.178	0	44.178
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	257.330	-284.302	0	-26.972	-2.227	-29.199
5.06.04	Reserva Legal	0	0	20.942	-20.942	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para Margem Operacional	0	0	178.073	-205.045	0	-26.972	-2.227	-29.199
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	58.315	-58.315	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	900.000	0	1.004.041	0	-162.674	1.741.367	172.465	1.913.832

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	900.000	0	599.986	0	-174.292	1.325.694	139.272	1.464.966
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-32.944	0	2.458	-30.486	-94	-30.580
5.02.01	Efeito Adoção IFRS9	0	0	-32.944	0	2.458	-30.486	-94	-30.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	900.000	0	567.042	0	-171.834	1.295.208	139.178	1.434.386
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-85.439	0	-85.439	-4.657	-90.096
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-85.439	0	-85.439	-4.657	-90.096
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-17.760	307.384	-35.018	254.606	16.827	271.433
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	307.384	0	307.384	16.827	324.211
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-17.760	0	-35.018	-52.778	0	-52.778
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial	0	0	-17.760	0	-35.018	-52.778	0	-52.778
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	206.400	-221.945	0	-15.545	0	-15.545
5.06.04	Reserva Legal	0	0	12.387	-12.387	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para Margem Operacional	0	0	200.588	-200.588	0	0	0	0
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-6.575	-8.970	0	-15.545	0	-15.545
5.07	Saldos Finais	900.000	0	755.682	0	-206.852	1.448.830	151.348	1.600.178

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	900.000	0	531.343	0	-163.912	1.267.431	143.746	1.411.177
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	900.000	0	531.343	0	-163.912	1.267.431	143.746	1.411.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.627	-83.450	0	-131.077	-23.247	-154.324
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.627	-83.450	0	-131.077	-23.247	-154.324
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	199.033	-10.380	188.653	18.773	207.426
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	199.033	0	199.033	18.773	217.806
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.380	-10.380	0	-10.380
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.031	2.031	0	2.031
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-12.411	-12.411	0	-12.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.270	-115.583	0	687	0	687
5.06.04	Reserva Legal	0	0	12.997	-12.997	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para Margem Operacional	0	0	87.728	-87.041	0	687	0	687
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	15.545	-15.545	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	900.000	0	599.986	0	-174.292	1.325.694	139.272	1.464.966

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	1.992.072	2.537.702	2.449.917
7.01.01	Intermediação Financeira	2.075.581	2.637.796	2.681.340
7.01.02	Prestação de Serviços	398.719	347.113	320.937
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-191.539	-114.865	0
7.01.04	Outras	-290.689	-332.342	-552.360
7.01.04.01	Outras Receitas/Despesas Operacionais	-297.208	-333.964	-276.648
7.01.04.02	Ganhos/Perdas com Ativos e Passivos Líquidos	0	0	-275.712
7.01.04.03	Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	6.519	1.622	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	0	-658.285	-806.649
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-185.346	-186.812	-199.463
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-30.605	-27.450	-26.729
7.03.02	Serviços de Terceiros	-154.741	-159.362	-172.734
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.806.726	1.692.605	1.443.805
7.05	Retenções	-83.307	-62.933	-50.110
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-83.307	-62.933	-50.110
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.723.419	1.629.672	1.393.695
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.723.419	1.629.672	1.393.695
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.723.419	1.629.672	1.393.695
7.09.01	Pessoal	988.772	894.612	760.194
7.09.01.01	Remuneração Direta	553.392	504.732	497.487
7.09.01.02	Benefícios	112.448	108.471	109.148
7.09.01.03	F.G.T.S.	41.600	40.085	39.647
7.09.01.04	Outros	281.332	241.324	113.912
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	313.839	391.296	395.437
7.09.02.01	Federais	297.862	375.614	377.367
7.09.02.03	Municipais	15.977	15.682	18.070
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.662	19.553	20.258
7.09.03.01	Aluguéis	3.662	19.553	20.258

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	417.146	324.211	217.806
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100.843	85.439	83.450
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	284.302	221.945	115.583
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	32.001	16.827	18.773

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

2019 - IFRS



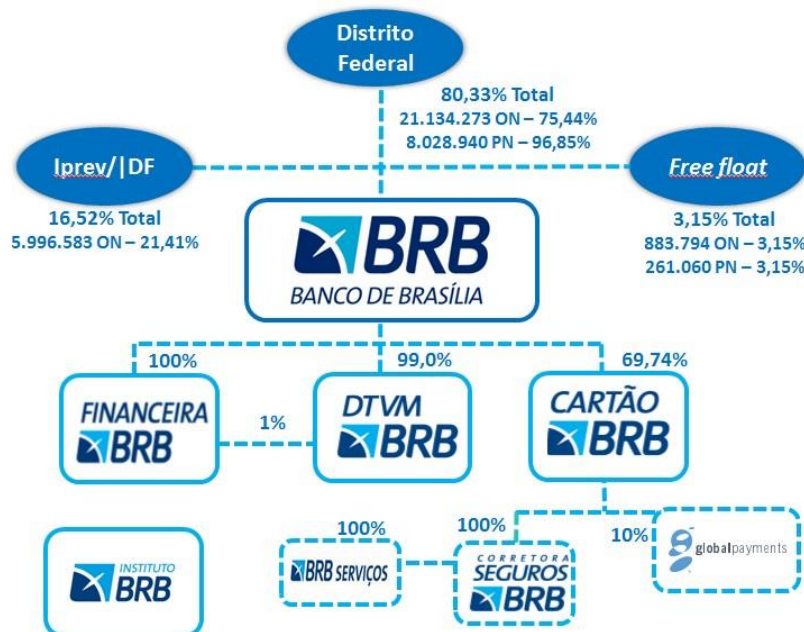
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do BRB – Banco de Brasília S.A. em IFRS relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco de Brasília S.A. é um banco múltiplo, constituído sob a forma de sociedade de economia mista, cujo Capital Social é dividido em ações na seguinte proporção: 80,33% do Distrito Federal, 16,52% do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF e 3,15% destinadas à livre negociação no mercado (*free float*). Em mais de 50 anos de existência, o BRB se destaca pela força da carteira comercial, que em conjunto com a carteira de desenvolvimento contribuem para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e regiões de influência.

Seu Conglomerado é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco de Brasília S.A. A seguir, apresentamos a estrutura e a composição acionária.



NOSSO FOCO

O BRB tem como premissa estratégica consolidar sua missão de banco público, atuando como protagonista no crescimento econômico e no **desenvolvimento sustentável do Distrito Federal** e regiões de influência (RIDE).

Como agente financeiro do Governo do Distrito Federal (GDF), busca sempre ser reconhecido como referência na operacionalização, agente executor e disseminação das políticas públicas, agregando valor à Instituição e contribuindo para sua perenidade, além de assegurar a **sustentabilidade dos negócios**.

Para tanto, assumimos como principal eixo tornar o BRB o principal agente financeiro de desenvolvimento da região Centro-Oeste. Para isso desenvolvemos novas facilidades e produtos, visando oferecer um pacote de soluções completas para as necessidades dos nossos clientes e, assim, acelerar a concessão de crédito e ampliar a base de clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS**NOSSAS CONQUISTAS EM 2019**

O exercício foi marcado pelo fortalecimento e a consolidação do BRB como banco público, sólido e eficiente, com foco na modernização, agilidade e melhoria de seus processos. Com um **Lucro Líquido, recorde, de R\$385,1 milhões (apurado conforme os padrões internacionais – IFRS)** o BRB gerou importantes investimentos para diversas áreas do Distrito Federal e deu início a parcerias estratégicas com ações de crescimento em outras regiões do país, como o acordo de cooperação com o governo do Estado do Piauí e a assinatura do protocolo de intenções com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BRC.

Dentre as ações centradas no desenvolvimento regional destacam-se a reformulação e oferta de novos produtos e serviços moldados às características da região, como o financiamento de lotes urbanos, assim como estabelecimento de condições especiais para o crédito imobiliário, encerrando o período com a menor taxa praticada para o produto no território nacional. Visando ser protagonista do estímulo à atividade econômica e melhoria da qualidade de vida da população em sua área de atuação, o BRB tomou a frente de programas e projetos relevantes, como o processamento do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), do Cartão Material Escolar e da gestão da Torre de TV que possui um investimento previsto de R\$40 milhões de reais, para os próximos 20 anos.

Com foco no fortalecimento de sua Governança, foi lançado o **Programa de Integridade** com o objetivo de manter o BRB alinhado ao novo contexto das estatais, sendo fruto da busca pelo resgate da boa imagem, dos valores e do orgulho de ser uma instituição financeira pública, sólida e transparente, comprometida com a promoção do desenvolvimento econômico, social e humano, exercendo suas atividades a partir das melhores práticas de mercado. Tem por objetivo, também, fortalecer os mecanismos de prevenção, investigação e punição, consolidando uma cultura organizacional intolerante à corrupção, fraudes e desvios de conduta.

O QUE ESPERAR PARA 2020

Para o ano de 2020, o Banco continuará priorizando o aumento da eficiência operacional e da produtividade, com especial atenção em sua estratégia no estímulo à inovação, para ampliação de novos negócios e canais para maior interação e consequente melhoria da experiência do cliente, de forma a oferecer soluções de um banco moderno, ágil e completo.

A administração definiu nove eixos de gestão: Pessoas; Resultados; Objetivos; Governança, Gestão de Riscos e Controle; Relacionamento e Atendimento; Eficiência Operacional; Desenvolvimento; Inovação e Modernização; Referência.

Os eixos abordam questões chaves para o direcionamento das ações estratégicas, com vistas a viabilizar uma forte expansão do Banco nos próximos anos. A nova orientação é de que o **BRB seja referência de banco completo**, capaz de oferecer soluções eficientes para todos os clientes de maneira inovadora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

CENÁRIO ECONÔMICO

Economia Internacional

A desaceleração sincronizada da economia mundial impôs uma expansão do PIB global de 3,0% em 2019, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem abaixo do resultado de 2018, de 3,6%. Alguns fatores que prejudicaram o desempenho de 2018 também afetaram a economia global em 2019, como as crescentes disputas comerciais entre EUA e China, que têm amplificado as incertezas do comércio e da geopolítica. Outros fatores que agravaram a situação da atividade no mundo foram a alta média de quase 16% do preço do Petróleo e as incertezas com a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).

Economia Nacional

As incertezas políticas quanto a aprovação da reforma da Previdência observada no primeiro semestre de 2019, alta dos preços dos alimentos (6,4%) e do Petróleo (15,8%), severa crise econômica na Argentina, que representa o principal destino das exportações brasileiras de manufaturados (sobretudo automotivo), e a elevada ociosidade da economia nacional impactaram fortemente as projeções de expansão do PIB para 2019, que começaram o ano em 2,2% e findaram o período com estimativas de 1,2%. Em que pese esses fatores, a melhora das condições financeiras, por meio da redução de 2,0 p.p. da taxa Selic, levando-a para 4,5% ao ano, e a liberação dos saques do FGTS, contribuíram para a expansão de 6,5% do crédito em 2019, acelerando em relação a alta de 5,5% no mesmo período de 2018. No DF, o crédito aumentou 5,6% entre janeiro e dezembro de 2019 puxado pela expansão de 8,7% das operações voltadas para Pessoa Física e da elevação de 2,1% do segmento Pessoa Jurídica.

DESEMPENHO FINANCEIRO - IFRS

Números do Resultado

IFRS	Em R\$ milhões		
	2019	2018	Δ%
Receita Líquida de Juros	2.076	1.980	4,9
Resultado com Tarifas	399	347	14,9
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo	6,5	1,6	301,9
Outros	(311)	(268)	16,0
Receita Líquida Operacional	2.170	2.060	5,3
Despesas Operacionais	(1.589)	(1.491)	6,6
Lucro antes da Tributação	580	569	2,0
Tributos	(163)	(244)	-33,3
Lucro Líquido	417,1	324,2	28,7

Quadro 1 - Números de Resultado

Indicadores de Resultado

IFRS	% acumulado 12 meses	
	2019	2018
Rentabilidade do Ativo [ROAA]	2,6	2,2
Rentabilidade do Patrimônio Líquido [ROAE]	26,2	23,4
Custo sobre os Passivos Financeiros Médio [CPFM]	4,8	5,8

Quadro 2 - Indicadores de Resultado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

Resultado

No exercício de 2019, o Banco obteve Lucro Líquido de R\$ 417,1 milhões, evolução de 28,7% em relação ao ano anterior. Resultado do trabalho desempenhado em busca da redução do custo de *funding* em 9,8%, mais concentrado em depósitos à vista e a prazo, assim como de poupança, o BRB apresentou melhora significativa de seu resultado no período, sem que para isso tenha aumentado sua exposição a risco.

O Resultado Antes dos Tributos alcançou R\$ 580,2 milhões, aumento de 2,0% no período, principalmente em decorrência da elevação da margem financeira.

Dado o atual cenário de redução da taxa de juros, houve redução de 1,0 pontos percentuais do Custo com os Passivos Financeiros Médio - CPFM, que mede a relação entre as despesas com juros e o saldo médio dos passivos financeiros

Dividendos e JCP pagos no período

No período, foram destinados para pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio o montante de R\$ 100,8 milhões, que somados aos dividendos adicionais relativos ao 2º semestre de 2018, no montante de R\$ 9 milhões, totalizaram R\$ 109,8 milhões pagos no exercício.

A distribuição de resultados segue a legislação vigente e a Política de Distribuição de JCP/Dividendos, disponível no site de RI do BRB (ri.brb.com.br).

Indicadores Patrimoniais

IFRS	Encerramento	
	2019	2018
Alocação	62,2%	56,4%
Liquidez Geral	1,13	1,12
Inadimplência	1,7%	2,0%

Quadro 3 - Indicadores Patrimoniais**Liquidez**

Dado o cenário restrito ao crédito e a baixa necessidade de *funding* para as operações, o indicador de Liquidez Geral manteve-se estável. A estabilidade do índice evidencia que a evolução dos ativos e passivos ocorre de forma equilibrada e sustentável, preservando a solidez da estrutura patrimonial.

Patrimônio Líquido e VPA

O Patrimônio Líquido encerrou 2019 em R\$ 1.741 milhões e o Valor Patrimonial por Ação (VPA) em R\$ 47,97, ambos com aumento de 20,2% em relação ao exercício anterior.

Desempenho do Ativo

Os Ativos Totais cresceram 11,4%, resultado do forte crescimento do saldo de Títulos e Valores Imobiliários, que aumentaram 11,4% e dos empréstimos concedidos em 23,0%, encerrando o exercício em R\$ 3,3 bilhões e R\$10,6, respectivamente.

Desempenho do Passivo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

O passivo total cresceu 10,5% no exercício, impactado pelo crescimento de 9,6% nos passivos financeiros, que representam 85,5% do total.

Diante da elevação da demanda por crédito, o BRB adotou uma estratégia de ampliar as captações de baixo custo, como *funding* para uma eventual retomada mais acentuada do crédito.

A manutenção da estrutura do *funding*, com a predominância dos depósitos a prazo com uma base pulverizada, possibilitou a estabilidade dos custos de captação, com baixo risco de liquidez, possibilitando assim uma gestão eficiente da intermediação financeira.

OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS**Corretagem de Seguro**

O Conglomerado BRB dispõe em sua estrutura da corretora de Seguros BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., atuante no mercado securitário do Distrito Federal e demais regiões atendidas pelo BRB desde 1988. A empresa tem como objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, riscos pessoais, títulos de capitalização, planos previdenciários, planos de saúde, planos odontológicos, consórcios e títulos/planos de viagem.

Em 2019 a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. alcançou o melhor resultado da sua história: 70,4 milhões de lucro líquido, crescimento de 83% em relação a 2018. Esta evolução é resultado da consolidação dos objetivos estratégicos que tem como premissas o fortalecimento do relacionamento com o cliente, a ampliação dos resultados por meio de parcerias e negócios e a ampliação da atuação no meio digital. Para tanto, investiu em modernização tecnológica, aperfeiçoou seu sistema operacional de negócio, melhorou sua eficiência operacional e investiu na capacitação de seus colaboradores.

Cartões

A Cartão BRB S.A. ("BRB CARD") é uma sociedade anônima fechada de direito privado, constituída em 23 de julho de 1997, com o objetivo emitir e administrar o portfólio de produtos e serviços associados aos cartões de pagamento, pré ou pós pagos, próprios ou de terceiros, mantendo um papel de intermediador entre os portadores de cartões, os estabelecimentos afiliados, as bandeiras e o BRB banco.

A BRB CARD encerrou 2019 com recorde em venda de cartões com mais de 200 mil cartões ativos, e registrou um lucro líquido de R\$ 100,4 milhões, correspondendo a um aumento de 70,0% em relação a 2018.

Administração de Recursos de Terceiros

A BRB DTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui como atividades principais a administração e a gestão dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB. Além disso, oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente fundos de pensão, seguradoras e regimes próprios de previdência social.

No exercício, a BRB DTVM apresentou o lucro de R\$ 2,2 milhões e PL administrado de fundos de R\$ 1,53 bilhões. Dentre os destaques do período estão a redução das taxas de administração de alguns fundos de investimentos, possibilitando maior competitividade para a BRB DTVM, e o Lançamento do FI BRB Simples Tesouro, com aplicações a partir de R\$ 1,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

e sem burocracia. O fundo possibilita aos clientes do BRB a realização de investimentos com mais facilidade, comodidade e sem prazo mínimo de resgate.

CLIENTES E REDE DE ATENDIMENTO**Nosso Atendimento**

Aprimorando o relacionamento e oferecendo atendimento de excelência aos seus clientes, o BRB estabeleceu a meta de qualidade de atendimento, que passou a avaliar o atendimento das agências a partir de pesquisas de satisfação com os clientes.

No decorrer do exercício, foram realizadas pesquisas por amostragem a partir da metodologia NPS – Net Promoter Score, com a atribuição de nota entre 0 e 10 como resposta à pergunta: “Com base no atendimento prestado pelo seu gerente, qual a probabilidade de você indicar o BRB a um amigo ou familiar?” Os resultados apontaram que o BRB se encontra na Zona de Qualidade, o que demonstra que o Banco proporciona uma experiência positiva para os clientes.

A Central de Relacionamento BRB foca no atendimento de excelência a todos os clientes. Por oferecer atendimento telefônico e por e-mail, com a possibilidade de autenticação, a Central atende com qualidade os clientes que não podem comparecer às suas agências, principalmente aqueles que estão fora do domicílio bancário. Possibilitando o atendimento à distância para operações negociadas com o gerente, dispomos de uma ilha de atendimento denominada Central de Confirmação de Vendas, parte da Central de Relacionamento do BRB, tem demonstrado crescimento ao longo dos anos. Em 2019, a Central produziu R\$ 258,6 milhões em crédito, esse resultado demonstra que o serviço já se consolidou junto aos clientes que têm experimentado eficiência e segurança na contratação de crédito na comodidade de suas residências.

Adicionalmente, como protagonista do estímulo à atividade econômica, o BRB tem buscado resgatar o relacionamento com micro e pequenas empresas e com empreendedores do agronegócio, realizando pesquisa de campo para oferecer atendimento diferenciado e soluções personalizadas para esses nichos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

Carteira de Clientes

	31.12.19	31.12.18	Em milhares Δ%
Pessoa Física	613	601	2,1
Setor Privado	400	390	2,6
Setor Público	213	211	1,1
Pessoa Jurídica	26	26	0,0
TOTAL	639	627	2,0

Rede de atendimento

	31.12.19	31.12.18	Em unidades Δ%
Agências	131	127	3,1
DF e Entorno	123	119	3,4
Outros Estados [GO, MG, RJ, SP, MT e MS]	8	8	0,0
ATMs	589	593	-0,7
Correspondentes Bancários	137	139	-1,4

Em 2019 houve a abertura de uma nova Agência (JK Shopping) e três Postos de Atendimento – PAs (Plataforma Agronegócio, Plataforma Empresarial Fecomércio, e PA Agência Digital), unindo oportunidades de negócio e crescimento do banco, trazendo também atendimento especializado conforme nicho de clientes.

Além da rede própria, os correntistas do BRB também contam com as redes compartilhadas com a TECBAN (Banco24horas) – onde foram realizadas 2 milhões de transações em 2019 – e do Banco do Brasil – contando com 11 mil transações realizadas este ano. Tais redes agregam maior capilaridade ao canal autoatendimento aos correntistas BRB, com seus terminais espalhados no Brasil, e permitem redução de custos com terminais próprios.

Transações

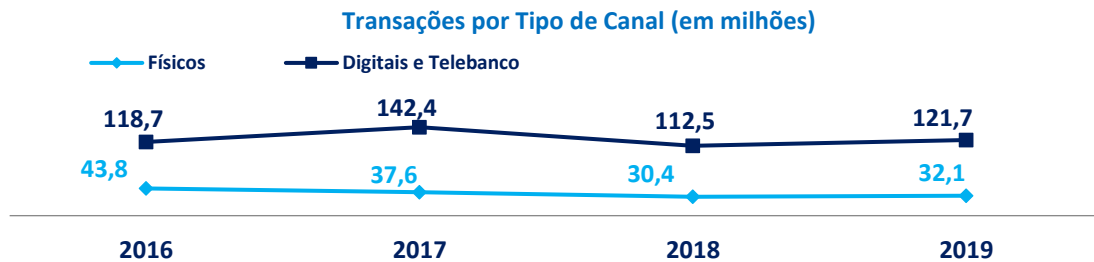
No ano de 2019 o BRB Mobile continuou sendo o canal mais utilizado pelos clientes BRB, dada sua praticidade e disponibilidade. Foram registradas em 2019 mais de 39 milhões de transações, chegando a mais de 35% do total de transações realizados nos canais de atendimento do BRB, excluindo as operações de débito. O número de transações realizadas através do BRB Mobile demonstrou um incremento de 32,37%, quando comparado com o ano de 2018, sendo crescimento expressivo em relação aos demais.

No último trimestre os clientes Pessoa Jurídica passaram a contar com a possibilidade de movimentação das contas pelo BRB Mobile.

A seguir, observa-se a evolução das transações por tipo de canal, com destaque para a evolução da utilização dos canais digitais, que promovem maior facilidade e eficiência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração IFRS



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O CLIENTE

Observando o perfil de consumo, os canais mais adequados e as demandas de seus clientes, o Banco segue com o compromisso de oferecer soluções mais completas e benefícios que vão além dos tradicionais produtos bancários, sempre alinhados às expectativas e necessidades de cada consumidor, calçados nos princípios e valores éticos.

Em 2019, foram implantadas demandas que melhoraram a experiência do cliente, como é o caso da habilitação dos produtos conta salário e conta poupança na utilização da rede compartilhada, o que justifica o aumento nas transações realizadas por este canal em mais de 5%. Além disso, foram concluídas a migração da operacionalização da folha de pagamento para o Banknet, contribuindo para o crescimento em mais de 8% das transações realizadas pelo canal. Foram iniciados os projetos para melhoria da plataforma Mobile para os clientes PJ, assim como a implantação de importantes medidas de infraestrutura para os canais, visando a otimização e potencialização dos produtos.

Com a abertura da Plataforma Agronegócio, o BRB consolida seus esforços para estimular o desenvolvimento do setor agropecuário do Distrito Federal e entorno em 2019, bem como pretende reposicionar o Banco como protagonista do fomento do Agronegócio na região.

Já com o lançamento da Agência Digital, no final de 2019, o BRB pretende aumentar o número de clientes com acesso ao atendimento digital. Atualmente, os 3.700 clientes PF, com perfil digital, já podem contar com o atendimento personalizado via chat, disponível no aplicativo BRB *Mobile*, em horário estendido, com comodidade e segurança. Com vistas a atender as necessidades dos clientes, em 2020 a funcionalidade BRBChat também será disponibilizada no *internet banking* (BRB Banknet), com a ampliação do atendimento digital para o público pessoa jurídica.

Por fim, foram realizadas ações estruturantes com o propósito de aprimorar o desempenho, disponibilidade e tempo de entrega de soluções e serviços de TI, potencializar a utilização da infraestrutura, arquitetura de soluções e integração entre plataformas e fortalecer a cultura de gestão de dados na organização, para favorecer o estabelecimento de estratégias e tomadas de decisão, dentre as quais, destacamos:

- Modernização da arquitetura tecnológica necessário para viabilizar novos negócios digitais;
- Desenvolvimento de API's (serviços web) para integração da plataforma de correspondente digital – bx blue, viabilizando a concessão de crédito consignado de forma digital e sem fronteiras;
- Implantação do data mart de transações nos cartões débito e crédito, visando extrair as informações para análise e campanhas de crédito;
- Criação de um ambiente de simulação de crédito para auxiliar a análise do negócio no Programa de Consultoria Financeira BRB com o objetivo de aprimoramento dos processos de concessão de crédito para captação de novos clientes, bem como reter os clientes em negociação com o Banco;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

- Implantação de tecnologia de pagamento Samsung Pay capaz de fornecer nova forma de pagamentos com os cartões BRBCARD;
- Implantação da tecnologia de pagamento com tecnologia *contactless*, sem a necessidade inserir chip, somente com a aproximação do cartão no POS;
- Início da instalação de Certificado Digital;
- Modernização das estações de trabalho.

GESTÃO DE RISCOS

O BRB e suas controladas dispõem de políticas, normas e procedimentos para o gerenciamento dos seus riscos e do capital. Estes instrumentos estabelecem diretrizes básicas de atuação definidas pela Alta Administração e estão alinhados aos objetivos estratégicos da instituição, em conformidade com a regulamentação específica.

A gestão de riscos envolve: planejamento de capital, do risco de crédito, do risco de mercado e de liquidez, e dos riscos não financeiros (operacional, socioambiental e reputacional), a fim de promover e viabilizar o controle dos riscos e a apuração da necessidade de capital das atividades da organização.

Com o intuito de garantir a efetividade da gestão dos riscos e do capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

O processo de gestão de riscos no BRB encontra-se disponível no sítio de relações com investidores (<http://ri.brb.com.br>), no link "Relatório de Gestão de Riscos".

CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

Em 2019, foram realizadas ações visando o aprimoramento da governança e do processo de controles internos e compliance no Conglomerado BRB, como identificação e tratamento de conflitos de interesses, atuação dos órgãos de governança e padrão de conduta ética de empregados, administradores e demais colaboradores.

Fortalecendo o compliance e a integridade da Instituição, houve a implantação do Programa de Integridade e foi iniciada a implementação de medidas para fortalecimento do Compliance no âmbito do Conglomerado relacionadas a três eixos: 1) Governança, Compliance e Integridade; 2) Transparência; 3) Melhorias no Processo de Investimento.

Adicionalmente, foi aprovada pela Administração do BRB a adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais, cuja solicitação será formalizada à B3. Ressalta-se que a adesão ao Programa proporcionará aumento do nível de transparência e das informações disponibilizadas ao mercado e à sociedade, além da melhoria do nível de governança do conglomerado BRB.

A instituição buscou no período o aprimoramento dos controles internos e do compliance e a eficiência da governança, permitindo a identificação e o tratamento adequado dos riscos inerentes às atividades e aos negócios desta.

Para 2020 os principais projetos nas áreas de controle interno e conformidade contemplam a revisão do modelo do sistema de gestão de normas; automatização de processos relacionados à matriz de riscos, controles e conformidade; revisão de processos buscando maior eficiência operacional, dentre outros. Assim, objetiva-se a eliminação de aspectos meramente burocráticos e aprimoramento das ações de controles e conformidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS**Auditoria Interna**

No ano de 2019, a auditoria interna produziu 77 relatórios de auditorias diretas e especiais. Adicionalmente, no período em análise, foram realizadas 143 avaliações qualitativas de planos de ação para as deficiências identificadas por órgãos de controle e de fiscalização internos e externos. Ambos os trabalhos contribuíram para melhora dos processos e serviços do BRB.

Em 2019, a Auditoria Interna realizou benchmark com grandes bancos a fim de identificar oportunidades de melhoria no processo e na estrutura atual da Auditoria Interna do BRB. Visitou ainda o Banco Central do Brasil - BACEN, no intuito de conhecer o sistema Auditar, desenvolvido por aquela Autarquia para a automatização de todo o processo de auditoria interna, desde o planejamento à execução de trabalhos, e disponibilizado a entidades públicas que manifestaram interesse em adquirir a plataforma.

SEGURANÇA EMPRESARIAL

O BRB aprimorou procedimentos e mecanismos de proteção de dados, de sistemas e de programas contra tentativas de acesso não autorizadas. Para enfrentar os desafios e ameaças digitais, foram divulgadas orientações sobre temas relacionados com segurança da informação, para que o corpo funcional se aprimore e desenvolva uma cultura de proteção de dados, a fim de prevenir e responder de forma estruturada e planejada aos eventuais incidentes.

Com relação a gestão de continuidade de negócios, a estrutura das salas de contingência foi aperfeiçoada, e feita revisão e testes dos planos de contingência de forma a garantir a execução dos principais processos críticos do banco.

Adicionalmente, no período de referência o Banco deu início à prospecção de ferramentas de segurança da informação relacionadas com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e também com o processo de Gestão de Identidades e Acessos (GIA), com vistas a possibilitar o monitoramento de ocorrências que podem ocasionar o vazamento de informações e otimizar a gestão de acessos, com a utilização de uma plataforma centralizada que conta com procedimentos automatizados de perfis de acessos de usuários mapeados.

Com o intuito de otimizar e agregar maior segurança nas instalações físicas dos pontos de atendimentos, o Banco implementou controles e automatizou o processo de abertura e fechamento dos pontos de atendimento, evitando expor nossos funcionários e colaboradores a riscos durante a realização destes procedimentos.

Relativamente à segurança cibernética, o BRB realiza gap análise nos controles, avaliação de conformidade dos normativos vigentes, implantação de ferramentas para gestão de riscos e registro de incidentes cibernéticos, com o objetivo de assegurar a disponibilidade dos sistemas que suportam os sistemas críticos do Banco.

O BRB buscou aprimorar cada vez mais os próprios sistemas de proteção, monitorando transações por meio de aprendizagem de máquinas, inteligência artificial e acesso biométrico. Ademais, reforçamos as campanhas de conscientização, orientação aos clientes e funcionários sobre os principais tipos de fraudes e golpes e como preveni-los. A área de prevenção a fraudes continua atuando em parceria com os órgãos de segurança em diversas operações, que culminaram em prisões de estelionatários que atuavam em determinadas regiões do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo - PLD

Em relação a PLD, foram realizados comparativos com os grandes players de mercado, a fim de identificar melhores práticas para aprimoramento dos nossos controles. Investimos na capacitação dos empregados atuantes na área, com curso específico em ciência de dados, com o objetivo de aplicar princípios de Data Science e de técnicas de análise de conteúdo textual, análise preditiva de dados, mineração, estatística e aplicação de *Machine Learning* no processo de PLD. Os benefícios dessa atividade serão percebidos quando da utilização de controles de PLD com inteligência agregada, aumentando ainda mais a efetividade do processo.

GESTÃO DE PESSOAS

Quadro de Funcionários e PDVI

Em unidades			
	31.12.19	31.12.18	Δ%
Empregados	2.926	3.067	-4,6
Terceirizados	903	898	0,6
Estagiários e Jovens Aprendizizes	688	581	18,4
TOTAL	4.517	4.546	-0,6

O Programa de Desligamento Voluntário e Indenizado (PDVI) do BRB teve vigência até dezembro de 2019, com o objetivo de propiciar a renovação da força de trabalho e a redução das despesas, de forma a otimizar o quadro de pessoal da empresa.

Assim, foram 139 desligamentos, totalizando o desembolso de R\$ 25,9 milhões. Visando repor parte do quadro, foi realizado concurso público para diversos cargos, totalizando 113 vagas a serem nomeados em momento oportuno.

Valorização dos Colaboradores

O BRB patrocina e promove diversos programas e ações de melhoria da qualidade de vida profissional e física de seus funcionários, tais como: exames periódicos preventivos, programa de vacinação, programa de ginástica laboral durante o expediente, auxílio academia, ressarcimento de medicamentos em casos de doenças crônicas, programa de corridas, estímulo a leitura disponibilizando biblioteca e outros programas.

Visando à capacitação e a valorização do capital humano do BRB, investiu aproximadamente R\$4,7 milhões de reais em treinamentos, auxílios e bolsas de estudo em 2019. No final do ano, o Banco realizou a Pesquisa de Clima Organizacional por meio de empresa especializada, com diagnóstico e proposição de Plano de ações de melhorias, para todos os colaboradores (empregados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizizes), em formato eletrônico. A apresentação de resultados ocorrerá em 2020.

Os principais objetivos da pesquisa são: apresentar indicadores quantitativos e qualitativos do Clima Organizacional, das empresas do Grupo Econômico, subsidiando planos de ações de desenvolvimento organizacional para cada uma das instituições do grupo, e servir como base e diagnóstico atualizado para tomada de decisões do Grupo Econômico.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS**SUSTENTABILIDADE E AÇÕES SOCIAIS**

Como agente de desenvolvimento da região Centro-Oeste, o BRB entende que tal objetivo envolve, essencialmente, responsabilidade social e ambiental. Por isso, investimentos e soluções em alternativas sustentáveis também fazem parte dos esforços do BRB.

Como agente financeiro do Governo de Brasília e como parceiro na execução de políticas sociais, o BRB efetua o pagamento dos programas sociais vinculados às Secretarias do Distrito Federal. Esses programas são ações governamentais voltadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como à redução das desigualdades sociais e regionais. Até dezembro de 2019, o BRB operacionalizou o pagamento de alguns dos programas sociais do Governo, que somaram o montante de mais de 45 milhões de reais.

Instituto BRB

O Instituto BRB atua no Centro-Oeste, mediante o desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e outras iniciativas no âmbito de seus campos de atuação, em parceria com outras instituições, governamentais e não governamentais, tendo como princípio básico o de proporcionar benefício a todos os segmentos da sociedade.

No período, realizou ações e assinou acordos de desenvolvimento, capacitação, assessoramento e assistência social com instituições parceiras na região.

Em 2019 o programa de voluntariado BRB Solidário, coordenado pelo Instituto BRB, recebeu a certificação "Selo Social", concedida pelo Instituto Abaçaí, que certifica instituições, empresas, entidades sociais e órgãos públicos que demonstram compromisso social e realizam projetos estruturados voltados para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social.

A conquista foi fruto do trabalho realizado pelo BRB Solidário em seu compromisso com o desenvolvimento social local nas áreas de inclusão, de educação, de saúde e de economia, impactando a vida de 3.888 pessoas da comunidade.

Mais informações sobre o Instituto BRB podem ser encontradas no seu site, disponível em www.institutobrb.org.br.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Alinhado às melhores práticas de mercado, o BRB tem se empenhado na profissionalização e na especialização contínua da alta administração, conselheiros e membros de comitês. Vem adotando medidas necessárias para o atendimento de todas as exigências da Lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias.

Além da implementação do Programa de Integridade Ética e de Combate à Corrupção, o Banco enviou para aprovação do Banco Central do Brasil uma nova versão do seu Estatuto Social. Além da proposta de criação da Corregedoria Interna e de novos Comitês de assessoramento, a nova versão do Estatuto Social também contempla modificações necessárias ao atendimento dos requisitos do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), bem como procede a revisão dos dispositivos estatutários para melhor adequação aos procedimentos internos, à legislação de regência e aos normativos aplicáveis às instituições financeiras estatais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

Há de se destacar que o Banco se encontra engajado com a elevação do padrão de governança corporativa, estando aderente à legislação vigente, bem como às melhores práticas adotadas pelo mercado. Essas ações visam assegurar o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos entes públicos e privados e a sustentabilidade dos negócios, além de contribuir para a proteção, valorização e perenidade desta instituição protagonista no desenvolvimento da região do Distrito Federal.

Ética Profissional

Foi realizado treinamento para os funcionários terceirizados sobre os Códigos de Ética e de Conduta da Instituição. A ação é parte integrante do Programa de Integridade do Banco, lançado em setembro, e teve como objetivo disseminar o conteúdo aos prestadores de serviços, e assim, alinhar as práticas que devem ser observadas por todos do Conglomerado. Os principais temas abordados no treinamento foram Ética e Valores do Código de Ética BRB: respeito, honestidade, compromisso e responsabilidade; padrão geral de conduta do Banco: uso, divulgação e sigilo de informações, redes sociais, uso de bens e patrimônio do BRB, corrupção, suborno e assédio.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Conforme disposto no art. 8º da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Conforme dispõe a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o conglomerado BRB, no período de janeiro a setembro de 2019, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração IFRS

AGRADECIMENTOS

O Banco de Brasília - BRB agradece a confiança e a fidelidade de seus clientes, o apoio da população do Distrito Federal, o trabalho e a dedicação de seus colaboradores – empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores – e a orientação segura de seus acionistas. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa Diretor-Presidente	Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
---	---

Maria do Socorro Gusmão da Silva
Diretor de Crédito e Clientes

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Fabiano Pereira Côrtes
Diretor de Tecnologia

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Gestão de Pessoas e
Administração

Luiz Carlos Costa Formigari
Diretor de Serviços e Produtos

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretor de Risco e Controladoria

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2019

Relatório da Administração IFRS

 BRB.BancodeBrasília

 @BRB_oficial

 /BRBoficial

 @brb_bancodebrasilia

www.brb.com.br

BRB TELEBANCO 61 3322 1515

SAC BRB 0800 648 6161

OUVIDORIA 0800 642 1105

SAC/OUVIDORIA PCD 0800 648 6162

EXPEDIENTE**Publicação do Banco de Brasília S.A.**

|SBS Quadra 1 Bloco E Lote 24
|Asa Sul, Brasília - DF, CEP:70072-900
|CNPJ:00.000.208/0001-00

Conselho de Administração
|Membros Efetivos

João Antônio Fleury Teixeira
Arthur Pereira de Castilho Neto
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Romes Gonçalves Ribeiro
Rossini Dias de Souza
Pedro Ferreira Caixeta Júnior
Luis Fernando de Lara Resende
Marcelo Talarico

Conselho Fiscal
|Membros Efetivos

Wilson José de Paula
André Clemente Lara de Oliveira
Rute de Jesus Caixeta
Dalmo Jorge Lima Palmeira
Engels Augusto Muniz

Diretoria Executiva
|Membros Efetivos

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
|Diretor-Presidente
Maria do Socorro Gusmão da Silva
|Diretora de Créditos e Clientes
Dario Oswaldo Garcia Júnior
|Diretor de Redes e Canais
Fabiano Pereira Côrtes
|Diretor de Tecnologia da Informação
Antônio Gil Padilha Bernardes da Silveira
|Diretor de Serviços e Produtos
Sergio de Jesus
|Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores
Cristiane Maria Lima Bukowitz
|Diretora de Gestão de Pessoas e Administração
Cristiane Maria Lima Bukowitz
|Diretora de Riscos e Controladoria

GEREI- Gerência de Relações com Investidores
Projeto Editorial

SUMAR- Superintendência de Marketing
Projeto Gráfico

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade

31 de dezembro de 2019



BRB – Banco de Brasília S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas
Internacionais de Contabilidade



31 de dezembro de 2019

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 Informações gerais.....	9
Nota 2 Contexto operacional das controladas	10
Nota 3 Base da apresentação	10
Nota 4 Pronunciamentos	12
Nota 5 Políticas contábeis.....	14
Nota 6 Caixa e equivalentes de caixa	29
Nota 7 Reservas no Banco Central.....	30
Nota 8 Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).....	30
Nota 9 Ativos financeiros ao custo amortizado	30
Nota 10 Provisão para perdas de crédito esperadas ativos financeiros ao custo amortizado.....	33
Nota 11 Outros ativos	34
Nota 12 Ativos tangíveis.....	35
Nota 13 Ativos intangíveis	35
Nota 14 Valor equivalente em Reais de ativos e passivos em moeda estrangeira	36
Nota 15 Passivos financeiros ao custo amortizado.....	36
Nota 16 Provisões.....	37
Nota 17 Outras obrigações (mensuradas ao custo amortizado).....	40
Nota 18 Receita líquida com juros.....	41
Nota 19 Resultado com tarifas e comissões.....	41
Nota 20 Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	42
Nota 21 Resultado de operações de câmbio	42
Nota 22 Outras receitas/despesas operacionais	42
Nota 23 Despesas de pessoal	42
Nota 24 Despesas tributárias	43
Nota 25 Depreciação e amortização	43
Nota 26 Outras despesas administrativas	43
Nota 27 Imposto de renda e contribuição social.....	43
Nota 28 Segmentos operacionais.....	44
Nota 29 Patrimônio líquido.....	46
Nota 30 Gerenciamento de riscos financeiros (informações não auditadas)	47
Nota 31 Gestão do capital.....	63
Nota 32 Partes relacionadas.....	63
Nota 33 Benefícios a empregados	66
Nota 34 Outras informações	73
Nota 35 Eventos subsequentes.....	74

BRB – Banco de Brasília S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas
Notas Explicativas Internacionais de Contabilidade

31 de dezembro de 2019

Balanco Patrimonial

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.			
CNPJ: 00.000.208/0001-00			
SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF			
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM IFRS			
EM 31.12.2019 E 31.12.2018			
(em milhares de Reais)			
ATIVO	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	562.635	894.017
Reservas no Banco Central do Brasil	7	513.635	507.707
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	8	109.127	102.666
Ativos financeiros ao custo amortizado		13.911.426	11.876.333
Títulos e valores mobiliários	9	3.282.991	3.000.536
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	9	10.065	240.991
Empréstimos e recebíveis de clientes	9	11.006.231	9.017.625
(-) Provisões para perdas de créditos esperadas	10	(387.861)	(382.819)
Créditos tributários		576.979	594.080
Correntes		53.533	70.953
Diferidos	27b	523.446	523.127
Outros ativos	11	1.160.933	1.126.293
Ativos tangíveis	12	98.852	60.739
Ativos intangíveis	13	125.162	147.027
TOTAL DO ATIVO		17.058.749	15.308.862
PASSIVO	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
Passivos financeiros ao custo amortizado	15	12.949.947	11.818.051
Depósitos		11.995.328	10.772.510
Instituições financeiras		341.915	527.366
Clientes		11.653.413	10.245.144
Dívidas subordinadas		621.661	666.243
Outros passivos financeiros		332.958	379.298
Provisões	16	584.369	571.024
Passivos fiscais		140.256	110.450
Correntes		93.412	72.236
Diferidos	27d	46.844	38.214
Outras obrigações	17	1.470.345	1.209.159
Patrimônio Líquido	29	1.741.367	1.448.830
Capital social		900.000	900.000
Reservas de lucro		1.004.041	755.682
Outros resultados abrangentes		(162.674)	(206.852)
Participações de acionistas não controladores		172.465	151.348
Patrimônio Líquido administrado pela controladora		1.913.832	1.600.178
TOTAL DO PASSIVO		17.058.749	15.308.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas
Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade

31 de dezembro de 2019

Demonstração do Resultado

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.			
CNPJ: 00.000.208/0001-00			
SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA EM IFRS			
EM 31.12.2019 E 31.12.2018			
(em milhares de Reais)			
	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
Receita líquida de juros		2.075.581	1.979.511
Receita de juros e similares	18a	2.669.585	2.637.796
Despesas com juros e similares	18b	(594.004)	(658.285)
Resultado com tarifas		398.719	347.113
Receitas de tarifas e comissões	19a	421.807	368.843
Despesas de tarifas e comissões	19b	(23.088)	(21.730)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	20	6.519	1.622
Provisão para perdas de crédito esperadas	10	(191.539)	(114.865)
Resultado de operações de câmbio	21	3.970	4.543
Outras receita e despesas operacionais	22	(123.702)	(157.970)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL		2.169.548	2.059.954
Despesas Operacionais		(1.589.338)	(1.491.283)
Despesas de pessoal	23	(988.772)	(894.612)
Despesas tributárias	24	(150.774)	(143.544)
Despesas de depreciação e amortização	25	(83.307)	(62.933)
Outras despesas administrativas	26	(366.485)	(390.194)
Resultado antes da tributação		580.210	568.671
Imposto de renda e contribuição social	27	(163.064)	(244.460)
Provisão para imposto de renda		(101.983)	(67.699)
Provisão para contribuição social		(61.570)	(49.511)
Ativo fiscal diferido		489	(127.250)
LUCRO LÍQUIDO		417.146	324.211
Participação dos acionistas controladores		385.145	307.384
Participação dos acionistas não controladores		32.001	16.827
LUCRO LÍQUIDO		385.145	307.384
N.º DE AÇÕES		36.304.650	36.304.650
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)		10,60868	8,46679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BRB - Banco de Brasília S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas
Notas Explicativas de Contabilidade

31 de dezembro de 2019

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.								
CNPJ: 00.000.208/0001-00								
SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM IFRS								
EM 31.12.2019 E 31.12.2018								
(em milhares de Reais)								
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE LUCRO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	CONTROLADORES	NÃO CONTROLADORES	TOTAL
Saldos em 31.12.2017	860.500	39.500	599.986	(174.292)	-	1.325.694	139.272	1.464.966
Efeito adoção inicial 01.01.2018	-	-	(32.944)	2.458	-	(30.486)	(94)	(30.580)
Aumento de capital	39.500	(39.500)	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	307.384	307.384	16.827	324.211
Outros resultados abrangentes								
Ajustes de passivo atuarial	-	-	(17.760)	(35.018)	-	(52.778)	-	(52.778)
Constituição de Reservas								
Reserva legal	-	-	12.387	-	(12.387)	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	200.588	-	(200.588)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	(6.575)	-	(8.970)	(15.545)	-	(15.545)
Juros sobre capital próprio/dividendo	-	-	-	-	(85.439)	(85.439)	(4.657)	(90.096)
Saldos em 31.12.2018	900.000	-	755.682	(206.852)	-	1.448.830	151.348	1.600.178
Mutações no período	39.500	(39.500)	155.696	(32.560)	-	123.136	12.076	135.212
Saldos em 31.12.2018	900.000	-	755.682	(206.852)	-	1.448.830	151.348	1.600.178
Resultado Abrangente Total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	385.145	385.145	32.001	417.146
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de passivo atuarial	-	-	-	44.178	-	44.178	-	44.178
Constituição de Reservas								
Reserva legal	-	-	20.942	-	(20.942)	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	178.073	-	(205.045)	(26.972)	(2.227)	(29.199)
Dividendo adicional proposto	-	-	58.315	-	(58.315)	-	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendo	-	-	(8.971)	-	(100.843)	(109.814)	(8.657)	(118.471)
Saldos em 31.12.2019	900.000	-	1.004.041	(162.674)	-	1.741.367	172.465	1.913.832
Mutações no período	-	-	248.359	44.178	-	292.537	21.117	313.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BRB - Banco de Brasília S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas
Notas Explicativas de Contabilidade

31 de dezembro de 2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.		
CNPJ: 00.000.208/0001-00		
SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA EM IFRS		
EM 31.12.2019 E 31.12.2018		
(em milhares de Reais)		
	31.12.2019	31.12.2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS	580.210	568.671
Depreciações e amortizações	83.307	62.933
Provisões	55.679	52.864
Provisão para perdas de crédito esperadas	191.539	114.865
Créditos tributários diferidos	5.674	(83.732)
Lucro Líquido ajustado	916.409	715.601
Variações nos ativos operacionais		
Reservas no Banco Central do Brasil	(5.928)	77.149
Ativos financeiros para negociação	-	73.746
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	994.448
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	341.535
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	(6.461)	(102.666)
Títulos e valores mobiliários	(275.671)	(3.000.536)
Empréstimos e adiantamentos	(1.974.807)	(45.802)
Créditos tributários correntes	17.420	(20.284)
Outros ativos	(34.640)	(62.411)
Imposto de renda e contribuição social	(163.553)	(117.210)
Efeitos adoção inicial IFRS 9	-	(30.486)
Efeitos adoção inicial IFRS 16	(43.855)	-
Variações nos passivos operacionais		
Depósitos de instituições financeiras	(185.451)	(205.015)
Depósitos de clientes	1.408.269	1.143.811
Outros passivos financeiros	(46.340)	(134.150)
Outras obrigações	305.364	41.227
Provisões	(42.334)	(27.380)
Passivos fiscais	21.176	21.315
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(110.402)	(337.108)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativos tangíveis	(28.225)	(12.292)
Aquisição de ativos intangíveis	(28.535)	(37.496)
Alienação de ativos tangíveis	919	4.160
Alienação de ativos intangíveis	141	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(55.700)	(45.628)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dívidas subordinadas	(44.582)	40.208
Juros sobre o capital próprio/dividendos	(109.814)	(85.439)
Dividendos declarados e não pagos	-	(15.545)
Variação do não controlador	(10.884)	(4.751)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(165.280)	(65.527)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(331.382)	(448.263)
Modificações no caixa e equivalente de caixa		
Início do Período	894.017	1.342.280
Fim do Período	562.635	894.017
Variação Líquida do Caixa e Equivalente de Caixa	(331.382)	(448.263)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BRB - Banco de Brasília S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas
Notas Explicativas de Contabilidade

31 de dezembro de 2019

Demonstração do Valor Adicionado

BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ:00.000,208/0001-00 SBS QUADRA 1 BLOCO E EDIFÍCIO BRASÍLIA - BRASILIA - DF DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM IFRS Em 31.12.2019 e 31.12.2018				
	31.12.2019	%	31.12.2018	%
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas	1.992.072		1.879.417	
Receita líquida de juros	2.075.581		1.979.511	
Resultado com tarifas e comissões	398.719		347.113	
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	6.519		1.622	
Provisão para perdas de crédito esperadas	(191.539)		(114.865)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(297.208)		(333.964)	
Insumos adquiridos de terceiros	(185.346)		(186.812)	
Materiais, energia e outros	(30.605)		(27.450)	
Serviços de terceiros	(154.741)		(159.362)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.806.726		1.692.605	
Retenções	(83.307)		(62.933)	
Despesas de amortização/depreciação	(83.307)		(62.933)	
Valor adicionado líquido produzido	1.723.419		1.629.672	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.723.419		1.629.672	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.723.419	100	1.629.672	100
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho (Pessoal)	988.772	60	894.612	55
Salários e honorários	553.392		504.732	
Benefícios	112.448		108.471	
F.G.T.S	41.600		40.085	
Outros	281.332		241.324	
Impostos, taxas e contribuições	313.839	17	391.296	24
Federais	297.862		375.614	
Estaduais/Municipais	15.977		15.682	
Remuneração de terceiros	3.662		19.553	1
Aluguéis	3.662		19.553	
Remuneração dos acionistas	417.146	23	324.211	20
Juros sobre capital próprio/dividendos	100.843		85.439	
Destinação para reservas	284.302		221.945	
Resultado do não controlador	32.001		16.827	
VALOR DISTRIBUÍDO	1.723.419		1.629.672	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.		
CNPJ: 00.000.208/0001-00		
SBS QUADRA 01 BLOCO E ED.BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM IFRS		
EM 31.12.2019 E 31.12.2018		
(em milhares de Reais)		
	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO	417.146	324.211
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	44.178	(35.018)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	44.178	(35.018)
Passivo atuarial	43.009	(84.655)
Efeito fiscal	1.169	49.637
RESULTADO ABRANGENTE	461.324	289.193
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	429.323	272.366
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	32.001	16.827

Nota 1 Informações gerais

O BRB – Banco de Brasília S.A. (“Banco” ou “BRB”), controlador do Conglomerado BRB, é uma instituição financeira de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco “E”, Edifício Brasília, em Brasília - DF, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de leasing e de crédito imobiliário, com atuação, principalmente, na região geoeconômica do Distrito Federal.

O Conglomerado BRB é formado pelo controlador BRB – Banco de Brasília S.A., pelas suas controladas diretas BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira BRB), BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BRB-DTVM) e Cartão BRB S.A. (BRBCard) e pelas suas controladas indiretas BSB Participações S.A., BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A. (Corretora de Seguros BRB) e BSB Serviços S.A. (BRB - Serviços), bem como o Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

O Banco iniciou suas atividades em 12 de julho de 1966, se expandiu pelas diversas cidades satélites do Distrito Federal e do entorno, consolidando sua marca na região.

Por meio de suas controladas, exerce atividades de distribuição de títulos e valores mobiliários, administração de fundos, crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito, corretagem de seguros e prestação de serviços.

Conforme divulgado em Fato Relevante, no dia 29.01.2019 foi deflagrada a operação *Circus Maximus*, na qual o Ministério Público Federal apura suposto esquema de pagamento de propinas a ex-diretores do BRB. Tal operação teve como objetivo a apuração de irregularidades em fundos de investimentos ocorridas em empresas que compõem o conglomerado BRB. Dentre os denunciados, foram incluídos antigos gestores do BRB – Banco de Brasília e de suas empresas, o que justificou a necessidade de instauração de investigação forense sobre operações realizadas entre janeiro de 2013 e janeiro de 2019, envolvendo as seguintes empresas do conglomerado: BRB – Banco de Brasília, BRB-DTVM, Financeira BRB, Corretora Seguros BRB, BRBCard e BRB Serviços.

De acordo com a Denúncia, há indícios de pagamento de propinas que justificaram os investimentos em, pelo menos, dois empreendimentos: o FIP LSH (relacionado ao antigo Trump Hotel, na Barra da Tijuca) e o FII SIA Corporate (relacionado ao empreendimento Praça Capital, desenvolvido pela Odebrecht Realizações e pela Brasal Incorporações).

A nova Administração, ao tomar conhecimento dos fatos, imediatamente adotou providências, no sentido de auxiliar as autoridades e minimizar os impactos sobre o BRB, quais sejam: destituição de todos os diretores presos; suspensão de contratos de trabalho de ex-diretores funcionários; fornecimento de informações/documentos a órgãos externos; providências para criação de Corregedoria; habilitação como Assistente de Acusação do Ministério Público Federal na ação penal e acompanhamento dos processos relacionados à operação; além de adoção de programa de integridade que consiste na adoção de medidas de fortalecimento da governança e de *compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

Considerando os acontecimentos, o Diretor-Presidente do BRB instituiu a Comissão de Investigação Forense - CIF, constituída por um membro independente do Conselho de Administração, um representante da Procuradoria-Geral do DF e um representante da Presidência. A finalidade da Comissão foi supervisionar e acompanhar os trabalhos da PricewaterhouseCoopers (PwC), contratada para realização de auditoria forense no âmbito das empresas citadas acima. A investigação foi concluída em 20 de dezembro de 2019 e não houve ajustes a serem realizados nos saldos contábeis.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Nota 2 Contexto operacional das controladas

I. Controladas diretas

a) Financeira BRB: Tem como objetivo principal operar com crédito direto ao consumidor, crédito pessoal e outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

b) BRB-DTVM: Tem como objetivo principal atuar com operações no mercado financeiro, incluindo a administração de carteiras de investimentos, serviço de custódia de títulos e valores mobiliários e o exercício de outras atividades expressamente autorizadas pelo Bacen.

c) BRBCard: Tem como objetivo principal atuar na administração e comercialização dos cartões de crédito associados ao sistema Visa MasterCard no mercado nacional e internacional. A BRBCard tem como controlada a BSB – Participações S.A. e a BSB Administradora e Corretora de Seguros S.A.

II. Controladas indiretas

a) BSB Participações: É uma empresa integrante do Conglomerado BRB, constituída em 23 de março de 2011, com sede em Brasília, tendo por objetivo a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócio, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

b) Corretora Seguros BRB: Tem por objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e capitalização e planos previdenciários. A Corretora é detentora do controle integral da BRB Serviços S.A.

c) BRB Serviços: Tem por objetivo oferecer soluções inovadoras de tecnologia para que seus clientes se tornem ou mantenham-se na liderança de mercado. A Empresa busca recursos apoiados em TIC para desenvolver estratégias no sentido de aperfeiçoar os processos operacionais e administrativos, elevando substancialmente a competitividade dos contratantes. É especializada em serviços de cobrança de ativos, cobrança extrajudicial, recuperação de Crédito, venda de produtos e serviços para as Empresas do Conglomerado BRB. Possui o *Contact Center* que é um canal de atendimento que conta com uma equipe especializada à disposição de seus clientes, oferecendo comodidade, rapidez e segurança. Opera, também, com *Service Desk* concentrando vários canais de comunicação como: central telefônica, e-mails, sistemas, mensagens, portal da empresa, ou qualquer outro meio de comunicação, que recebem as solicitações dos clientes, que são atendidos por profissionais treinados para esse fim. É responsável pelo sistema de bilhetagem automática (BRB Mobilidade) no qual o usuário passa a ter à disposição uma rede ampliada de postos de recarga, para consulta de saldos e extratos, além de uma central exclusiva de atendimento telefônico.

d) Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado: É destinado, exclusivamente, a investidores profissionais, assim entendidas as pessoas naturais e jurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito de investidor profissional, nos termos da Instrução CVM nº 554/2014 e alterações, desde que pertencentes ao conglomerado BRB. O Fundo tem como objetivo propiciar aos cotistas rendimentos por meio de atuação no mercado de taxa de juros pós ou prefixados e/ou índice de preços.

Nota 3 Base da apresentação

I. Práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Práticas contábeis críticas são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados que requerem os julgamentos mais difíceis, complexos ou subjetivos por parte da Administração, decorrentes da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

II. Entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem o BRB – Banco de Brasília S.A. suas controladas diretas e indiretas e o Fundo de Investimento exclusivo do conglomerado.

Entidades consolidadas	Status	Participação
BRB – Banco de Brasília S.A.	Controlador	-
BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Controlada direta	100%
BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada direta	99%
Cartão BRB S.A.	Controlada direta	69,74%
BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A.	Controlada indireta	69,74%
BRB – Serviços S.A.	Controlada indireta	69,74%
BSB – Participações S.A.	Controlada indireta	69,74%
BRB – Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo	Fundo de investimento investidor qualificado	69,74%

As participações apresentadas representam o percentual detido pela controladora, direta e indiretamente, no capital das controladas.

Controladas: empresas sobre as quais o Banco exerce controle diretamente ou através de outras controladas e que lhe é assegurada a prevalência de gerir as políticas financeiras e operacionais das empresas para obter benefícios de suas atividades, além de eleger a maioria dos seus diretores.

a) Principais procedimentos de consolidação

Para consolidação das demonstrações financeiras, o Conglomerado efetuou os seguintes procedimentos:

- Eliminação dos saldos de ativos e passivos entre as empresas do Conglomerado;
- Eliminação do resultado originado nas operações do Banco com as controladas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados nas empresas do Conglomerado;
- Eliminação dos saldos das receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas do Grupo, com exceção dos ganhos e perdas não realizados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores.

III. Declaração de conformidade

O Conglomerado BRB utilizou os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - Iasb, traduzidas para a língua portuguesa, pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, entidade brasileira credenciada pelo *International Accounting Standards Committee Foundation* - Iasc Foundation.

As demonstrações financeiras consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS emitidas pelo Iasb, com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* - Ifric e com as demais normas emitidas pelos órgãos que os antecederam, traduzidas pelo Ibracon, em atendimento à Resolução CMN nº 3.786/09.

A divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 05.2020.

Nota 4 Pronunciamentos

I. Novas adoções

a) IFRS 16

Arrendamentos: A norma se correlaciona com o CPC 06 R2 e entrou em vigor desde o primeiro dia do ano de 2019. A norma internacional estipula regras referentes à contabilização de locações, sendo que, através dela, foi estabelecida uma maneira diferente de contabilização dos arrendamentos operacionais e financeiros, que antes eram observados separadamente.

A norma determina que todo contrato que "indica direito de uso de um determinado ativo por um determinado período em troca de pagamento" constitui arrendamento. Para determinar se um contrato constitui arrendamento, as empresas devem avaliar se o contrato em questão identifica um ativo e se ela tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo. A norma faz duas concessões, são elas: arrendamentos com duração de até 12 meses que não apresentam opção de compra e arrendamentos em que o ativo apresente valor baixo quando novo.

Os novos requisitos da IFRS 16 possui como objetivo promover aos usuários da informação contábil dados mais transparentes, na medida em que os arrendatários deverão reconhecer todos os ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento mercantil em seus balanços patrimoniais.

O Banco e suas controladas encerraram o exercício de 2019 com 145 contratos de locação de imóveis comerciais destinados, principalmente, à instalação dos pontos de atendimento ao cliente (Agência Bancária). Alguns contratos se referem à aluguel de espaços utilizados para instalação de ATM, vagas de garagens e dependências do Banco (Ditec, por exemplo). Além disso, existe 1 contrato referente à aquisição de mainframe, celebrado com a IBM. Do total existem ainda 3 contratos de locação de imóveis, celebrados pela BRBCard, referente ao aluguel de espaço para a sede da Empresa.

Conforme permitido pelas disposições específicas de transição, o BRB optou por aplicar o normativo de maneira retrospectiva, cujos efeitos foram aplicados em 01 de janeiro de 2019.

Ativo	31.12.2018	Efeitos adoção IFRS 16	01.01.2019
Imóveis de uso	62.942	33.372	96.314
Sistemas de processamento de dados	82.467	10.483	92.950
Total	145.409	43.855	189.264
Passivo	31.12.2018	Efeitos adoção IFRS 16	01.01.2019
Obrigações por aquisição de bens e direitos	341	43.855	44.196
Total	341	43.855	44.196

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 16 foram aplicadas aos ativos de direito de uso como parte do ativo tangível e os passivos de arrendamento como outros passivos no balanço patrimonial.

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos mercantil" seguindo os princípios do IAS 17 - Arrendamentos.

a.1 Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo, em contrapartida ao passivo de arrendamento, que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Pelas características do Banco como Instituição Financeira e, atendendo o disposto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 (item 2), o BRB utiliza a taxa do DI futuro (cotada na BM&F/B3) como a taxa incremental.

O valor presente foi calculado a partir do valor remanescente, ou seja, foram consideradas apenas as parcelas vincendas de cada contrato. O mesmo critério foi considerado para o prazo dos contratos.

a.2 Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim, é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do CPC 27 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

b) Ifric 23

Publicada em junho de 2017 pelo Iasb, a Ifric 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro tem aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019 e visa esclarecer os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 - Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro. O Consolidado efetuou análises sobre os procedimentos já adotados para contabilização e apresentação dos Impostos sobre o Lucro em relação ao conteúdo da Ifric 23 e foi concluído que não há impactos significativos nas divulgações.

II. Aplicáveis em períodos futuros

a) Estrutura Conceitual

Em março de 2018, o Iasb emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados.

b) IFRS 17

Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

c) Em setembro de 2019, o Iasb publicou alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações têm como data de implementação 1 de janeiro de 2020. As alterações modificam alguns requerimentos específicos sobre contabilidade de *Hedge* a fim de prover segurança sobre os efeitos potenciais da incerteza causada pelo projeto de reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – *Ibor (Interbank Offered Rate)*. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados.

d) Adoção antecipada das normas publicadas

As normas anteriormente mencionadas têm efetividade para períodos anuais posteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, mas com aplicação antecipada permitida pelo Iasb. Entretanto, o Banco Central do Brasil não permite adoção antecipada, conforme Resolução CMN n.º 3.853/2010. Como consequência, as normas acima mencionadas não foram adotadas em 2019.

Nota 5 Políticas contábeis

I. Classificação de ativos e passivos

Os ativos e os passivos estão apresentados em ordem decrescente de liquidez, conforme recomendado pelo IAS 1.

II. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Os ganhos e as perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

III. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, respeitando o ambiente econômico primário no qual o Banco atua, expressa em milhares de reais.

IV. Regime de competência

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o regime de competência, com exceção da demonstração dos fluxos de caixa.

V. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e aplicações em moedas estrangeiras, com vencimento de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos e valorizações e desvalorizações de mercado.

VI. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Classificação:

a) Avaliação do modelo de negócio

O Banco classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados ao custo amortizado, ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo através do resultado (VJR).

O Banco classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

b) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros")

Como um segundo passo do processo de classificação, o Banco avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Banco realiza julgamento e considera fatores relevante, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo básico não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

(ii) Mensuração

a) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

b) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Banco é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

c) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Banco pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração do Banco não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

d) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 10.

(iii) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

a) Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas e futuros.

b) Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos.

c) Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possui instrumentos mensurados no nível 3.

A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração encontra-se divulgada na nota 8.

(iv) Reclassificação de instrumentos financeiros

O Banco não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Banco não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

(v) Desreconhecimento de ativos financeiros

a) Desreconhecimento devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Banco desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, se torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Banco reconhece um ganho ou perda de modificação.

b) Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Banco não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

VII. Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Banco registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Banco para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 30.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 30.

O Banco estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 30.

Baseado no processo acima, o Banco distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

a) Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

b) Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Banco registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

c) Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

(ii) Cálculo das perdas esperadas

O Banco calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

Internacionais de Contabilidade
Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa da taxa de perda que o credor tem em exposição se o credor se tornar inadimplente. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 30.

Com exceção de créditos rotativos, o período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- Estágio 1: O Banco calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Banco reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas a PD é estimada ao longo da vida do instrumento.
- Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Banco reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: Para fins de cálculo das perdas esperadas dos limites de crédito o Banco considera informações históricas de utilização dos limites de crédito, a fim de definir o valor da exposição ao risco de crédito (EAD) para esse tipo de operação. O Banco não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Banco em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência, no caso dos rotativos.

(iii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros no balanço patrimonial, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, um valor igual ao da provisão que seria originada caso os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, como:

- PIB;
- INPC; e
- Taxa de juros básica.

O Banco realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender o impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir

significativamente dos projetados. O Banco considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default porffolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Banco utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Banco pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Banco considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

VIII. Ativos e passivos não financeiros

(i) Ativos não-correntes mantidos para venda

Ativos não-correntes são classificados como mantidos para venda quando o seu valor contábil for recuperável principalmente através de uma transação de venda imediata e a venda for altamente provável, incluindo aqueles adquiridos exclusivamente com o objetivo de venda ou aqueles recebidos em dação de pagamentos.

Imediatamente antes da classificação inicial como mantido para venda, a mensuração dos ativos não-correntes e grupos de alienação é efetuada de acordo com as normas IFRS aplicáveis. No caso dos bens recebidos em dação de pagamento, deve ser reconhecido inicialmente pelo menor valor entre o valor justo menos os custos de venda e o saldo contábil da operação de crédito objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos devem ser avaliados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o valor justo menos os custos de venda, e não são amortizados. Caso não exista expectativa de geração de benefícios econômicos futuros o ativo será baixado. O Conglomerado BRB realiza avaliações regulares, efetuadas por peritos, para os bens recebidos em dação de pagamento.

Os ativos não-correntes mantidos para venda são registrados no balanço patrimonial em “Ativos não-correntes mantidos para venda”.

(ii) Ativos tangíveis

a) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários a operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e

recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na rubrica "Perdas por redução ao valor recuperável com outros ativos (líquidas)".

b) Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo tangível é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Conglomerado BRB e o seu custo poderá ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos tangíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear pelo tempo de vida útil do ativo.

(iii) Ativos intangíveis

a) Software

Os softwares adquiridos pelo Conglomerado BRB são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável e as respectivas reversões são reconhecidas na rubrica "Perdas por redução ao valor recuperável com outros ativos (líquidas)".

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o prazo de vida útil, utilizando o prazo contratual ou o prazo de 05 anos.

Prazo de vida útil e amortização do intangível: Os intangíveis com vida útil definida são amortizados em função do tempo de vida útil. Sendo que o prazo de vida útil é definido da seguinte forma: a) pelo prazo do contrato original; b) se não for possível vincular o prazo de vida útil do intangível ao contrato, será estimado o tempo de vida útil do intangível, levando em consideração a tecnologia utilizada, a evolução do mercado, o segmento em que é utilizado internamente, etc; c) a Administração analisa se o prazo de vida útil é indeterminado; e d) caso não haja definição contundente de que o prazo é indeterminado, ficará estabelecido o prazo de 5 anos com prazo de vida útil.

(iv) Sociais e estatutárias

A distribuição de dividendos: os estatutos sociais das empresas do Conglomerado BRB determinam que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, seja distribuído como dividendo obrigatório. Portanto, cada empresa do Conglomerado BRB registra no passivo, no encerramento do exercício social, o montante do dividendo mínimo obrigatório e/ou eventual valor além do mínimo obrigatório, desde que este já tenha sido aprovado pela alta administração (nota 29).

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo e o que excedê-lo fica retido no Patrimônio Líquido até a autorização da Assembleia Geral Ordinária.

(v) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Conglomerado BRB tem uma obrigação legal ou construtiva presente, como resultado de um evento passado, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

As provisões para contingência decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, em ações de natureza cível, trabalhista e fiscal ou previdenciária. Essas contingências, coerentes com práticas contábeis adotadas, são avaliadas por consultores internos e externos, que levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitem a sua mensuração de forma adequada, apesar das incertezas quanto ao prazo e valor.

(vi) Contingências

As contingências são classificadas como:

a) Prováveis: para as quais são constituídas provisões, quando: a) é provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa; b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e, c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida;

b) Possíveis: as contingências são apenas divulgadas sem que sejam provisionadas;

c) Remotas: as contingências não requerem provisão e nem divulgação.

O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos abaixo:

- Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas Demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando na opinião da Administração e dos consultores jurídicos avaliam a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. Os casos com probabilidade de perda classificados como possíveis, são apenas divulgados em nota explicativa e quando classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;

- Obrigações legais: são reconhecidas e provisionadas integralmente no balanço patrimonial quando, na opinião da Administração e dos consultores jurídicos, avalia-se a probabilidade de perda como provável;

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes está divulgado na nota 16.

(vii) Passivos Fiscais

Os tributos a recolher e os diferidos estão mensurados pelos valores iniciais e eventuais ajustes na formação da base de cálculo.

a) Tributos a recolher: são representados por impostos dos períodos correntes e anteriores reconhecidos no passivo.

b) Tributo diferido: é o reconhecimento de um ativo ou passivo cujo valor contábil se tornará obrigatório para entidade quando ocorrer a realização do ganho ou perda que lhe deu origem. Estes tributos diferidos surgem quando o valor contábil do ativo ou passivo exceder sua base fiscal e o valor dos benefícios econômicos tributáveis ou dos gastos dedutíveis exceder o valor que será permitido como adição ou dedução das bases de cálculos dos tributos.

IX. Créditos tributários

(i) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo, com observância da legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IR)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	15,00%
PIS (2)	0,65%
Cofins (2)	4,00%
ISS	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras é de 15%. Para a corretora de seguros a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os impostos ativos diferidos foram constituídos com as mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil e sobre prejuízo fiscal para o imposto de renda e base negativa para contribuição social e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.

As despesas de imposto de renda, contribuição social, PIS, Cofins e ISS correntes são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes, para cada tributo. Periodicamente, a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social, conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, inclusive, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando a legislação vigente na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Esses tributos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a ocorrência de base tributável positiva, comprovada através de estudo técnico levantado na oportunidade de cada Balanço.

X. Benefícios a empregados

O Conglomerado BRB possui diversos benefícios a empregados incluindo benefícios de curto prazo, planos de previdência privada, assistência médica e de participação nos lucros.

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa à medida que os serviços são prestados pelos empregados. O Conglomerado BRB oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte, sendo que esses benefícios são considerados como parte integrante do salário.

(i) Plano de previdência privada

O superávit ou déficit dos planos de benefícios são calculados anualmente por atuário externo e reconhece o ganho ou perda com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos dos planos, adotando as seguintes práticas:

- Valor presente da obrigação atuarial é apurado utilizando a aplicação do Método do Crédito Unitário Projetado – PUC, o qual considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício e mensura cada unidade separadamente para se quantificar a obrigação final;
- A melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados;
- Premissas biométricas: tábua de mortalidade geral, tábua de entrada em invalidez, tábua de mortalidade de inválido e tábua de serviço;
- Premissas econômicas: taxa real de desconto atuarial de longo prazo, taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano, taxa nominal do custo dos juros, taxa de rotatividade, taxa real de progressão salarial, taxa real de reajuste de benefícios, taxa real de reajuste de benefícios da Previdência Social, fator de capacidade para salários, fator de capacidade para benefícios e taxa esperada de inflação no longo prazo. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor justo;
- O IAS 19 estabelece regras com objetivo de apresentar mais detalhadamente os procedimentos a serem adotados para a mensuração da obrigação atuarial, do valor justo dos ativos do plano e dos passivos/ativos atuariais a serem reconhecidos pelas entidades em suas demonstrações financeiras, estabelecendo, também, as premissas atuariais que podem ser utilizadas, especialmente as relacionadas com o cálculo do passivo de benefício de plano de saúde;
- Em relação aos cálculos elaborados na avaliação de benefícios pós-emprego do Conglomerado BRB, essas modificações não implicaram em alterações substanciais no valor do passivo/ativo atuarial, exceto pela regra de transição, que determina o completo reconhecimento das perdas e ganhos atuariais acumulados no momento da implantação do pronunciamento;
- As premissas atuariais e o método de acumulação definidos no IAS 19 que disciplina o cálculo da obrigação atuarial dos planos previdenciários de benefícios pós-emprego. O pronunciamento determina a adoção do Método de Crédito Unitário para o cálculo do valor presente da obrigação atuarial e do respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, do serviço passado;
- Quando a avaliação atuarial resultar em um ativo, o valor a ser reconhecido no balanço será o menor entre: a) o valor presente da obrigação atuarial mais ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, menos o custo do serviço passado não reconhecido e o valor justo dos ativos do plano; b) quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos; e c) o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano. Sendo que eventual benefício econômico que o Conglomerado BRB possa efetivamente usufruir, decorrente do superávit existente nos planos de benefício definido, está condicionado à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar n.º 26/2008;
- Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. A Administração do Conglomerado BRB entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

no Patrimônio Líquido representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

(ii) Assistência médica

O BRB é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado por seus empregados, participantes ativos e seus dependentes. É administrado pela Saúde BRB – Caixa de Assistência, cujo objetivo é a instituição e a manutenção de planos de saúde e programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

O BRB não tem nenhuma obrigação pós-emprego para com o plano de saúde.

(iii) Participação nos Lucros

O Conglomerado BRB possui modelo próprio de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, com critérios e parâmetros estabelecidos em plano específico, sendo reconhecido sob a rubrica “Despesas de Pessoal” na Demonstração do Resultado Consolidada.

XI. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do consolidado BRB correspondem às empresas controladas, às pessoas-chave da Administração (incluindo ascendentes e/ou descendentes consanguíneos ou por afinidade), aos órgãos, às secretarias e às entidades do Governo do Distrito Federal – GDF e às entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB (nota 32).

XII. Investimentos

O BRB consolidou integralmente nas Demonstrações Financeiras do Conglomerado BRB todas as empresas controladas, em que exerce controle.

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Administração.

As participações de terceiros no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido das controladas são apresentadas separadamente no Balanço Patrimonial Consolidado e na Demonstração do Resultado Consolidada, respectivamente, na conta de “Participação dos acionistas não-controladores”.

XIII. Reconhecimento das receitas e das despesas

As receitas de juros, de tarifas e comissões e de demais rendas são reconhecidas dentro do mês em que são auferidas, pelo regime de competência. Os tributos sobre as rendas de juros e similares, de tarifas e de demais rendas tributáveis são reconhecidos quando são apropriadas pelo regime de competência. O Conglomerado BRB não apropria rendas de créditos vencidos a mais de 60 dias, visto que a partir desse prazo o fluxo de caixa não é homogêneo e com baixa liquidação espontânea, portanto, as efetivações dessas rendas passam a ser apropriadas quando da sua efetiva liquidação.

O resultado das operações é apurado sob o regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pró-rata-die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas em moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

As receitas de serviços realizadas pela BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A são mensuradas de acordo com as taxas de corretagem contratadas considerando os produtos e seguradoras e são reconhecidas na competência da prestação de serviço, assim as receitas decorrentes de comissões por comercialização de seguros são reconhecidas quando da aceitação por parte da seguradora, momento em que os riscos e benefícios são transferidos a terceiros. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.

O Conglomerado BRB reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas de dividendos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são registradas em contrapartida do investimento, para os demais investimentos são reconhecidas contra resultado, para ambas ocorrem no momento em que é estabelecido o direito de receber o pagamento.

XIV. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

XV. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Conglomerado BRB pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. O passivo de garantia financeira é subsequentemente contabilizado pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo à garantia tornar-se provável). As garantias financeiras são classificadas em "Outros passivos".

XVI. Apresentação de informação por segmentos

Conforme a IFRS 8, as informações financeiras de segmentos operacionais são apresentadas com base nas divulgações internas que são utilizadas pela Administração para alocar recursos e para avaliar a sua performance.

As informações estão apresentadas por segmentos operacionais consistentes com os relatórios internos fornecidos para a Diretoria Colegiada, que é a principal tomadora de decisões estratégicas do Conglomerado BRB.

XVII. Patrimônio Líquido

(i) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social (nota 29).

(ii) Reservas e dividendos

a) Reserva legal - 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal (nota 29), limitado a 20% (vinte por cento) do capital social.

b) Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%.

c) Reserva para equalização de dividendos - será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na

forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- Equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976;
- Equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
- Decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos;

d) Reserva para margem operacional - será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

XVIII. Lucro por ação

O Conglomerado BRB apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível pela quantidade de ações.

XIX. Unidade geradora de caixa

Entende-se por unidade geradora de caixa cada ponto de atendimento da rede do Banco e de suas controladas, denominado Agência, cuja definição é uma dependência destinada ao atendimento aos clientes e ao público em geral no exercício de atividades da instituição, não podendo ser móvel ou transitória.

XX. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

XXI. Demonstração do valor adicionado

A Administração elaborou, voluntariamente, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), como informação suplementar para fins de IFRS.

Nota 6 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	140.248	129.356
Caixa	134.177	123.402
Depósitos Bancários	-	74
Disponibilidade em moeda estrangeira	6.071	5.880
Equivalentes de caixa	422.387	764.661
Aplicações interfinanceiras de liquidez	419.986	761.099
Aplicações em moeda estrangeira (1)	2.401	3.562
Total	562.635	894.017

(1) Trata-se de aplicações interfinanceiras em moedas estrangeiras, referente a saldo excedente de conta do Banco junto à Agência do Banco do Brasil S.A., em New York, aplicado automaticamente em *overnight* e resgatado no dia seguinte, portanto, com vencimento de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor justo.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Refere-se às operações com vencimento de curto prazo cujo prazo de contratação é igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 7 Reservas no Banco Central

	31.12.2019	31.12.2018
Reservas compulsórias em espécie	105.791	100.710
Recolhimentos obrigatórios	407.844	406.997
Total	513.635	507.707

Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

Do montante depositado referente ao compulsório de poupança, R\$ 406.331 (R\$ 372.814 em 31.12.2018) é remunerado.

Nota 8 Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)

a) Segregação por hierarquia de valor justo por meio de resultado

Títulos e valores mobiliários	Estágio 1/Nível 1	
	31.12.2019	31.12.2018
Instrumentos de patrimônio		
Ações de Companhias Abertas	4.937	3.798
Fundo FII – Banrisul Novas Fronteiras	11.544	11.352
Fundo FIR – Santos Virtual	502	435
Fundo de Investimento da Amazônia	61	64
Fundo Funcine	4.154	5.716
Fundo FIP – Criatec II	4.988	4.327
Fundo FII - SIA corporate	2.522	2.489
Fundo FI RF Longo Prazo	80.420	74.485
Total	109.128	102.666

O valor justo para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- Todos os produtos avaliados pelo valor justo que não possuem cotação em mercado ativo, utilizam o método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- Para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na Anbima. Para os demais, usa-se a DI de um dia, disponível na B3;
- Na falta da taxa devida para o vencimento, usa-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- Esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado;

Nota 9 Ativos financeiros ao custo amortizado

a) Composição da carteira por tipo de devedor

	Valor contábil	
	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos e recebíveis de clientes	11.006.231	9.017.625
Títulos e Valores Mobiliários	3.282.991	3.000.536
Letras Financeiras do Tesouro	2.617.681	2.585.510
Títulos de Capitalização	67	71
Letras do Tesouro Nacional	285.531	148.207
CDB	18.318	16.660

	Valor contábil	
	31.12.2019	31.12.2018
NTN - Notas do Tesouro Nacional	346.443	233.024
CVS - Títulos Públicos Federais	11.571	3.858
MOP - Títulos Caucionados (1)	3.380	13.206
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	10.065	240.991
DIM Microfinanças	10.065	10.037
DIRP - PRONAF	-	55.247
DIRG - PRONAMP	-	48.540
DIR	-	127.167
Total carteira expandida	14.299.287	12.259.152

(1) Estão bloqueadas LFT's e CVS's referentes a cartas de fiança e depósitos judiciais.

Para o cálculo das CVSs, constatou-se a falta de mercado secundário para negociação desse ativo, impedindo uma avaliação adequada do seu preço de mercado. Assim sendo, considerando que as CVS's possuem como contraparte o Tesouro Nacional e são custodiadas pela B3, a qual apura o valor atual do papel conforme o seu regramento de remuneração, optou-se por adotar o valor calculado pela *clearing* para sua contabilização, entendendo esse ser o valor justo do ativo e o valor que o BRB terá a receber pelos ativos conforme seu vencimento.

O BRB realiza operações no mercado interbancário (DIs) com o propósito de cumprimento de exigibilidade atrelada a suas captações em depósito à vista e a prazo, sendo tais aplicações efetuadas com reciprocidade de aplicação do mesmo montante no BRB por suas contrapartes, mitigando assim o risco de crédito e liquidez.

O Banco possui a intenção e a capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento.

b) Composição da carteira de empréstimos e recebíveis de clientes por atividade econômica

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Pessoa física	10.134.669	92	8.272.454	92
Pessoa jurídica	871.562	8	745.171	8
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	20.441	-	37.180	1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.041	-	1.179	-
Alojamento e alimentação	16.953	-	19.166	-
Artes, cultura, esporte e recreação	5.699	-	5.850	-
Atividades administrativas e serviços complementares	153.301	2	131.557	1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.107	-	3.429	-
Atividades imobiliárias	17.914	-	20.763	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	24.652	-	22.524	-
Comércio	113.635	1	82.355	1
Construção	287.973	3	303.156	3
Educação	23.313	-	14.757	-
Eletricidade e gás	46.206	1	-	-
Indústrias de transformação	29.385	-	19.605	-
Indústrias extrativas	388	-	700	-
Informação e comunicação	4.585	-	25.541	1
Saúde humana e serviços sociais	33.731	-	21.660	-
Transporte, armazenagem e correio	78.857	1	9.411	-
Outras atividades de serviços	8.520	-	23.337	1
Outros	3.861	-	3.001	-
Total	11.006.231	100	9.017.625	100

Em 28.06.2016, o BRB adquiriu debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense em troca de quitação de operação de crédito da emissora junto ao banco. A referida emissão, no valor de R\$ 29.000, possui como características:

- Remuneração: IPCA + 11% a.a;
- Carência de um ano para pagamento de juros mensais, a iniciar em 25.05.2017;
- Amortizações semestrais, a iniciar em 25.11.2017;

Notas Explicativas
 31 de dezembro de 2019

- Vencimento: 25.05.2021.

c) Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos de empréstimos e recebíveis de clientes	10.218.260	8.233.582	447.997	486.465	339.974	297.578	11.006.231	9.017.625
Empréstimos	8.327.255	6.580.632	369.607	456.149	327.212	266.862	9.024.074	7.303.643
Títulos descontados	22.688	23.523	133	623	422	1.720	23.243	25.866
Adiantamentos a depositantes	311	1.571	55	138	75	184	441	1.893
Financiamentos	1.364.517	1.231.869	21.916	23.204	11.220	27.826	1.397.653	1.282.899
Outros Créditos	503.489	395.987	56.286	6.351	1.045	986	560.820	403.324
Títulos e valores mobiliários	3.282.991	3.000.536	-	-	-	-	3.282.991	3.000.536
Letras Financeiras do Tesouro	2.617.681	2.585.510	-	-	-	-	2.617.681	2.585.510
Títulos de Capitalização	67	71	-	-	-	-	67	71
Letras do Tesouro Nacional	285.531	148.207	-	-	-	-	285.531	148.207
CDB	18.318	16.660	-	-	-	-	18.318	16.660
NTN - Notas do Tesouro Nacional	346.443	233.024	-	-	-	-	346.443	233.024
CVS - Títulos Públicos Federais	11.571	3.858	-	-	-	-	11.571	3.858
MOP - Títulos Caucionados	3.380	13.206	-	-	-	-	3.380	13.206
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	10.065	240.991	-	-	-	-	10.065	240.991
DIM Microfinanças	10.065	10.037	-	-	-	-	10.065	10.037
DIRP - PRONAF	-	55.247	-	-	-	-	-	55.247
DIRG - PRONAMP	-	48.540	-	-	-	-	-	48.540
DIR	-	127.167	-	-	-	-	-	127.167
Total	13.511.136	11.475.109	447.997	486.465	339.974	297.578	14.299.287	12.259.152

d) Concentração dos empréstimos e recebíveis de clientes

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
10 maiores devedores	322.984	3	285.049	3
50 maiores devedores seguintes	383.357	3	325.051	4
100 maiores devedores seguintes	171.989	2	150.144	2
Demais devedores	10.127.901	92	8.257.381	91
Total	11.006.231	100	9.017.625	100

e) Composição dos empréstimos e recebíveis de clientes por grupos homogêneos e faixa de vencimento

Operações Vencidas											
Avaliação	0 a 14 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	181 a 360 dias	mais de 360 dias	31.12.2019	31.12.2018
Coletivas (a)	6.209.806	2.849.574	665.342	670.667	137.250	74.334	28.534	31.374	230.198	10.897.079	-
31.12.2018 (b)	125.429	403.480	299.709	355.695	46.754	58.259	578.787	1.072.585	5.922.159	-	8.862.857

Operações Vencidas											
Avaliação	0 a 14 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	181 a 360 dias	mais de 360 dias	31.12.2019	31.12.2018
Coletivas (c)	3.457	7.889	14.811	11.605	9.171	5.299	5.443	5.659	45.818	109.152	-
31.12.2018 (d)	19.892	23.169	15.141	11.823	8.590	6.196	6.012	24.755	39.190	-	154.768

31.12.2019 a+c	6.213.263	2.857.463	680.153	682.272	146.421	79.633	33.977	37.033	276.016	11.006.231	-
31.12.2018 b+d	145.321	426.649	314.850	367.518	55.344	64.455	584.799	1.097.340	5.961.349	-	9.017.625

A instituição não possui operações vencidas com mais de 360 dias, pois após esse prazo as recuperações são extremamente improváveis, sem prejuízo das cobranças administrativas e/ou judiciais, conforme análise da área técnica.

f) Outros eventos da carteira de operações de crédito

	31.12.2019	31.12.2018
Créditos recuperados	100.676	104.134
Renegociações (1)	3.628.835	2.567.941

(1) Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo.

Notas Explicativas
 31 de dezembro de 2019

Nota 10 Provisão para perdas de crédito esperadas ativos financeiros ao custo amortizado

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(71.158)	(46.738)	(71.661)	(116.411)	(240.663)	(209.264)	(383.482)	(372.413)
Empréstimos	(64.081)	(40.770)	(70.593)	(115.776)	(231.470)	(186.275)	(306.144)	(342.821)
Títulos descontados	(141)	(99)	(3)	(9)	(316)	(1.283)	(460)	(1.391)
Adiantamentos a depositantes	(3)	(13)	(1)	(2)	(56)	(139)	(60)	(154)
Financiamentos	(6.311)	(4.993)	(762)	(472)	(8.473)	(20.912)	(15.546)	(26.377)
Outros Créditos	(622)	(863)	(302)	(152)	(348)	(655)	(1.272)	(1.670)
Títulos e valores mobiliários	(5)	(3.322)	-	-	-	-	(5)	(3.322)
Letras Financeiras do Tesouro	(5)	(775)	-	-	-	-	(5)	(775)
Letras do Tesouro Nacional	-	(45)	-	-	-	-	-	(45)
CDB	-	(12)	-	-	-	-	-	(12)
DIM Microfinanças	-	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Dir. Geral	-	(1.603)	-	-	-	-	-	(1.603)
DIRG PRONAMP	-	(210)	-	-	-	-	-	(210)
DIRP PRONAF	-	(594)	-	-	-	-	-	(594)
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	(70)	-	-	-	-	-	(70)
CVS - Títulos Públicos Federais	-	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Total	(71.163)	(50.060)	(71.661)	(116.411)	(240.663)	(209.264)	(383.487)	(375.735)

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Operações off-balance	(3.988)	(6.264)	(43)	(6)	(343)	(814)	(4.374)	(7.084)
Limite contratado e não utilizado	(3.988)	(6.264)	(43)	(6)	(343)	(814)	(4.374)	(7.084)
Total geral da provisão para perdas esperadas	(75.151)	(56.324)	(71.704)	(116.417)	(241.006)	(210.078)	(387.861)	(382.819)

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Saldos em 31.12.2018	18.155	114.898	246.444	379.497
Movimentos com impactos no resultado	56.990	(43.194)	(5.437)	8.359
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(2.957)	2.957	-	-
Estágio 1 para o Estágio 3	(85.969)	-	85.969	-
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(74.367)	74.367	-
Estágio 2 para o Estágio 1	114	(114)	-	-
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.671	(1.671)	-
Estágio 3 para o Estágio 1	45	-	(45)	-
Movimentação do período	145.757	26.659	(175.034)	(2.618)
Outros movimentos sem impacto no resultado			10.977	10.977
Saldos em 31.12.2019	75.145	71.704	241.007	387.856

Não houve migração entre estágio dos títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 5.

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo anterior	382.819	343.864
Perdas do período	265.395	108.226
Transferência para prejuízo no período	(260.358)	(69.271)
Saldo atual	387.856	382.819

Nota 11 Outros ativos

a) Resumo

	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos e antecipações	8.359	5.530
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	82	51
Devedores por depósitos em garantia (1)	763.049	724.165
Pagamentos a ressarcir	47.521	34.510
Títulos e créditos a receber	15	85
Devedores diversos - País	55.694	84.075
Material em estoque	1.540	1.223
Despesas antecipadas	1.291	1.859
Relações Interfinanceiras	-	9.677
Créditos vinculados	100.633	95.547
SFH - FGTS a ressarcir (2)	401	331
SFH - Fundo de compensação de variação salarial (Nota 11b)	173.143	163.888
Provisão para perda do valor recuperável (Nota 11b)	(72.911)	(68.672)
Relações Interdependência	33.162	37.595
Transferências internas de recursos	33.162	37.595
Valores a receber	18.712	13.997
Rendas a receber	18.596	13.997
Negociação e intermediação de valores	116	-
Créditos específicos (3)	7	858
Investimentos	2.561	4.935
Investimentos por incentivos fiscais	14	101
Ações e Cotas	246	2.337
Outros Investimentos	2.301	2.497
Bens não de uso próprio	131.279	114.836
Provisão para outros créditos	(2.972)	(2.650)
Total	1.160.933	1.126.293

(1) São depósitos judiciais e recursais para garantir litígios trabalhistas, cíveis e fiscais, sendo que o montante encontra-se devidamente provisionado no Passivo.

(2) Refere-se a valores de mutuários que solicitaram amortização do saldo devedor utilizando o FGTS.

(3) Referem-se à renegociação de dívidas de crédito rural.

b) SFH/FCVS - Fundo de compensação de variação salarial (Nota 11a)

Os créditos junto ao "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui, preponderantemente, os valores residuais de contratos encerrados que serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Esses créditos são atualizados pela variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,17% ou 3,12% ao ano, dependendo da origem de recursos do financiamento. Esses processos estão em fase de habilitação junto aquele Fundo para recebimento de títulos CVS, cujo êxito está condicionado à aderência a um conjunto de pré-requisitos e procedimentos normatizados pelo FCVS. O total de créditos – carteira própria e carteira adquirida de terceiro, sem coobrigação - alcança o montante de R\$ 163.888, e, quando deduzidas as provisões, o saldo líquido é de R\$ 95.216. Esta provisão é constituída com base em estudo histórico das perdas ocorridas nessa carteira, oriundas da negativa de cobertura de contratos que não atendem às normas e pré-requisitos estabelecidos pelo FCVS.

Carteira própria	30.12.2019			30.12.2018		
	Saldo	Provisão	Saldo Líquido	Saldo	Provisão	Saldo Líquido
Não habilitados (1)	3.840	(3.415)	425	4.470	(3.896)	574
Habilitados e não homologados (2)	3.505	(2.079)	1.426	5.156	(3.058)	2.098
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (3)	96.630	(65.494)	31.136	89.618	(59.853)	29.765
Habilitados e homologados (4)	62.940	-	62.940	58.605	-	58.605
Outros (5)	6.228	(1.923)	4.305	6.039	(1.865)	4.174
Total	173.143	(72.911)	100.232	163.888	(68.672)	95.216

(1) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(2) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(3) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo Fundo, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

(4) Representam os contratos já avaliados pelo Fundo e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

(5) Referem-se aos contratos nas rubricas VAF3/VAF4.

Nota 12 Ativos tangíveis

a) Composição

	Custo	Depreciação	Valor Residual	
			31.12.2019	31.12.2018
Instalações, móveis e equipamentos de uso	36.391	(27.018)	9.373	10.120
Terrenos e edificações	107.574	(53.684)	53.890	22.541
Sistemas de comunicação e segurança	12.261	(7.173)	5.088	5.291
Sistemas de processamento de dados e transporte	108.188	(77687)	30.501	22.787
Total	264.414	(165.562)	98.852	60.739

b) Movimentação dos ativos tangíveis

	Vida útil	Saldo em 31.12.2018	Adoção inicial IFRS 16	Saldo ajustado em 01.01.2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2019
Móveis e equipamentos em estoque	10 anos	209	-	209	-	-	(89)	120
Imobilizações em curso	Sem vida útil	650	-	650	13.721	(895)	(13.476)	-
Terrenos	Sem vida útil	16.857	-	16.857	-	-	-	16.857
Edificações	25 anos	46.085	-	46.085	209	-	-	46.294
Instalações	10 anos	7.637	-	7.637	14	(95)	85	7.641
Móveis e equipamentos de uso	10 anos	27.692	-	27.692	321	(929)	1.546	28.630
Sistema de comunicação	5 anos	2.156	-	2.156	-	(2)	64	2.218
Sistema de processamento de dados	5 anos	82.467	-	82.467	2.810	(780)	11.078	95.575
Sistema de segurança	10 anos	9.419	-	9.419	-	(61)	685	10.043
Sistema de transporte	5 anos	2.630	-	2.630	99	(676)	77	2.130
Direito de uso de ativos (1)	(2)	-	43.855	43.855	11.051	-	-	54.906
Subtotal	-	195.802	43.855	239.657	28.225	(3.438)	(30)	264.414
Depreciação acumulada	-	(135.063)	-	(135.063)	(33.048)	2.519	30	(165.562)
Total	-	60.739	43.855	104.594	(4.823)	(919)	-	98.852

(1) Inclui contratos de arrendamento mercantil reconhecidos no escopo da norma IFRS 16. A depreciação para os referidos ativos é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

(2) Os prazos dos contratos são de 13 à 118 meses.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e sistema de processamentos de dados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações financeiras e a depreciação do bem é calculada de acordo com a mesma política de depreciação utilizada para ativos similares.

Estudo técnico sobre o mobiliário efetuado pela Administração demonstrou que o valor residual, ou seja, o valor de venda ao final da vida útil é imaterial ou inexistente, visto que são levados a leilão por valores de sucatas ou doados a entidades de caridade.

A Administração entende ser imaterial a redefinição da vida útil estimada dos bens devido ao custo benefício, portanto, a depreciação desses bens está apresentada da seguinte forma: 25 anos para edificações; 5 anos para equipamentos de processamento de dados, sistemas de comunicação e de transporte e de 10 anos para os demais imobilizados de uso.

Nota 13 Ativos intangíveis

	Vida útil	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2019
Licenças de software	5 anos	267.028	28.535	(30.376)	265.187
Amortização acumulada	-	(120.001)	(50.259)	30.235	(140.025)
Total	-	147.027	(21.724)	(141)	125.162

Nota 14 Valor equivalente em Reais de ativos e passivos em moeda estrangeira

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos	8.472	9.442
Disponibilidade em moedas estrangeiras (1)	6.071	5.880
Aplicações em moedas estrangeiras (2)	2.401	3.562
Passivos		9
Obrigações em moeda estrangeira (3)	-	9

(1) Disponibilidades em moedas estrangeiras – moedas estrangeiras, em espécie, depositados nos cofres das agências que operam câmbio e compradas de clientes e/ou do Banco Central (nota 6);

(2) Aplicações em moedas estrangeiras – referem-se a saldo excedente na conta do Banco junto ao Banco do Brasil S.A., na Agência de New York, aplicado automaticamente em overnight e resgatado no dia seguinte (nota 6);

(3) Obrigações em moeda estrangeira – são empréstimos em moedas estrangeiras oriundas de operações de crédito, referente a financiamento de importação e garantia prestada no exterior.

Nota 15 Passivos financeiros ao custo amortizado

a) Valor justo dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos	11.995.328	10.772.510
Dívidas subordinadas	621.661	666.243
Outros passivos financeiros	332.958	379.298
Total	12.949.947	11.818.051

b) Depósitos

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos de instituições financeiras	341.915	527.366
Depósitos à vista	18.628	25.918
Depósitos interfinanceiros	323.169	501.374
Depósito de poupança	118	74
Depósitos de clientes	11.653.413	10.245.144
Pessoa Física e Jurídica	7.986.920	7.334.799
Depósitos à vista	571.747	610.590
Depósitos de poupança	2.049.170	1.859.535
Depósitos a prazo	5.366.003	4.864.674
Depósitos Governo	3.665.247	2.909.268
Depósitos à vista	189.347	322.570
Depósitos de poupança	8.102	8.160
Depósitos a prazo	3.464.671	2.575.362
Obrigações para depósitos específicos e de fundos e programas	3.127	3.176
Outros	1.246	1.077
Total	11.995.328	10.772.510

b.1 Segregação por vencimento

	Sem Vencido	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos à vista	779.722	-	-	-	-	-	779.722	959.078
Depósitos de poupança	2.057.390	-	-	-	-	-	2.057.390	1.867.769
Depósitos interfinanceiros	-	-	323.169	-	-	-	323.169	501.374
Depósitos a prazo	2.148.286	1.529.781	896.967	2.912.609	1.203.656	142.502	8.833.801	7.443.212
Moeda eletrônica – cartão pré-pago	1.246	-	-	-	-	-	1.246	1.077
Total em 31.12.2019	4.986.644	1.529.781	1.220.136	2.912.609	1.203.656	142.502	11.995.328	-
Total em 31.12.2018	4.627.112	1.357.715	1.098.425	2.054.745	1.487.787	146.726	-	10.772.510

c) Dívidas subordinadas

c.1 Resumo

	31.12.2019	31.12.2018
Dívidas subordinada elegível ao capital	39.140	149.140
Outras dívidas subordinadas	582.521	517.103
Total	621.661	666.243

c.2 Segregação por vencimento

Índice	Indexador	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2019	31.12.2018
LFS	CDI 115% a 130%	5.557	-	-	-	-	5.557	39.977
LFS	IPCA 6,7% a 7,2%	11.511	22.072	-	-	-	33.583	109.163
LFSN	CDI 119% a 150%	-	-	140.789	95.141	17.642	253.572	227.959
LFSN	IPCA 4,48% a 8,36%	-	-	323.575	-	5.374	328.949	289.144
Total em 31.12.2019	-	17.068	22.072	464.364	95.141	23.016	621.661	-
Total em 31.12.2018	-	-	113.566	453.812	88.800	10.065	-	666.243

c.3 Dívidas subordinadas elegíveis ao capital

A letra financeira subordinada – LFS/LFSN foi criada pela Medida Provisória n.º 472/2009, posteriormente convertida em Lei n.º 12.249/2010. É um título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, cuja emissão, exclusiva de instituições financeiras, foi regulamentada por meio da Resolução CMN n.º 4.123/2012.

d) Outros passivos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Recurso de aceite, letra imobiliária, hipotecária e créditos similares (1)	204.501	204.240
Obrigações em moeda estrangeira (2)	-	10
Obrigações por repasse do país - instituições oficiais (3)	128.457	175.048
Repasse no país - instituições oficiais - Tesouro Nacional	80	1.355
Repasse no país - instituições oficiais - FCO - Banco do Brasil	23.962	36.310
Repasse no país - instituições oficiais - BNDES	50.946	62.287
Repasse no país - instituições oficiais - Fname	53.469	75.096
Total	332.958	379.298

(1) Os recursos de aceites e títulos são representados por letras hipotecárias emitidas no país, sobre as quais incidem encargos financeiros correspondentes à taxa de referência (TR) mais juros.

(2) As obrigações em moedas estrangeiras estão convertidas para moeda local na data do Balanço e estão apresentados pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

(3) As obrigações por repasses do país – instituições oficiais estão apresentadas pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

Os repasses no país são recursos captados para empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso.

d.1 Obrigações por repasse do país - instituições oficiais

Origem dos Recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	31.12.2019	31.12.2018
Tesouro Nacional	3% a.a.	Polobrasília e Profir/OECF	Outubro de 2025	80	1.355
Banco do Brasil (FCO)	2,94% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento industrial, desenvolvimento do turismo regional, desenvolvimento dos setores de comércio, serviços, rural e infraestrutura econômica	Fevereiro de 2031	23.962	36.310
BNDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/Finem, comércio e serviços e rural	junho de 2030	50.946	62.287
Fname	0,9% a.a. até 7,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola	outubro de 2025	53.469	75.096
Total				128.457	175.048

Nota 16 Provisões

a) Contingências de risco provável

Natureza	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2019
Trabalhistas	63.845	3.026	(13.268)	(5.997)	5.861	53.467

Natureza	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2019
Cíveis	36.244	5.831	(13.234)	(4.273)	4.539	29.107
Subtotal	100.089	8.857	(26.502)	(10.270)	10.400	82.574
Fiscais – CSLL	428.401	55.658	(15.832)	(22.200)	15.451	461.478
INSS – PLR	18.388	-	-	-	35	18.423
Salário Educação	2.390	-	-	-	351	2.741
Cofins	470	-	-	(2.621)	127	(2.024)
PIS	5.486	-	-	-	15	5.501
IRPJ	15.466	-	-	(465)	368	15.369
Outros tributos	334	-	-	(27)	-	307
Subtotal	470.935	55.658	(15.832)	(25.313)	16.347	501.795
Total	571.024	64.515	(42.334)	(35.583)	26.747	584.369

O BRB é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

a.1 - Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços ao Banco.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice TR (taxa referencial) e incidência de juros legais de 1% a.m.

a.2 - Contingências cíveis

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e incidência de juros legais de 1% a.m.

Ações judiciais de poupadores do Plano Collor - Súmula do STF: Em relação às ações judiciais que envolvem a correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança, em especial o Plano Collor. Vale frisar que o BRB aderiu ao acordo firmado entre a Febraban e entidades de defesa de consumidores, homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

a.3 - Obrigações legais (contingências fiscais)

As contingências referem-se, basicamente, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL: O Banco contesta, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. Em razão da inobservância da tese da coisa julgada, o BRB ajuizou a ação anulatória (2006.34.00.001140-3), em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, que visa anular as exações da Receita.

A BRB-DTVM e a Financeira BRB discutiam judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, por meio da ação ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulavam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009 e as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e das respectivas provisões para perdas a Financeira BRB e a BRB-DTVM aguardam levantamento do saldo remanescente.

Salário Educação: A discussão judicial instaurada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE contesta a aplicação de multas em desfavor do BRB em decorrência de supostos atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário Educação, nos autos da ação Anulatória de Débito Fiscal n.º 2003.34.00.043653-3.

IRPJ: Em reavaliação dos processos tributários, especificamente no que tange à autuação oriunda de Termo de Verificação Fiscal, iniciado em 19.12.2007, consoante Mandado de Procedimento Fiscal – MPF nº 01.1.01.00-2007-00666-4, da Receita Federal do Brasil, na parte que trata do IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, decidiu-se pela alteração da probabilidade de perda, alterando-a de possível para provável. O débito é discutido na ação Anulatória nº 74082-94.2015.4.01.3400, em trâmite na 6ª Vara da Seção Judiciária de Brasília, julgada procedente em 09 de 2018. Apesar da procedência, foi mantido provisionamento do valor atualizado.

a.4 - Contingências previdenciárias

Autuações referentes ao INSS: O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A primeira refere-se à majoração de alíquotas e as demais ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo.

INSS – PLR: Outras autuações da Receita Federal do Brasil (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9) são objeto de discussão na esfera administrativa. A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0) refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco.

b) Contingências de risco possível

Natureza	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	97	181.504	108	225.924
Trabalhista	65	9.829	84	16.682
Fiscal	10	136.171	11	129.617
Total	172	327.504	203	372.223

Para as ações promovidas contra o Conglomerado BRB cuja probabilidade de perda está definida como possível não foram constituídas provisões, conforme políticas contábeis descritas na nota 5 VIII(iv).

Os processos de natureza cível promovidos contra o BRB - Múltiplo cuja probabilidade de perda está definida como possível, referem-se a ações envolvendo fraudes, indenizações por falha na prestação de serviços, revisão de cláusulas contratuais, cartões de crédito, falha nos sistemas de automação, inclusão/manutenção indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, descumprimento da Lei da Fila e questões envolvendo o programa Pró-DF, do Governo do Distrito Federal.

Os processos de natureza cível promovidos contra o consolidado cuja probabilidade de perda está definida como possível, envolvem, além dos objetos discutidos no tópico anterior, também ações relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes da cobrança de saldos em atraso

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

por meio de débito em contas, inscrição em órgãos de proteção ao crédito e contrato de financiamento firmado com a Cooperativa de Transporte Coletivo Público do DF (Coopertran).

Ainda nos processos de natureza cível, há ação promovida pela Associação dos Funcionários Aposentados do BRB – AFABRB em face à União (Previc), ao BRB e à Regius tendo por pedidos iniciais a decretação de nulidade da deliberação de Previdência Complementar. Na sentença monocrática, o BRB foi condenado, a ressarcir a Regius, pelas contribuições não vertidas no período de 1º de fevereiro de 1997 a 31 de dezembro de 1997 em referência.

Em 12.02.2014 foi firmado acordo entre a AFABRB, o BRB e a Regius, onde o BRB ressarciu, aproximadamente, R\$ 29.297 ao Plano BD, bem como pagou os honorários sucumbenciais e contratuais ao patrono da AFABRB.

Atualmente, apesar do acordo celebrado, o processo encontra-se em fase de julgamento e, por isso, entende-se como possível a condenação ao Banco dos valores em discussão no processo, até posterior esclarecimento pelo juízo quanto à declaração de quitação e extinção do processo por transação. A estimativa da perda é de R\$ 6.084.

Há, também, processos de natureza trabalhista, com probabilidade de perda definida como possível que envolvem horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas, indenizações decorrentes de acidentes do trabalho, e causas de responsabilidade subsidiária.

Existem, ainda, processos de natureza fiscal com probabilidade de perda possível, relativas a autuações do INSS, originadas de PLR, e da Receita Federal, decorrentes de suposta falta do recolhimento da CSLL/IRPJ.

Nota 17 Outras obrigações (mensuradas ao custo amortizado)

	31.12.2019	31.12.2018
Relações interfinanceiras	492.641	385.044
Pagamentos e recebimentos a liquidar	492.641	385.044
Relações interdependências	1.482	2.982
Recursos em trânsito de terceiros	1.482	2.982
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (1)	41.935	9.901
IOF a recolher	3.906	2.619
Recebimentos de tributos estaduais e municipais	36.502	3.718
Recebimentos do FGTS	1.527	3.564
Sociais e Estatutárias	51.136	24.357
Fiscais e previdenciárias	46.314	54.464
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.528	2.367
Impostos e contribuições sobre salários	30.704	39.943
Outros	13.082	12.154
Negociação de intermediação e valores	5	5
Recursos para destinação específica	44	72
FUNDEF - Recursos disponíveis	42	42
FDR/DF - Fundo de desenvolvimento rural	2	30
Obrigações com câmbio a liquidar	35	-
Provisão para despesas de pessoal encargos e benefícios	84.155	85.564
Férias	82.247	80.489
Licença prêmio	167	156
Abono assiduidade anual	115	83
PLR - participação nos lucros e resultados	-	3.773
Outros	1.626	1.063
Provisão para despesas administrativas	68.200	50.882
Processamento de dados	15	15
Serviços de arrecadação/BRB - conveniência	416	416
Patrocínios	4	20
BRBCard	6.465	4.388
Outros pagamentos	59.937	45.363
Outros	1.363	680
Diversas	276.516	150.704
Cheques administrativos	6.565	10.815
Credores por recursos a liberar	12.502	4.337

Notas Explicativas
 31 de dezembro de 2019

	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações por aquisição de bens e direitos	44.323	341
Obrigações convênios oficiais	14.058	15.676
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	28.219	26.203
Recursos do FGTS para amortizações	1.059	1.178
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.290	1.111
Credores diversos – país	168.500	91.043
Pagamentos a processar	70.241	14.644
Pendências de depósitos	2.932	1.346
MTR - Maestro/Cirrus	4.196	3.921
Fornecedores	6.343	2.354
Transações Visa Electron	2.729	2.248
Obrigações com bandeiras e associados da BRBCard	50.916	34.294
Pendências diversas	3.650	5.411
Pendências de sistemas	4.780	6.070
Outros	22.713	20.755
Passivo atuarial	406.348	443.688
<i>Joint venture Global Payments</i>	<i>1.534</i>	<i>1.496</i>
Total	1.470.345	1.209.159

(1) Trata-se de pagamentos e recebimentos a liquidar, basicamente por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, que são liquidados no mês subsequente.

Nota 18 Receita líquida com juros

a) Receitas com juros e similares

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas com operações de crédito	2.385.089	2.349.225
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	64.312	90.605
Rendas com TVM	192.291	170.038
Receitas de aplicações compulsórias	27.893	27.928
Total	2.669.585	2.637.796

As receitas com juros e similares são rendas de operações de crédito e de aplicações interfinanceiras de liquidez que compõe o resultado efetivo da instituição no período.

b) Despesas com juros e similares

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas depósitos de poupança	(83.973)	(85.302)
Despesas de depósitos a prazo	(293.751)	(293.652)
Despesas de letras financeiras	(74.636)	(88.193)
Despesas de operações compromissadas	(27.205)	(41.452)
Outros	(114.439)	(149.686)
Total	(594.004)	(658.285)

Nota 19 Resultado com tarifas e comissões

a) Receitas de tarifas e comissões

	31.12.2019	31.12.2018
Rendas de administração de fundos	15.161	16.293
Comissões de intercâmbio	59.557	57.318
Comissões de depósitos judiciais	3.854	4.444
Receitas de custódia	1.709	2.274
Rendas de bilhetagem	5.204	-
Rendas de corretagem de seguros	162.018	113.761
Rendas de serviços para pessoa jurídica	71.410	71.711
Rendas de pessoa física	102.442	100.020
Rendas de pacotes de serviços	45.215	48.308
Rendas de serviços prioritários	28.916	27.084
Rendas de serviços diferenciais	26.676	23.110
Rendas de serviços especiais	1.635	1.518
Rendas de outros serviços	452	3.022
Total	421.807	368.843

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2019

b) Despesas com tarifas e comissões

	31.12.2019	31.12.2018
Cadastro	(11.193)	(10.566)
Custódia de Títulos e valores mobiliários	(8.262)	(7.005)
Tarifas bancárias e interbancárias	(3.042)	(3.695)
Outras	(591)	(464)
Total	(23.088)	(21.730)

Nota 20 Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR

	31.12.2019	31.12.2018
Ganhos líquidos com outros ativos e passivos financeiros	6.519	1.622
Lucro com títulos de renda fixa	7.521	9.262
Outras perdas líquidas com ativos e passivos financeiros	(1.002)	(7.640)
Total de ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	6.519	1.622

Nota 21 Resultado de operações de câmbio

	31.12.2019	31.12.2018
Ganhos com operações de câmbio	11.116	7.530
Perdas com operações de câmbio	(7.146)	(2.987)
Total	3.970	4.543

Variação cambial líquida - registra o valor das variações, positivas e negativas, e diferenças de taxas entre compras e vendas apuradas em operações de câmbio (taxas livres).

Nota 22 Outras receitas/despesas operacionais

	31.12.2019	31.12.2018
Outras receitas operacionais	133.549	127.086
Recuperação de encargos e despesas	33.154	20.049
Reversão de provisões operacionais	22.500	30.839
Atualização sobre depósito judicial	25.373	27.197
Ressarcimento de despesas administrativas	6.938	9.459
Atualização de tributos	2.788	1.821
Reversão provisão CSLL	-	6.569
Outras	42.796	31.152
Outras despesas operacionais	(254.353)	(258.583)
Despesas com contingências cíveis, fiscais e outras	(37.532)	(58.048)
Atualização monetária	(25.149)	(30.774)
Despesa de comercialização de cartões	(61.716)	(49.015)
Outras despesas financeiras	(61.871)	(58.629)
Comissão de correspondentes	(19.752)	(21.076)
Precatórios	-	(7.157)
Outras despesas	(48.333)	(33.884)
Resultado não operacional	(2.898)	(26.473)
Resultado na alienação de valores e bens	2.385	1.598
Perdas de capital	(2.067)	(7.526)
Valorização/desvalorização de outros valores e bens	(4.875)	(22.239)
Outras	1.659	1.694
Total	(123.702)	(157.970)

Nota 23 Despesas de pessoal

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas de pessoal - benefícios	(112.448)	(108.471)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(246.639)	(236.164)
Despesas de pessoal - proventos	(534.740)	(485.388)
Despesas de pessoal - treinamento	(2.373)	(2.392)
Despesas de honorários	(10.867)	(12.117)
Despesas com remuneração de estagiários	(7.784)	(7.227)
Despesas com participação no lucro	(73.921)	(42.853)
Total	(988.772)	(894.612)

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2019

Nota 24 Despesas tributárias

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos sobre serviços - ISS	(15.977)	(15.682)
Contribuição ao Cofins	(106.547)	(100.617)
Contribuição ao PIS/Pasep	(18.191)	(16.997)
Outras	(10.059)	(10.248)
Total	(150.774)	(143.544)

Nota 25 Depreciação e amortização

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas de depreciação (1)	(33.001)	(14.044)
Despesas de amortização	(50.306)	(48.889)
Total	(83.307)	(62.933)

(1) O aumento na despesa de depreciação em 2019 refere-se à adoção do IFRS 16.

Nota 26 Outras despesas administrativas

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas água, energia e gás	(10.223)	(9.290)
Despesas de aluguéis (1)	(3.662)	(19.553)
Despesas de comunicações	(6.745)	(6.571)
Despesas manutenção e conservação de bens	(12.568)	(10.725)
Despesas de processamento de dados	(145.756)	(172.294)
Despesas propaganda e publicidade	(36.131)	(24.965)
Despesas de serviços de terceiros	(65.278)	(65.795)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(33.974)	(33.292)
Despesas de serviços técnicos especializados	(17.186)	(9.915)
Despesas de transportes	(4.251)	(5.094)
Despesas com Coligadas e Controladas	(38)	(421)
Outras despesas administrativas	(30.673)	(32.279)
Total	(366.485)	(390.194)

(1) O IFRS 16 modificou a contabilização dos arrendamentos, eliminando as despesas com aluguéis e segregando no resultado e depreciação do ativo de direito de uso (ativos subjacentes) e os juros sobre os arrendamentos.

Nota 27 Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes da tributação	580.210	568.671
Alíquotas vigentes	40%	45%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(232.084)	(255.902)
Efeitos tributários na apuração dos tributos	69.020	11.442
Juros s/ Capital Próprio	34.488	38.422
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(7.911)	(17.925)
Outros Valores (1)	42.443	(9.055)
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	(163.064)	(244.460)
Passivo Fiscal Diferido	(8.571)	(2.843)
Ativo Fiscal Diferido	489	(127.250)
Valor devido de imposto de renda e contribuição social	(154.982)	(114.367)

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva em relação às alíquotas de 40% para 2019 e 45% para 2018, demonstrada; (ii) as deduções incentivadas.

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2019
Provisão para ajuste ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes	211.402	220.373	228.502	203.273
Provisões trabalhistas	25.045	13.601	14.780	23.866
Provisões cíveis	14.108	6.775	8.761	12.122
Provisões fiscais	10.922	1.169	543	11.548
Provisão sobre precatório do DER	3.161	-	3.161	-
Provisão para perdas com FCVS	21.195	4.558	-	25.753

	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2019
Provisão para programa de desligamento voluntário e indenizado	-	28.927	28.927	-
Desvalorização de títulos livres	23.534	1.287	11	24.810
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.220	14.775	11.973	13.022
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.224	1.153	1.383	2.994
Previdência complementar	163.121	52.183	32.447	182.857
Outras	15.908	38.942	35.528	19.322
Total Diferenças Intertemporais	501.840	383.743	366.016	519.567
Prejuízo Fiscal do IRPJ	13.127	5.266	15.912	2.481
Base Negativa da CSLL	8.160	4.339	11.101	1.398
Total	523.127	393.348	393.029	523.446

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Estimativa de realização do crédito tributário	Diferenças Intertemporais	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Total
2020	175.514	2.481	1.398	179.393
2021	50.838	-	-	50.838
2022	45.569	-	-	45.569
2023	55.969	-	-	55.969
2024	65.617	-	-	65.617
2025 a 2029	126.060	-	-	126.060
Total	519.567	2.481	1.398	523.446

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

d) Passivo fiscal

	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2019
TVM	1.663	2.244	2.012	1.895
Diferenças Intertemporais	36.551	10.491	2.093	44.949
Total	38.214	12.735	4.105	46.844

Nota 28 Segmentos operacionais

Para fins de apresentação considera-se como componente de uma entidade, conforme IFRS 8, um segmento operacional:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas;
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras operacionais estejam disponíveis.

O Conglomerado BRB considera como segmento operacional a natureza do ambiente observando sua atuação no mercado e com base na avaliação de desempenho e tomada de decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

As operações ativas e passivas e os resultados do Conglomerado BRB estão concentrados na região geoeconômica do Distrito Federal, assim a Administração não apresenta nesse relatório a segregação dos ativos, dos passivos e do resultado de acordo a região geográfica.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: intermediação financeira banco múltiplo e financeira, administração de recursos de terceiros e seguros e ativos e operadora de cartões de crédito.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

a) Intermediação financeira

Compreende o resultado mais significativo, com grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição.

b) Gestão de recursos de terceiros

Opera com os serviços de aplicação de recursos, de custódia de títulos e valores mobiliários e de administração de fundos.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação de serviços de administração e a custódia de títulos e valores mobiliários.

c) Seguros e serviços

Opera com corretagem e administração de carteiras de seguros de veículos, de residências, de vida entre outros. A Serviços tem como objeto títulos de capitalização, cobrança, gestão e securitização de ativos, financeiros ou não, de bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedade de crédito imobiliário, sociedade de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamentos e investimentos, caixas econômicas, administradoras de cartão de crédito, de créditos da Fazenda Pública, Federal, Estaduais ou Distrital, serviços de Atendimento a Clientes - SAC, Teleatendimento, Telemarketing, Call Center e Consultoria no Desenvolvimento de Sistemas de Informática.

a) Meios de pagamentos

Compreende a administração e comercialização de cartões de crédito. Oferece soluções financeiras, corporativos, institucionais e investidores privados possibilitando transações globais e trazendo inovações ao processo de pagamentos, tornando as operações comerciais mais rápidas, mais seguras e mais valiosas a todos os participantes.

b) Demonstração do resultado por segmento operacional

2019								2018
	Intermediação financeira		Gestão de recursos de terceiros	Seguros	Meios de pagamentos	Eliminações	Total	
	Banco múltiplo	Financeira						
Receita líquida de juros	1.708.421	216.248	2.458	7.985	102.693	37.776	2.075.581	1.979.511
Resultado com tarifas	164.674	(201)	16.738	184.285	69.979	(36.756)	398.719	347.113
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	2.249	4	1.045	297	4.273	(1.349)	6.519	1.622
Provisão para perdas de crédito esperadas	(83.737)	(37.966)	(58)	-	(14.937)	(54.841)	(191.539)	(114.865)
Resultado de operações de câmbio	3.970	-	-	-	-	-	3.970	4.543
Outras receita e despesas operacionais	(6.079)	(21.215)	1.257	(1.673)	(72.793)	(23.199)	(123.702)	(157.970)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	1.789.498	156.870	21.440	190.894	89.215	(78.369)	2.169.548	2.059.954
Despesas Operacionais	(1.287.506)	(40.233)	(18.089)	(89.518)	(3.134)	(150.858)	(1.589.338)	(1.491.283)
Resultado antes da tributação	501.992	116.637	3.351	101.376	86.081	(229.227)	580.210	568.671
Imposto de renda e contribuição social	(83.156)	(46.820)	(1.231)	(31.109)	(22.519)	21.771	(163.064)	(244.460)
LUCRO LÍQUIDO	418.836	69.817	2.120	70.267	63.562	(207.456)	417.146	324.211

c) Saldos dos ativos e passivos por segmento operacional

2019								2018
	Intermediação financeira		Gestão de recursos de terceiros	Seguros	Meios de pagamentos	Eliminações	Total	
	Banco múltiplo	Financeira						
Caixa e equivalentes de caixa	1.699.929	1.071	17.701	5.002	2.764	(1.163.832)	562.635	894.017
Reservas no Bacen	513.635	-	-	-	-	-	513.635	507.707
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	109.128	-	-	-	-	(1)	109.127	102.666
Ativos financeiros ao custo amortizado	11.769.926	1.416.748	25.975	166.181	345.166	187.430	13.911.426	11.876.333
Créditos tributários	523.026	38.492	11.449	-	29.645	(25.633)	576.979	594.080
Outros ativos	1.802.278	3.545	6.221	31.186	732.891	(1.415.188)	1.160.933	1.126.293
Ativos tangíveis	51.494	6	7	4.737	6.470	36.138	98.852	60.739
Ativos intangíveis	120.397	-	-	3.056	1.709	-	125.162	147.027
Total do Ativo	16.589.813	1.459.862	61.353	210.162	1.118.645	(2.381.086)	17.058.749	15.308.862
Passivos financeiros ao custo amortizado	12.775.901	1.129.598	-	-	1.247	(956.799)	12.949.947	11.818.051
Provisões	574.716	3.035	3.693	-	2.925	-	584.369	571.024
Passivos fiscais	74.070	49.789	1.300	-	15.095	2	140.256	110.450
Outras obrigações	1.427.801	61.890	4.505	73.182	531.911	(628.944)	1.470.345	1.209.159
Patrimônio Líquido	1.737.325	215.550	51.855	136.980	567.467	(795.345)	1.913.832	1.600.178
Total do Passivo	16.589.813	1.459.862	61.353	210.162	1.118.645	(2.381.086)	17.058.749	15.308.862

Nota 29 Patrimônio líquido

	31.12.2019	31.12.2018
Capital social	900.000	900.000
Reservas de lucro	1.004.041	755.682
Outros resultados abrangentes	(162.674)	(206.852)
Patrimônio Líquido	1.741.367	1.448.830

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 36.304.650 ações nominativas, sem valor nominal, distribuídas em 28.014.650 ações ordinárias com direito a voto e 8.290.000 ações preferenciais sem direito a voto. As ações preferenciais têm direito a pelo menos 10% (dez por cento) a mais de dividendos em relação às ações ordinárias.

Não houve movimentação de ações em circulação.

b) Reservas

- Reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal (-), limitado a 20% (vinte por cento) do Capital Social.
- Reserva para equalização de dividendos: será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do Capital Social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:
 - Equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976;
 - Equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
 - Decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.
- Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela

parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do Capital Social.

c) Dividendos

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976 os acionistas têm direito a receber, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em BRGAAP de cada exercício a título de dividendos. As ações preferenciais têm direito ao recebimento de dividendos, por ação ordinária, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à cada ação ordinária.

d) Dividendos/juros sobre Capital Próprio Líquido por ação

Classes	Qtde. Ações	31.12.2019		31.12.2018	
		Dividendos/Lote mil ações	Total	Dividendos/Lote mil ações	Total
Ações ordinárias	28.014.650	2,7157	76.079	2,300836	64.457
Ações preferenciais	8.290.000	2,9872	24.764	2,530920	20.982
Total de ações	36.304.650	-	100.843	-	85.439

O valor dos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 foi de R\$ 100.843 (R\$ 85.439 em 2018), calculado com base na Lei n.º 9.249/1995 proporcionou uma redução na despesa do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de aproximadamente R\$ 40.337 (R\$ 38.447 em 2018) e encontra-se registrado na rubrica "Sociais e Estatutárias".

e) Lucro Líquido por ação

31.12.2019		31.12.2018	
Composição acionária	R\$/Lt. mil	Composição acionária	R\$/Lt. mil
36.304.650	9,52131	36.304.650	8,466790

O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação dada a ausência de potenciais diluidores.

Nota 30 Gerenciamento de riscos financeiros (informações não auditadas)

I – Gestão corporativa

A governança corporativa da Instituição, pautada nas melhores práticas de mercado, gerencia os seus riscos institucionais e o capital por meio de decisões colegiadas, amparadas em Comitês Executivos específicos, que se reportam à Alta Administração e possuem abrangência sobre todas as empresas subsidiárias integrais do BRB.

1. Comitê de Gerenciamento dos Riscos de Liquidez e Mercado (COMRL): Coordenado pelo Superintendente de Risco Institucional. Sua responsabilidade principal é supervisionar a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos riscos de mercado e de liquidez.
2. Comitê de Planejamento de Capital (COMPC): Coordenado pelo Superintendente de Risco Institucional. Sua responsabilidade principal é supervisionar o gerenciamento de capital e o Plano de Capital do Conglomerado BRB.
3. Comitê de Risco de Crédito (COMRC): Coordenado pelo Superintendente de Risco Institucional. Tem por objetivo apoiar a Alta Administração no processo decisório das matérias pertinentes ao Risco de Crédito. Avalia e monitora volume das carteiras, modelos e indicadores de gestão, além de aprovar manuais, critérios e parâmetros relacionados ao crédito e risco de crédito.
4. Comitê de Risco Operacional e de Controles Internos (COMRO): Coordenado pelo Superintendente de Controladoria e Controle Interno. Tem como objetivo zelar e fazer cumprir as estratégias para a gestão dos riscos operacional, reputacional e de imagem, socioambiental, controles internos e da conformidade, bem como prestar apoio à gestão dos negócios por meio da avaliação e do monitoramento dos riscos e dos controles.

II – Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional do gerenciamento do risco do Conglomerado Prudencial BRB, segregada das unidades de negociação e de auditoria interna, é compatível com a exposição ao risco das suas operações e composta por Comitês Executivos que subsidiam a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas.

O BRB conta com estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza e a complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A Superintendência de Risco Institucional – Suris, vinculada diretamente à Diretoria de Risco e Controladoria do Banco de Brasília S.A., atua na identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos financeiros e não financeiros, inclusive daqueles associados às empresas integrantes do Conglomerado Prudencial do BRB. As gerências que compõem a Suris atuam na gestão dos riscos operacional, socioambiental, reputacional e de imagem, de mercado, de liquidez e de crédito, e ainda no gerenciamento do capital. É feito o monitoramento dos riscos inerentes aos negócios da organização e a apuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos identificados, de forma a atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e subsidiar a definição das estratégias da instituição. São considerados também os riscos relacionados a serviços terceirizados e as ações necessárias para a aculturação do corpo funcional em relação à prevenção dos riscos geridos, com o intuito de minimizar prejuízos financeiros e de imagem ao BRB.

O organograma e o detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de Relações com Investidores do BRB através do link:

<http://ri.brb.com.br/governanca-corporativa/relatorio-de-gestao-de-risco/>

III – Gerenciamento de riscos

1. Risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento do risco de crédito no Conglomerado Prudencial BRB visa manter a qualidade das carteiras em níveis compatíveis com o apetite a risco da Instituição, a natureza das suas operações e as características do seu portfólio de produtos. Esse processo é constituído por diversas atividades, das quais destacamos:

- Elaboração e apresentação ao Comitê de Risco de Crédito – COMRC de relatórios gerenciais contendo análises acerca das carteiras de crédito do Conglomerado Prudencial BRB, inferindo sobre a qualidade e evolução dos níveis de crédito concedido, inadimplência e provisão, o monitoramento da recuperação, do prejuízo, bem como a composição dos maiores devedores e as concentrações por setor econômico;
- Acompanhamento da evolução das exposições ao risco de crédito pelo Comitê de Risco de Mercado e Liquidez e de Gerenciamento de Capital - COMRM, propondo medidas para redução e mitigação do risco de crédito, buscando o equilíbrio do Índice de Basileia da Instituição;
- Utilização de modelos internos de *Credit Scoring* para classificação do risco das operações de crédito que utiliza regressões logísticas binomiais, sendo os menores escores atribuídos às operações de maior probabilidade de descumprimento e os maiores escores às operações de menor probabilidade de descumprimento. Esses escores são convertidos nas classificações de

provisão estipuladas pela Resolução CMN nº 2.682/1999 a partir da sua distribuição em função da expectativa de inadimplência do produto ou carteira.

- Também são utilizados modelos estatísticos para a classificação dos clientes pessoas físicas e jurídicas. Esses modelos classificam os clientes em quatro níveis de risco, quando pessoa física, e em nove níveis de risco, quando pessoa jurídica e definem os respectivos limites de crédito global desses grupos;
- Atribuição de três limites de risco ao valor da exposição do cliente, o Limite de Crédito Global – LCG, o Limite de Crédito por Modalidade – LCM e o Limite de Crédito por Produto – LCP. O LCG tem por objetivo determinar o máximo valor de exposição ou risco que o Banco deseja correr com determinado cliente. O LCM determina o valor máximo de exposição ou risco por modalidade (Parcelado, Rotativo e Antecipação) que o Banco deseja correr com determinado cliente. E o LCP visa estipular o limite máximo de crédito em função das características negociais do produto;
- Acompanhamento do histórico de prejuízo das operações de crédito e das recuperações de crédito. O prejuízo e as recuperações são monitorados mensalmente por carteira e de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial BRB. Os dados são divulgados por meio de relatórios gerenciais que são submetidos à apreciação mensal do Comitê de Risco de Crédito – COMRC;
- Acompanhamento dos limites de risco de crédito definidos pelo Comitê de Risco de Crédito – COMRC;
- Análise de todos os produtos em criação no âmbito do Conglomerado BRB, verificando o impacto no risco de crédito, tanto do ponto de vista dos limites internos definidos quanto da alocação de capital;
- Análise e discussão das alterações da modelagem para constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa no Comitê de Risco de Crédito – COMRC;
- Mensuração adequada do risco de crédito de contraparte advindo de instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros complexos;
- Estimação das perdas associadas ao risco de crédito e realização de backtesting para comparação, por safra, dos valores estimados das perdas (perdas prováveis) com as perdas efetivamente observadas.

Os modelos utilizados no Conglomerado passam por um processo de validação em área diversa da que os desenvolveu, visando garantir a consistência do processo de construção dos modelos, a adequação metodológica de estimação dos parâmetros, bem como avaliar a integridade e consistência dos dados utilizados no processo.

1.1. Gestão e Apuração do Risco de Crédito

O BRB, com vocação predominante de Banco de varejo, em dezembro de 2019, apresentou a seguinte composição:

Conglomerado Prudencial BRB - Dezembro/19

Total : R\$ 11.051,58

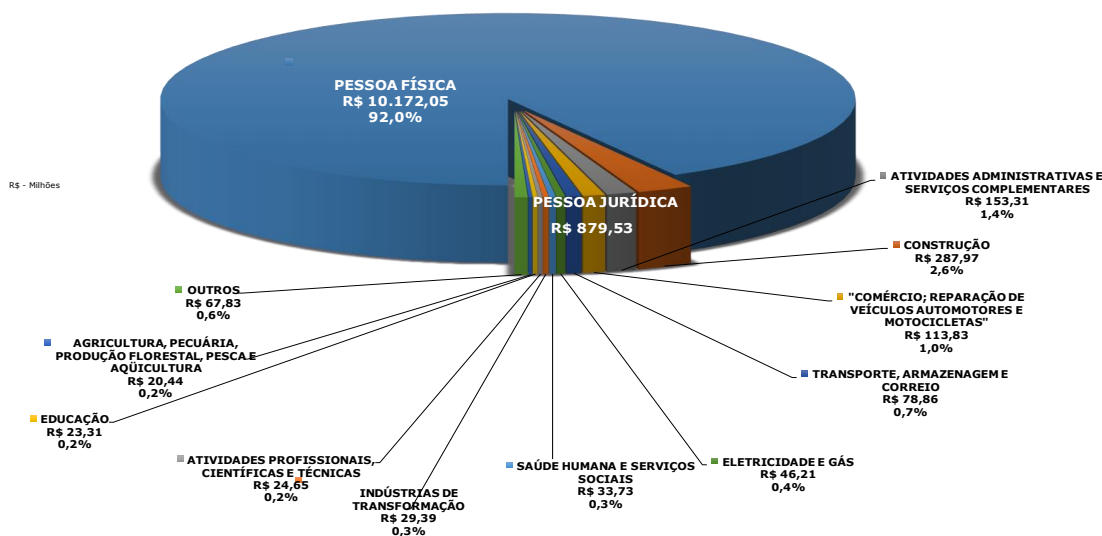


Gráfico 1

Conglomerado Prudencial BRB - Dezembro/18

Total : R\$ 9.084,88

R\$ - Milhões

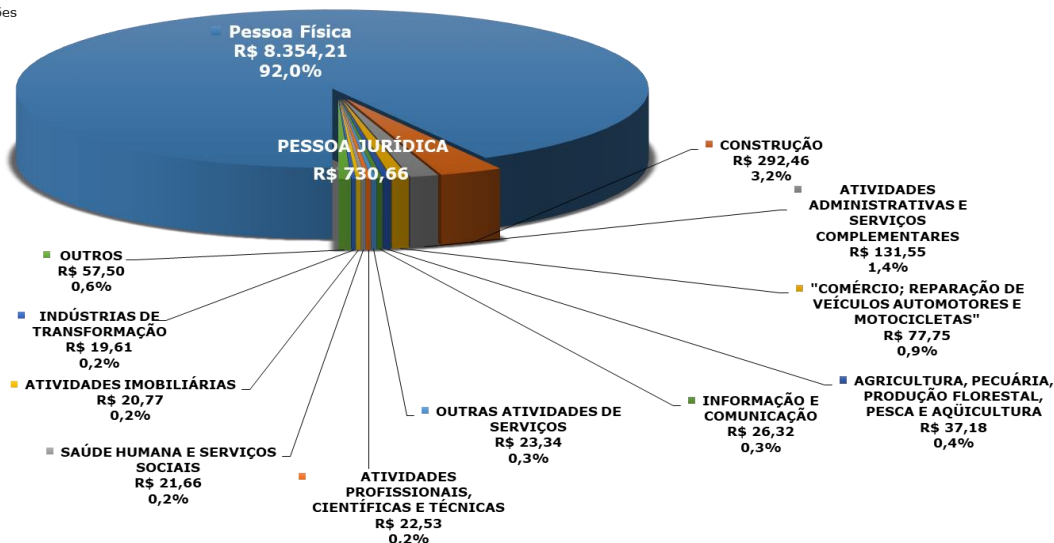


Gráfico 2

Nota-se que o crédito destinado à pessoa física permaneceu representando 92% do estoque de crédito, com crescimento em 12 meses, de aproximadamente R\$ 1,817 milhões, assim como o segmento pessoa jurídica que apresentou crescimento de R\$ 148 milhões.

O produto Crédito Consignado BRB Serv correspondeu a 66,93% (R\$ 4,647 milhões) do total de crédito PF e 42% do crédito do Conglomerado BRB.

1.1.1. Carteiras de Crédito:

As áreas responsáveis pela gestão das carteiras de crédito são a Superintendência de Financiamentos e Empréstimos e a Superintendência de Desenvolvimento, sendo que os principais procedimentos de controle de riscos são gerenciar o desenvolvimento, desempenho e suporte

operacional dos produtos de crédito, por meio de elaboração de manuais e parametrização de sistemas sob sua gestão em conformidade com o Planejamento Estratégico e Política de Crédito do BRB.

Em dezembro de 2019, a carteira comercial era responsável por 68,24% do volume do Conglomerado BRB, com uma variação de 1,71 p.p. em comparação a dezembro de 2018. Crescimento equivalente a R\$ 1,497 milhões.

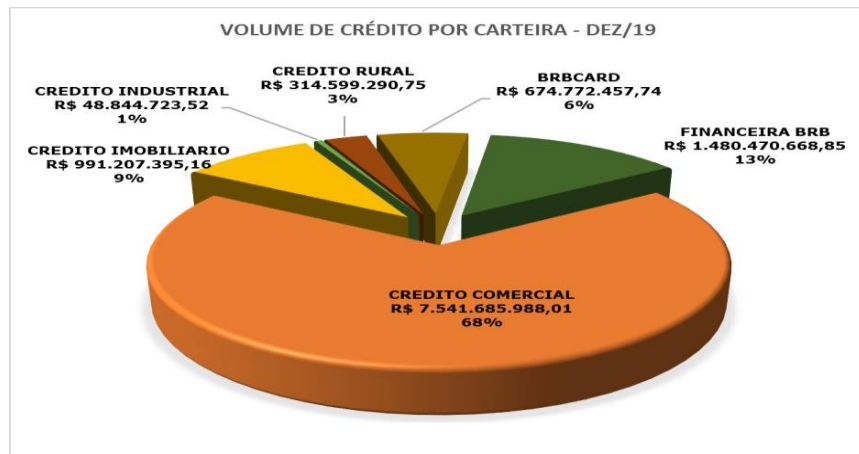


Gráfico 3

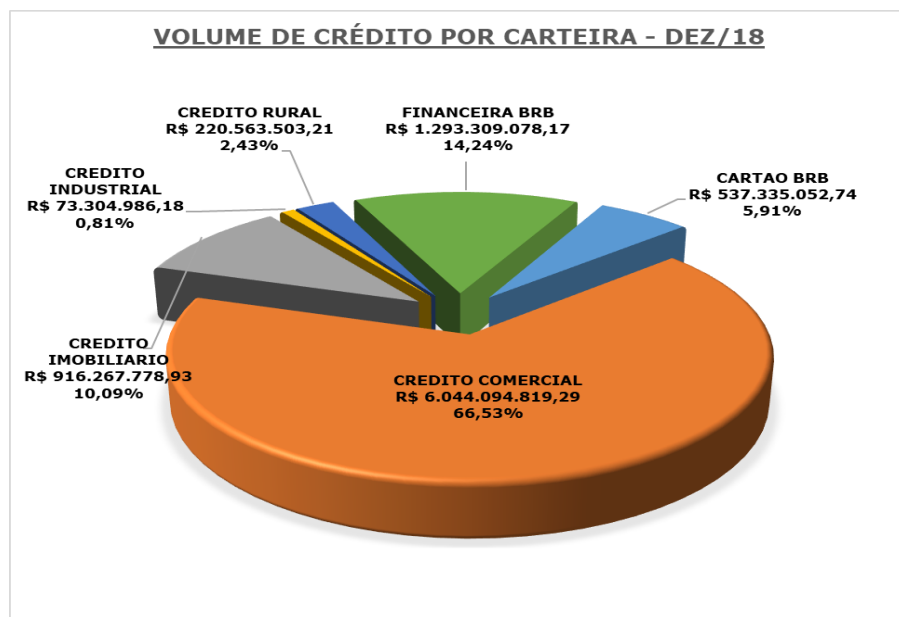


Gráfico 4

No segmento Pessoa Física, os convênios para concessão de empréstimo sob consignação em folha de pagamento são de responsabilidade da Gerência de Pessoa Física, subordinada à Superintendência de Financiamentos e Empréstimos. Consta em contrato que, ocorrendo o descumprimento, por parte do conveniente, de qualquer cláusula ou condição estipulada, assim como irregularidades nos recolhimentos efetuados, a concessão de novos empréstimos estará automaticamente suspensa, ficando o reestabelecimento do convênio a critério do BRB.

Via de regra, quando da análise do crédito solicitado são verificadas, além da situação econômico-financeira do cliente, a necessidade de agregar garantias (fidejussórias ou reais). Sendo assim, as garantias são avaliadas gerencialmente por seu grau de liquidez. Quanto à suficiência, o nível de cobertura dos contratos e carteiras de crédito é controlado automaticamente observando o percentual mínimo ou para cada produto. Os parâmetros estão definidos nos manuais de produtos.

O sistema de garantias tem como objetivo centralizar o cadastramento e manutenção dos dados e informações de todas as garantias em poder do Banco.

O controle das garantias é feito de forma automática e segregada, por meio da Base Única de Contratos, seguindo as seguintes etapas:

- A parametrização das regras é realizada pela Gerência de Controle e Monitoramento de Políticas de Crédito;
- O ponto de atendimento detentor da conta corrente é responsável pelo registro dos bens na base de dados e pela vinculação desses à proposta de negócio;
- A avaliação da garantia fica a cargo da Gerência de Engenharia e Manutenção, unidade totalmente desvinculada da área de negócio;
- A contabilidade é feita de forma integrada com o sistema contábil; e
- Quando da retomada do bem por processo judicial, o cadastramento e controle fica sob responsabilidade da Gerência de Serviços Gerais.

O gerenciamento ocorre por meio de consultas on-line ao sistema e/ou relatórios. A liberação dos recursos está normatizada nos manuais de cada carteira, de forma complementar e alinhada a Política Geral de Crédito e Manual de Gestão de Crédito.

As propostas de negócios PJ com valores iguais ou superiores a R\$20 mil e PF clientes espontâneos com valores iguais ou superiores a R\$10 mil, são formalizadas pela Coordenadoria de Serviços de Retaguarda. O monitoramento e acompanhamento do comportamento dos clientes e das operações de crédito é realizado pela Superintendência de Crédito, no qual desenvolvem também estudos que subsidiam as tomadas de decisão do Comitê de Risco de Crédito.

1.1.2 Carteira Imobiliária

Em dezembro de 2019, representou 8,97% de todo o estoque de crédito do Conglomerado BRB, com redução, em 12 meses, de 1,12 p.p na sua representatividade. Todos os produtos respeitam a seguinte regra interna do Manual de Crédito Imobiliário, "Nos produtos destinados à aquisição e construção de unidades residenciais e comerciais, a operação de financiamento imobiliário, seja enquadrada dentro ou fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH terá como garantia a alienação fiduciária ou hipoteca do imóvel a ser financiado". Dessa forma, os financiamentos imobiliários são garantidos pelo instituto da alienação fiduciária ou pela hipoteca em 1º grau, com a aplicação da Consolidação de Propriedade ou retomado do imóvel em caso de inadimplência (Lei nº 9.514/1997 e Dec. Lei nº 70/1966). Dentro das características de cada produto, há um limite máximo para o valor do imóvel financiado, bem como um limite máximo para concessão do financiamento, respeitando-se um percentual máximo de 80% do valor de avaliação ou da venda do bem, o que for menor, levando-se em conta também o tipo de pessoa, física ou jurídica.

O produto Plano Empresário, representando 11,95% do crédito da carteira Imobiliária, em dezembro de 2019, apresenta características próprias, quais sejam:

Financiamento a empresas do ramo da construção civil para produção de unidades habitacionais ou comerciais, observados os critérios estabelecidos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH, Taxa de Mercado, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, previstos nas legislações vigentes.

São beneficiárias as Pessoas jurídicas, empresas do ramo da construção civil, com experiência comprovada, correntistas do Banco, com cadastro atualizado e completo. As empresas devem, preferencialmente, ser constituídas sob regime de Sociedade de Propósito Específico – SPE – e patrimônio afetado, consoante a Lei nº 10.931/2004.

Internacionais de Contabilidade
Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

O empreendedor deve possuir capacidade econômico-financeira comprovada, compatível com o tipo e o valor do empreendimento, objeto do financiamento, devendo apresentar prova de atuação no ramo da construção civil. Em se tratando de incorporador, é necessária a apresentação de contrato de construção da obra por empreitada, que está sujeito à aprovação do BRB. O limite do financiamento poderá ser de até 80% do valor do custo da obra.

1.1.3 Carteira Comercial

Em dezembro de 2019, na carteira comercial, a mais representativa do Conglomerado BRB (68,24% dos créditos), o segmento Pessoa Física, representou 92,08% de todo o estoque de crédito da carteira, enquanto Pessoa Jurídica, respondeu por 7,92%, conforme tabela abaixo.

Carteira comercial	Volume de Crédito	% Participação
Pessoa Física	6.944.033	92,08
Pessoa Jurídica	597.653	7,92

Tabela 1

Verifica-se que o seu maior produto é o BRB Serv, produto consignado, o qual representou em dezembro de 2019, 66,93% da Carteira, cuja a liberação é realizada mediante averbação em folha de pagamento, de acordo com convênio celebrado entre o órgão conveniente (GDF) e o BRB, e monitorado permanentemente pela área gestora do produto.

Com respeito às garantias, o Manual de Produtos de Crédito da Carteira Comercial prescreve: "Todas as operações devem ser lastreadas por Garantias que assegurem a plena liquidação do principal e dos Encargos financeiros e despesas que o Banco tiver para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório com as preferências estabelecidas na legislação em vigor."

Os empréstimos podem ser lastreados - isolada ou conjuntamente - por Garantias:

- Reais: hipoteca, penhor e alienação fiduciária;
- Pessoais: aval e fiança.

Nas operações de crédito realizadas com Pessoas Jurídicas em que a garantia pessoal for prestada por aval do(s) sócio(s), esta garantia deverá ser de no mínimo dois dos sócios, sendo obrigatória a garantia pessoal do sócio controlador.

1.1.4 Carteira Industrial

A Carteira Industrial representou apenas 0,44% do Conglomerado BRB.

O Crédito Industrial tem por objetivo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social da região. Os recursos para aplicação nas operações do Crédito Industrial classificam-se em:

I – próprios – oriundos das disponibilidades do Banco;

II – de terceiros – originários, por exemplo, de depósitos a prazo, de operações de crédito, assim compreendidas as provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos no País ou no exterior, na forma da legislação e regulamentação vigente; de operações de crédito ou contribuições do Setor Público Federal, Estadual ou Municipal; de operações de repasse realizadas por empresas públicas ou privadas; Fundos Constitucionais; de outras modalidades de captação, desde que autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

O conjunto de orientações essenciais ao desenvolvimento das atividades operacionais está contido no Manual da Carteira de Crédito Industrial.

As garantias, para tais operações, são:

I – reais: hipoteca ou alienação fiduciária, observado o percentual desejável de 130% do financiamento;

II – pessoais: será sempre exigido o aval dos sócios e dos respectivos cônjuges;

III – FAMPE – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas: garantia complementar, conforme normas específicas, administrado pelo Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, que disponibiliza recursos financeiros para lastrear a concessão de aval ou fiança, pelo Sebrae, em operações de crédito contratadas junto ao Banco.

1.1.5 Carteira Rural

As operações de crédito da Carteira Rural representaram 2,85% do Conglomerado BRB.

Na Carteira Rural, segundo o seu Manual, a escolha da garantia é de livre convenção entre o financiado e o Banco, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito, observada a legislação própria de cada tipo.

A garantia de crédito rural pode constituir-se:

I - Penhor agrícola, pecuário, mercantil, florestal e cedular;

II – Alienação fiduciária;

III – Hipoteca comum ou cedular;

IV – Aval ou fiança;

V – Seguro rural ou do amparo ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);

VI - Proteção de preço futuro da commodity agropecuária, inclusive por meio de penhor de direitos, contratual ou cedular;

VII – Outras que o Conselho Monetário Nacional admitir.

A garantia deve constituir-se, preferencialmente, de bens não facilmente perecíveis, de franca comercialização e sujeitos a cotação relativamente firme no mercado. A garantia será integrada, sempre que possível, por bens da mesma espécie, natureza e categoria dos orçados, adquiridos ou realizados com o financiamento e pelos que produzirão rendas para o reembolso do crédito, podendo ser complementada por quaisquer das demais admitidas.

1.1.6 Financeira BRB

A Financeira BRB representou 13,4% do estoque de crédito do Conglomerado BRB. A expansão dessa Carteira baseia-se na prospecção de clientes espontâneos, direcionando negócios para os servidores públicos da Administração direta e indireta, exceto GDF, alcançando, também, o nicho dos servidores públicos federais, por meio do crédito consignado.

Entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, nota-se o crescimento da concentração da carteira no produto CONSIG PUB FINA. O mesmo é concedido mediante consignação em folha de pagamento.

Financeira BRB Produtos	31.12.2018		31.12.2019	
	Crédito (R\$)	%Part. Cred.	Crédito (R\$)	%Part. Cred.
CONSIG PUB FINA	1.227.295	94,90%	1.407.886	95,10%
CONSIG	1.844	0,14%	2.454	0,17%
CPVL	138	0,01%	40	0,00%
CREDITO PESSOAL	3	0,0003%	-	0,00%

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Financeira BRB	31.12.2018		31.12.2019	
Produtos	Crédito (R\$)	%Part. Cred.	Crédito (R\$)	%Part. Cred.
CREDTAXI	282	0,02%	167	0,01%
CREDVEICULOS	63.429	4,90%	56.394	3,81%
CDCPJ	318	0,02%	198	0,01%
CONSIG PUB SIAP	-	0,00%	13.009	0,88%
CONS PUB CAMARA	-	0,00%	32	0,00%
GIROBRB	-	0,00%	-	0,00%
Total	1.293.309	100%	1.480.180	100%

Tabela 2

1.2 Exposição máxima ao risco de crédito

a) Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	31.12.2019			31.12.2018
	Estágios			
Ativos financeiros	1º	2º	3º	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.156.283	447.331	402.617	11.006.231
Empréstimos	8.270.158	369.086	384.830	9.024.074
Títulos descontados	22.687	133	422	23.242
Adiantamentos a depositantes	311	55	75	441
Financiamentos	1.361.304	21.916	14.433	1.397.653
Direitos creditórios sem coobrigação	501.823	56.141	2.857	560.821
Títulos e valores mobiliários	3.282.991	-	-	3.282.991
Letras Financeiras do Tesouro	2.617.681	-	-	2.617.681
Títulos de Capitalização	67	-	-	67
Letras do Tesouro Nacional	285.531	-	-	285.531
CDB	18.318	-	-	18.318
NTN - Notas do Tesouro Nacional	346.443	-	-	346.443
CVS - Títulos Públicos Federais	11.571	-	-	11.571
MOP - Títulos Caucionados	3.380	-	-	3.380
Empréstimos e Adiantamentos a instituições financeiras	10.065	-	-	10.065
Total ativos financeiros ao custo amortizado	13.449.339	447.331	402.617	14.299.287
Operações Off-Balance	1.507.808	56.543	7.555	1.571.906
Limite contratado e não utilizado	1.507.808	56.543	7.555	1.571.906
Exposição Total	14.957.147	503.874	410.172	15.871.193
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(92.261)	(72.209)	(292.152)	(456.622)
(=) Exposição líquida	14.864.886	431.665	118.020	15.414.571

b) Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

Ativos financeiros ao VJR	31.12.2019	31.12.2018
Ações de Companhias Abertas	4.937	3.798
FII – Banrisul Novas Fronteiras	11.544	11.352
FIR – Santos Virtual	502	435
Fundo de Investimento da Amazônia	61	64
Funcine	4.154	5.716
FIP – Criatec II	4.988	4.327
FII - SIA corporate	2.522	2.489
Fundo FI RF Longo Prazo	80.420	74.485
Total	109.128	102.666

O Banco estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

a) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Banco (nota 5).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Banco considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Banco as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Banco considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais em Estágio 3 (Ativo Problemático), ou seja, que ocorre um evento de "cura" quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 3 meses, e considera-se que o instrumento não está mais em Estágio 2 (Aumento Significativo do Risco) quando a contraparte não apresenta mais atrasos por 9 meses consecutivos para crédito consignado, 8 meses para crédito não consignado Pessoa Física e 5 meses para Pessoa Jurídica. Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após a cura.

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*)

O Banco possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score*.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

2019				
Modalidade	Rating			
	1	2	3	4
PF Consignado	0,3%	1,1%	2,8%	6,5%
PF Parcelado Consignado	0,7%	3,5%	9,9%	17,0%
PJ Parcelado	3,7%	11,0%	22,4%	32,4%
PF Rotativo	0,1%	0,3%	0,5%	1,5%
PJ Rotativo	0,5%	0,8%	1,6%	4,3%

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, Operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Banco.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O Banco considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento for entre 5% e 20%.
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e
- O Banco considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 5, o Banco calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (crédito pessoal, crédito pessoal consignado e rotativo);
- Tipo de cliente; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

2 Risco de Mercado, IRRBB e Risco de Liquidez

2.1 Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB

A Resolução CMN nº 4.557, de 23.02.2017, define o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela Instituição. Esse risco abrange a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 também determina que os bancos gerenciem o risco de variação das taxas de juros para as operações da carteira bancária (*Interest Rate Risk in the Banking Book – IRRBB*) ao qual estejam expostos. Tal norma conceitua o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

A carteira de negociação é formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade. Os instrumentos detidos com intenção de negociação são aqueles destinados à revenda, à obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragem. A carteira bancária é composta por todas as demais posições não incluídas na carteira de negociação.

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, o BRB conta com uma Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital revisada anualmente após aprovação nas instâncias competentes e no Conselho de Administração. Esse documento define as diretrizes e as estratégias de atuação na gestão do risco de mercado e do IRRBB. Além da Política, o Banco dispõe de outras normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB, como a Política de Captação e Aplicação do Conglomerado BRB e o Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB.

O processo de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB envolve diversas áreas. No entanto, a mensuração e o controle desse risco são realizados de maneira centralizada e independente. O processo é aprovado pelas instâncias competentes – chegando ao Conselho de Administração – e é revisado, no mínimo, anualmente.

A mensuração e o controle do risco de mercado e do IRRBB são feitos por meio de ferramentas como *Value at Risk* (VaR), Teste de Estresse, Análise de Sensibilidade e *Backtesting*, além de limites de risco para as carteiras de negociação e bancária. O uso combinado de diversas ferramentas garante a captura de um número maior de cenários e situações, tornando o gerenciamento de risco mais efetivo. Para efeito de gerenciamento de risco, as operações são segregadas em duas carteiras: negociação e bancária.

A carteira de negociação é formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade. Os instrumentos detidos com intenção de negociação são aqueles destinados à revenda, obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. A carteira bancária é composta por todas as demais posições não incluídas na carteira de negociação. Tem como princípios gerais a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A seguir, apresentamos as posições, por fator de risco, das carteiras de negociação e bancária em 31.12.2019:

Fator de risco	Negociação	Bancária
Taxas de Juros	-	5.158
Inflação	-	(604)

Notas Explicativas
 31 de dezembro de 2019

Fator de risco	Negociação	Bancária
Renda variável	-	10
Câmbio	4	3
Sem risco de mercado	-	(589)
Total	4	3.978

Fonte: Suris/Gelim

2.2 Metodologias aplicada na gestão de risco de mercado

Valor em Risco (VaR)

No Banco de Brasília, o modelo adotado para mensurar e quantificar o risco de mercado é o VaR (*Value at Risk*), o qual sintetiza, sob condições normais de mercado, a maior perda esperada para a carteira da Instituição com base em determinado grau de confiança e dentro de certo período de tempo.

Para tal modelo, foi considerado que os log-retornos da carteira do BRB assumem uma distribuição normal (abordagem paramétrica) com média zero. O VaR deriva diretamente do desvio padrão da carteira com horizonte de tempo de um dia útil (carteira de negociação) e dez dias úteis (carteira bancária), ambos com grau de confiança de 99%. Foi considerado que o book de ações possui risco sistêmico.

O VaR de cada ativo componente da carteira é obtido a partir de sua volatilidade específica, a qual é calculada com base em alisamento exponencial (*Exponentially Weighted Moving Average - EWMA*). O fator de decaimento exponencial (λ) usado é 0,94, valor amplamente utilizado no mercado bancário por ser o mesmo do modelo *RiskMetrics™* (1996).

Value at Risk* (R\$ milhares) – Carteira de Negociação Conglomerado Prudencial BRB	4T2019	3T2019	4T2018
VaR médio no trimestre	35	39	220
VaR mínimo no trimestre	17	26	67
VaR máximo no trimestre	55	68	452

*calculado para o horizonte de tempo de um dia útil e com grau de confiança de 99%.

Para o VaR da carteira de negociação, notou-se que as três métricas analisadas tiveram redução em relação ao trimestre anterior. As reduções das métricas analisadas foram provenientes, principalmente, da diminuição da volatilidade dos retornos logarítmicos das cotações do dólar e do euro, assim como da reclassificação de *trading* para *banking* das exposições cambiais registradas na rubrica 1.1.5.20.00.0000 (depósitos no exterior em moedas estrangeiras), ocorrida a partir de 01.11.2019.

Value at Risk** (R\$ milhões) – Carteira Bancária Conglomerado Prudencial BRB	4T2019	3T2019	4T2018
VaR médio no trimestre	122	124	133
VaR mínimo no trimestre	38	108	101
VaR máximo no trimestre	168	156	168

**calculado para o horizonte de tempo de dez dias úteis e com grau de confiança de 99%.

Para o VaR da carteira bancária, notou-se que, entre o terceiro e o quarto trimestres de 2019, houve uma diminuição do VaR médio de 1,55%. O VaR máximo teve uma elevação de cerca de 7,79%, enquanto que o VaR mínimo teve uma redução de 64,68%. A leve redução do VaR médio no período foi provocada, principalmente, pela incorporação – no cálculo desta medida de risco – das modelagens das opicionalidades comportamentais embutidas nos principais produtos de captação do BRB, as quais alongaram os vencimentos de depósitos judiciais, de poupança e de CDB salário, entre outros produtos, promovendo um maior casamento de prazos entre ativos e passivos do Conglomerado BRB.

2.2 Análise de Sensibilidade

2.3.1 Considerações iniciais

Foi realizada análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, para o Conglomerado BRB. Para realização desta análise, as operações estão segregadas nas carteiras de negociação e bancária (de acordo com a Resoluções CMN nº 4.557/2017).

Em 31.12.2019 o BRB não possuía instrumentos financeiros derivativos em seu portfólio.

2.3.2 Metodologia

Para a análise de sensibilidade, foram considerados três cenários, aplicados às carteiras de negociação e bancária. O cenário I foi desenhado pela área de cenários e projeções da Instituição e reflete maior probabilidade de ocorrência para os próximos três meses, na visão da Instituição, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019. Os cenários II e III foram combinações de resultados adversos para o Conglomerado Prudencial BRB. Para a simulação dos cenários, as curvas de juros, de preços, os índices e as taxas cambiais foram estressados conforme orientações da Instrução CVM nº 475/2008.

Cenário I: As premissas utilizadas com base no cenário econômico – em dezembro de 2019 – foram: Selic a 4,5% a.a. projetada 4,25% a.a.; taxa de câmbio reais/dólar a R\$ 4,03 projetada a R\$ 4,08; taxa de câmbio reais/euro a R\$ 4,53 projetada a R\$ 4,59; Ibovespa a 115.645 pontos projetado a 113.064 pontos; IPCA a 4,31% a.a. projetado a 4,01% a.a.; e IGP-M a 7,32% a.a. projetado a 6,78% a.a.

Cenário II: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário III: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

No quadro abaixo, encontram-se, sintetizados, os resultados para a carteira de negociação:

Exposição Financeira – em R\$			
Fator de Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Renda variável	(1,36)	(15,21)	(30,43)
Câmbio (USD)	46,92	(928,23)	(1.856,46)
Total	45,56	(943,44)	(1.886,89)

Fonte: Suris/Gelim

A seguir estão os resultados para a carteira bancária:

Exposição Financeira – em R\$			
Fator de Risco	Fator de Risco	Fator de Risco	Fator de Risco
Prefixados	64.566,90	(368.103,90)	(708.890,61)
Inflação	1.806,76	(33.736,70)	(70.319,06)
Renda variável	(110,10)	(1.234,25)	(92.468,50)
Total	66.263,56	(403,074,86)	(781.678,17)

Fonte: Suris/Gelim

2.4 Análise de vencimento de ativos e passivos (abertura do prazo de vencimento de ativos e passivos) e demonstração do "GAP de liquidez"

A Gestão de Ativos e Passivos (ALM), cujo escopo abrange apenas as operações com prazo de liquidação superior a 90 dias, avalia o risco de liquidez de longo prazo associado aos descasamentos entre ativos e passivos do Conglomerado BRB com relação a montantes, prazos, indexadores e moedas. Em outras palavras, o ALM é realizado por meio da identificação e da análise dos descasamentos de volume e de prazo entre pagamentos e recebimentos, em cada vencimento de longo prazo no fluxo de caixa da Instituição.

Para a análise de ALM, cuja data-base de referência é o último dia útil de cada mês, utiliza-se o valor financeiro estimado no vencimento (ou na data prevista de liquidação) das principais exposições ativas e passivas do Conglomerado BRB. As informações obtidas compõem o Relatório

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Mensal de Gestão de Ativos e Passivos, que é apresentado ao Comitê de Gerenciamento dos Riscos de Liquidez e Mercado (COMRL).

O estudo de ALM pretende subsidiar a tomada de decisão dos administradores caso sejam necessárias providências em relação aos descasamentos estruturais constatados. As principais ferramentas utilizadas nessa avaliação são: a análise do fluxo de caixa contratado (por ativo e passivo, por indexador e por volume total); a construção e o estudo do fluxo de caixa projetado; a análise do prazo médio dos ativos e dos passivos da Entidade; e a apuração do Índice de Gap, o qual verifica o enquadramento da liquidez de longo prazo da Instituição, cujo limite mínimo é de 1,2. Abaixo, constam os valores do Índice de GAP apurados mensalmente em 2019:

Índice de GAP						
Mês	janeiro-19	fevereiro-19	março-19	abril-19	maio-19	junho-19
Índice de Gap	1,73	1,74	1,48	1,43	1,43	1,44
Mês	julho-19	agosto-19	setembro-19	outubro-19	novembro-19	dezembro-19
Índice de Gap	1,43	1,44	1,42	1,41	1,40	1,43
Limite			Maior que 1,20			

Fonte: Suris/Gelim

A fim de minimizar discrepâncias inerentes a alguns descasamentos que não ocorrem efetivamente na realidade, é feita a análise o fluxo de caixa projetado, o qual é gerado a partir da aplicação de determinadas premissas sobre o fluxo de caixa contratado.

Em dezembro de 2019, a posição líquida do fluxo de caixa totalizou R\$ 7,11 bilhões. Em relação à posição total, verifica-se que os ativos estão concentrados em operações de crédito, enquanto que os passivos estão concentrados em captações via CDB, Poupança e Depósito Judicial. No que se refere a descasamento de indexadores, percebe-se que a maior posição líquida ativa é prefixada, enquanto que as maiores posições líquidas passivas estão atreladas ao CDI/Selic ou a Cupom de TR, refletindo uma característica comum dos agentes de intermediação financeira, que efetuam a captação de recursos de terceiros a uma taxa pós-fixada e emprestam a uma taxa prefixada.

2.5 Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Este risco também pode ser conceituado como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O BRB monitora sistematicamente o risco de liquidez ao qual está exposto e procura manter um estoque de recursos monetários suficientes — constituído preponderantemente por ativos de alta liquidez — para o cumprimento eficiente das obrigações assumidas pela Instituição e por suas Subsidiárias Integrais.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado BRB acompanha, diariamente, a composição dos recursos disponíveis, em cumprimento ao nível mínimo de liquidez, sendo que a gestão é independente e composta por fóruns de discussão sobre o risco de liquidez, quais sejam: Comitê de Gerenciamento dos Riscos de Liquidez e Mercado – COMRL, Diretoria Colegiada – DICOL e Comitê de Riscos – CORIS.

Para a gestão do risco de liquidez de curto prazo, cujo escopo abrange operações com vencimentos em até 90 (noventa) dias, o Banco segue as diretrizes descritas na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, mensura a relação entre os Ativos de Liquidez Imediata — compostos basicamente por títulos públicos federais e operações compromissadas — e a Reserva Mínima de Liquidez (RML), que representa os compromissos de curto prazo da Instituição. O valor da Reserva Mínima de Liquidez é estabelecido mensalmente e calculado diariamente, para acompanhamento. Em caso de necessidade, são executados os procedimentos definidos no Plano de

Contingência para a recuperação dos níveis mínimos aceitáveis de liquidez. O Plano, a Política e os controles adotados atendem ao disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017.

3 Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional busca mitigar a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos. Inclui-se nesse conceito o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

No Banco, são definidas as estratégias, normas, processos e modelos relativos ao gerenciamento do risco operacional, bem como a disseminação das atividades essenciais inerentes à gestão de riscos operacionais, para que sejam executadas pelas dependências do Banco, permitindo que todos os colaboradores contribuam para a mitigação dos riscos e redução de perdas operacionais.

Dentre as ferramentas utilizadas para gestão do risco operacional do BRB, estão o mapeamento de riscos operacionais dos processos críticos; acolhimento e monitoramento das perdas operacionais do Conglomerado BRB; acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos – ICRs; análise dos riscos operacionais na criação e remodelagem de produto e serviços do Conglomerado BRB; e alocação de capital para o risco operacional.

4 Risco Reputacional e de Imagem

O BRB entende o Risco Reputacional e de Imagem como o risco atual ou prospectivo, proveniente da percepção desfavorável da imagem do Banco por seus clientes, acionistas, colaboradores, contrapartes, fornecedores ou órgãos reguladores. Em outras palavras, é o risco decorrente de práticas, eventos ou fatores internos/externos que impactem negativamente a percepção do nome ou da marca da instituição, por qualquer uma das partes relacionadas.

No Banco, a gestão do Risco Reputacional e de Imagem é contemplada pela Gestão Integrada de Riscos - GIR, instituída pela Resolução CMN nº4.557/2017, baseada, também, nos princípios contidos na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, aplicada a toda a Instituição e suas coligadas.

Para a implementação da gestão efetiva desse risco na Instituição, em consonância com os normativos legais e melhores práticas de governança corporativa, são adotados procedimentos como a análise de risco reputacional no mapeamento de processos críticos do BRB e análise obrigatória de possíveis impactos reputacionais e de imagem em todas as propostas submetidas à Alta Administração do Banco, tais como de criação de produtos e serviços, que impactem diretamente clientes e/ou a marca BRB, patrocínios, assinatura de contratos e convênios, etc.

5 Risco Socioambiental

Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos socioambientais, conforme estabelece Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014.

No BRB, conforme diretrizes do Conselho Monetário Nacional, são observados, com foco no risco socioambiental, os princípios da relevância e proporcionalidade, ou seja, o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da Instituição e a compatibilidade da Política de Risco Socioambiental com a complexidade de suas atividades, serviços e produtos.

Para realização da análise de sensibilidade no BRB, são utilizadas as práticas descritas no Guia de Responsabilidade Socioambiental, elaborado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE, com a aplicação de questionário para definição do grau de sensibilidade (Alta, Média ou Baixa) ao risco socioambiental da Instituição.

Internacionais de Contabilidade
Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

O BRB tem baixa sensibilidade ao Risco Socioambiental em razão, em especial, de sua área e nicho de atuação, da alta representatividade de produtos voltados para pessoa física na carteira de crédito, e do reduzido percentual do valor total da carteira de crédito do Banco destinado ao financiamento de atividades de maior risco.

Ademais, para o gerenciamento desse risco, são desenvolvidas atividades como a análise de Risco Socioambiental na criação ou remodelagem de produtos e Serviços, gestão de perdas operacionais relacionadas ao risco socioambiental e acompanhamento de Indicadores Chave de Risco.

Nota 31 Gestão do capital

O BRB - Banco de Brasília S.A. gerencia o seu capital regulamentar pautado nas diretrizes do Acordo de Basileia, adotando a Abordagem Padronizada para o cálculo do capital exigido referente ao risco de crédito e mercado e para o risco operacional utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA).

A partir de 1º de janeiro de 2015 teve início a vigência do Conglomerado Prudencial, conceito tratado na Resolução CMN nº 4.280/2013.

O Patrimônio de Referência – PR, composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II, com as deduções previstas em norma específica, atingiu o montante de R\$ 1,66 bilhão em dezembro de 2019.

Os instrumentos de dívida subordinada do Banco de Brasília S.A. atendem aos requisitos do BACEN e já tiveram sua aprovação homologada como dívida subordinada, passando a integrar o Nível II do Patrimônio de Referência – PR.

Já o Montante dos ativos Ponderados pelo Risco - RWA (somatório das parcelas referentes ao risco de crédito, mercado e operacional), em dezembro de 2019, foi de aproximadamente R\$ 10,23 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia atingiu 16,30%.

	31.12.2019	31.12.2018
Risco de Crédito – Parcela RWACPAD	9.318.818	7.721.201
Risco de Mercado	49.978	61.515
- Risco de Taxa de Juros - Parcela RWAJUR	-	7.746
- Risco de Moeda - Parcela RWACAM	48.727	52.741
- Risco de Commodities - Parcela RWACOM	1.129	908
- Risco de Ações - Parcela RWAACS	122	120
Risco Operacional – Parcela RWAOPAD	864.184	898.082
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	10.232.980	8.680.798
Patrimônio de Referência (PR)	1.667.529	1.298.674
Excesso de Patrimônio em relação ao limite	-	-
Índice de Basileia (*)	16,30%	14,96%

(*) calculado de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil.

Nota 32 Partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado BRB correspondem às empresas do conglomerado, pessoas-chave da Administração, os órgãos, secretarias e entidades do Governo do Distrito Federal – GDF e entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB.

O Conglomerado BRB realiza transações com o seu controlador e partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos, operações compromissadas e operações de certificados de depósitos bancários (CDI). Essas operações, salvo quando indicado o contrário, são efetuadas em condições de mercado.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do governo distrital que mantêm operações bancárias com o Banco, incluindo serviços de arrecadação.

As principais transações estão assim representadas:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo	52.872	2.844
Operações de Crédito	52.872	2.844
Administração indireta (2)	46.206	-
Vinculadas ao funcionalismo (3)	-	10
Pessoal-chave da administração (4)	6.666	2.812
Outros (5)	-	22
Passivo	1.600.292	1.119.750
Depósitos à vista	172.028	312.563
Administração Direta (1)	69.751	218.385
Administração Indireta (2)	101.748	84.510
Vinculadas ao funcionalismo (3)	485	9.639
Pessoal-chave da administração (4)	44	29
Depósitos a prazo	1.382.679	795.785
Administração direta (1)	792.860	555.884
Administração indireta (2)	487.887	165.868
Vinculadas ao funcionalismo (3)	62.978	65.210
Pessoal-chave da administração (4)	38.954	8.823
Outras Obrigações	45.585	11.402
Administração direta (1)	36.028	3.427
Administração indireta (2)	9.557	7.975

- (1) Compreendem a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta;
 (2) Compreendem as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Governo do Distrito Federal;
 (3) Compreendem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada e a BRB Saúde - Caixa de Assistência;
 (4) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes;
 (5) Compreendem Global Payments Serviços de Pagamentos S.A. e Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AE BRB.

As empresas e órgãos públicos da União e do Distrito Federal são isentas das tarifas de produtos e serviços constantes na tabela de tarifas de produtos e serviços bancários, exceto os serviços prestados mediante convênio celebrado entre as partes. Entende-se como convênio os serviços de arrecadação, exemplos: pagamento de tributos da União, Estados e Municípios (Fazenda), consumo de energia elétrica (CEB), água (Caesb), telefonia fixa e móvel e demais convênios.

As empresas coligadas e controladas seguem os trâmites normais dos outros clientes nas cobranças de serviços prestados pelo Banco, não havendo favorecimento, em conformidade com o artigo 245 da lei n.º 6.404/1976.

O Conglomerado BRB não possui nenhum tipo de controle ou influência significativa sobre as entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Governo do Distrito Federal.

A Regius - Sociedade civil de previdência privada é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, instituída pelo BRB, em 1985, com o objetivo de garantir qualidade de vida aos funcionários da instituição financeira que viessem a se aposentar.

A Saúde BRB - Caixa de assistência é uma associação sem fins econômicos instituída para cuidar da saúde e do bem-estar dos beneficiários.

Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AE BRB - é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 17.12.1981, composta majoritariamente por empregados ativos e aposentados do BRB Banco de Brasília S.A., que possui participação acionária no BRB e contribui para o custeio da Saúde BRB através de repasses suplementares com base nos resultados positivos, na proporção das despesas assistenciais líquidas do Plano A-1.

Instituto BRB - é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de natureza jurídica de direito privado, com atividades e funcionamento regulados pelo seu Estatuto.

Foi reativado em 2017 com a missão de buscar modelos sustentáveis que promovam a qualidade de vida em comunidades onde atua o Conglomerado do BRB, além de reunir e formalizar as práticas de responsabilidade social exercidas pelo BRB.

A DF Gestão de Ativos S.A. é uma empresa constituída com base no disposto no Art. 8º da Lei complementar n.º 897, de 18.06.2015, e tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF foi criado há seis anos pela Lei Complementar n.º 769/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, para garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e seus dependentes, com qualidade e eficiência, visando um futuro sustentável para o Distrito Federal e possui 5.996.583 (cinco milhões, novecentas e noventa e seis mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias (ON).

Global Payments Serviços de Pagamentos S.A. – é uma empresa que oferece soluções em tecnologia de meios de pagamento, da qual a BRBCard, empresa do conglomerado BRB, participa com 10% das ações.

a) Transação com partes relacionadas – Coligadas e Controladas

Empresas controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Ativos	31.12.2019		31.12.2018	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Disponibilidades	6.592	-	13.343	-
Empréstimos a instituições financeiras	1.147.174	34.588	1.069.953	35.195
TVM	428.121	13.143	417.775	12.683
Outros ativos	61.233	-	57.890	-
Investimentos	639.766	81.167	525.731	48.090
Intangível	-	-	6.776	(7.132)
Passivos				
Depósitos	1.560.883	47.369	1.493.242	47.882
Depósito à vista	6.592	-	13.343	-
Depósito a prazo	424.693	13.294	414.288	12.811
Depósito interfinanceiro	1.129.598	34.075	1.065.611	35.071
Obrigações operações compromissadas	17.576	514	4.342	125
Outras obrigações	32.572	-	16.056	-

Resultado	31.12.2019		31.12.2018	
Receitas				
Receita de juros		16.600		16.072
Receitas com tarifas e comissões		18.559		18.444
Outras receitas		4.206		10.387
Despesas				
Despesas de juros		(907)		(1.022)
Outras despesas		(38.459)		(36.932)

b) Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada do Banco, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2019 a abril de 2020 foi fixado em R\$ 7.840, mais encargos de R\$ 2.188.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2019

desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta do Diretor-Presidente e Diretores, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 4 anos subsequentes. Existe provisão de R\$ 1.959 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial.

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria:

	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração fixa	5.135	5.615
Remuneração variável	1.557	1.618
Total	6.692	7.233

Nota 33 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A é um dos patrocinadores da Regius - Sociedade civil de previdência privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de previdência complementar instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, nas seguintes modalidades:

- Plano BD-01: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em junho de 1985 e fechado ao ingresso de novos participantes desde fevereiro de 2000. Custeado por contribuições dos participantes ativos e participantes assistidos e pelas contribuições das patrocinadoras (BRB e Regius), que são paritárias as dos participantes. Plano de Custeio: contribuição de 3%, 5% e 12% de acordo com as faixas de renda do salário de contribuição para os participantes ativos; e, contribuição de 15% do benefício para os participantes assistidos.

- Plano CD-02: plano de benefícios previdenciais exclusivo para os participantes ativos do Plano BD-01 na data de sua aprovação, 30.09.2012, estruturado na modalidade de contribuição definida - benefícios temporários, com prazo máximo de recebimento em 48 meses, calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 2% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 2% a 6% do salário de contribuição.

- Plano CV-03: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em março de 2000, com benefícios programados calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos; benefícios de riscos (invalidez e morte) calculado conforme fórmula prevista em regulamento próprio. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 6% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 6% a 8% do salário de contribuição.

- Plano CD-05: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida, instituído em fevereiro de 2017. Tem como base de cálculo o montante constituído pelas

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

contribuições vertidas para o seu custeio e o correspondente retorno líquido dos investimentos, foi elaborado na modalidade Contribuição Definida, um plano individual, financeiro e com benefícios temporários.

Para fins de atendimento à Deliberação CVM n.º 695/2012, o banco efetua o cálculo das obrigações atuariais semestralmente, os valores calculados por atuário externo, para data base de 31 de dezembro de 2019, conforme Relatório Técnico de 20 de janeiro de 2020, estão a seguir sumariados.

a.1 - Valores sumariados

	31.12.2019		31.12.2018	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
Valor presente total das obrigações atuariais	(3.206.647)	(23.873)	(2.750.582)	(21.555)
Valor justo dos ativos do plano	2.800.298	66.541	2.306.894	46.186
Déficit/superávit no exercício	(406.349)	42.668	(443.688)	24.631

	31.12.2019		31.12.2018	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
RMBC	(2.069.730)	(9.577)	(1.412.139)	(8.211)
RMBAC	(1.136.917)	(14.296)	(1.338.443)	(13.344)
Resultado do plano	(3.206.647)	(23.873)	(2.750.582)	(21.555)

a.2 - Principais premissas biométricas

	Plano BD-01	Plano CV-03
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 suavizada em 10%	MI-85

a.3 - Principais premissas econômicas

	31.12.2019	31.12.2018
Taxa real de juros – Plano BD-01	3,08%a.a	4,70%a.a
Taxa real de juros – Plano CV-03	2,87%a.a	4,90%a.a
Taxa estimada de inflação	3,66%a.a	3,96%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) – Plano BD-01	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) – Plano CV-03	2,03%a.a	2,03%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano BD-01	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano CV-03	3,97%a.a	2,50%a.a
Capacidade de benefícios		
BD-01	98,42%	100%
CV-03	98,42%	100%
Capacidade salarial		
BD-01	98,42%	100%
CV-03	98,42%	100%
Índices dos Planos		
BD-01	IPCA	IPCA
CV-03	IPCA	IPCA

a.4 - Quantidade de participantes por plano de benefícios

Participantes	Participantes por Plano - Ativos							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
BRB – Banco de Brasília	511	650	372	478	2.031	2.048	58	49
Regius	4	4	4	4	24	23	5	2
BRBCard	-	-	-	-	81	94	32	27
BRB Seguros	-	-	-	-	57	59	63	51
BRB Saúde	-	-	-	-	-	-	73	67
Total	515	654	376	482	2.193	2.224	231	196

Assistidos por Plano								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
BRB – Banco de Brasília	1.167	1.039	134	68	23	19	-	-
Regius	1	1	1	1	3	3	-	-
BRB Seguros	-	-	-	-	1	1	-	-
Total	1.168	1.040	135	69	27	23	-	-

Pensionistas por Plano								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
BRB – Banco de Brasília	145	138	-	-	-	-	-	-
Regius	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	146	139	-	-	-	-	-	-

a.5 – Alocação por categoria de ativo

Plano BD-01	31.12.2019		31.12.2018	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	1.951.479	87	1.830.395	88
Títulos de renda variável	109.384	5	73.085	4
Investimentos estruturados	(3)	-	470	-
Imóveis	134.943	6	135.152	6
Empréstimos a participantes	36.176	2	38.952	2
Disponibilidades	31	-	4	-
Depósitos judiciais	251	-	307	-
Contingências	(1.081)	-	(747)	-
Total	2.231.180	100	2.077.618	100

O plano BD-01 possui um total de R\$ 205.813 (R\$ 205.942 em 31.12.2018) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-02	31.12.2019		31.12.2018	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	75.118	100	69.266	100
Disponibilidades	9	-	3	-
Total	75.127	100	69.269	100

O plano CD-02 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CV-03	31.12.2019		31.12.2018	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	324.901	61	283.626	92
Títulos de renda variável	35.005	6	6.968	2
Imóveis	633	-	612	-
Empréstimos a participantes	174.602	33	16.369	6
Disponibilidades	33	-	-	-
Contas a receber/a pagar	-	-	27	-
Total	535.174	100	307.602	100

O plano CV-03 possui um total de R\$ 14.642 (R\$ 14.838 em 31.12.2018) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-05	31.12.2019		31.12.2018	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	4.206	94	2.452	100
Títulos de renda variável	282	6	-	-
Disponibilidades	4	-	7	-
Total	4.492	100	2.459	100

O plano CD-05 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2019

a.6 - Conciliação da obrigação atuarial

	BD-01	CV-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2017	2.418.343	11.690
Custos dos juros	218.279	1.098
Custo do serviço corrente	22.119	1.009
Benefícios pagos pelo fundo	(131.302)	(1.647)
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	223.143	9.405
Valor presente da obrigação em 31.12.2018	2.750.582	21.555
Custos dos juros	231.153	1.166
Custo do serviço corrente	21.257	1.001
Reembolso do serviço corrente	(12.524)	-
Benefícios pagos pelo fundo	(135.834)	(1.155)
Contribuição dos participantes ativos	11.425	17.026
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	340.588	(15.720)
Valor presente da obrigação em 31.12.2019	3.206.647	23.873

a.7 - Conciliação de ativos do plano

	BD-01	CV-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2017	2.067.393	37.830
Rendimento esperado dos ativos do plano	186.277	3.553
Contribuições recebidas pelo fundo - participante	11.136	-
Contribuições recebidas pelo fundo - patrocinador	30.748	954
Contribuições extraordinárias - participante	1.995	-
Contribuições extraordinárias - patrocinador	5.467	-
Benefícios pagos pelo fundo	(131.302)	(1.647)
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	135.180	5.496
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2018	2.306.894	46.186
Rendimento esperado dos ativos do plano	196.271	3.829
Contribuições recebidas pelo fundo - participante	11.425	17.026
Contribuições recebidas pelo fundo - patrocinador	32.246	1.012
Contribuições extraordinárias - patrocinador	5.697	16.390
Benefícios pagos pelo fundo	(135.834)	(1.155)
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	383.599	(16.747)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2019	2.800.298	66.541

a.8 - Ganhos e perdas atuariais

	BD-01	CV-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2017	-	-
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre a obrigação	(223.143)	(9.405)
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano	135.180	5.496
Ganhos/perdas atuariais do exercício	(87.963)	(3.909)
Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado	87.963	3.909
Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2018	-	-

	BD-01	CV-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2018	-	-
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre a obrigação	(340.588)	15.720
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano	383.599	(16.747)
Alteração do limite máximo de reconhecimento do passivo oneroso	-	(17.220)
Ganhos/perdas atuariais do exercício	43.011	(18.247)
Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado	43.011	(18.247)
Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2019	-	-

a.9 - Cálculo da obrigação atuarial descoberta

	BD-01	CV-03
Valor presente da obrigação em 31.12.2018	(2.750.582)	(21.555)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2018	2.306.894	46.186
Valor presente da obrigação descoberta	(443.688)	24.631

	BD-01	CV-03
Valor presente da obrigação em 31.12.2019	(3.206.647)	(23.873)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2019	2.800.298	66.541

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2019

Valor presente da obrigação descoberta	(406.349)	42.668
---	------------------	---------------

a.10 - Cálculo da despesa do exercício

	BD-01	CV-03
Custo do serviço corrente	22.119	1.009
Custo dos juros	218.279	1.098
Rendimento esperado dos ativos do plano	(186.277)	3.553
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 31.12.2018	54.121	5.660
Custo do serviço corrente	21.257	1.001
Reembolso do serviço corrente	(12.524)	-
Custo dos juros	231.153	1.166
Rendimento esperado dos ativos do plano	(196.271)	(3.829)
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 31.12.2019	97.736	3.998

a.11 - Movimentação do passivo líquido

	BD-01	CV-03
Passivo/ativo líquido reconhecido em 31.12.2017	350.950	26.140
Despesas do ano	40.990	1.446
Pagamento de contribuições	(36.215)	954
Ganhos/perdas atuariais do ano	87.963	(3.909)
Asset Ceiling (Regra IAS)	-	(24.631)
Passivo/ativo líquido em 31.12.2018	443.688	-
Despesas do ano	43.615	845
Pagamento de contribuições	(37.943)	17.402
Ganhos/perdas atuariais do ano	(43.011)	(18.247)
Passivo/ativo líquido em 31.12.2019	406.349	-

a.12 - Cálculo da despesa estimada para 2020

	BD-01	CV-03
Custo do serviço corrente - líquido	4.120	(15.209)
Custo do serviço corrente - bruto	15.966	1.816
Contribuições dos participantes	(11.846)	(17.025)
Custo dos juros - líquido	26.400	(33)
Juros sobre a obrigação de benefício definido	215.704	1.510
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(189.304)	(4.374)
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento do passivo oneroso	-	2.831
Despesa estimada	30.520	(15.242)

a.13 - Análise de sensibilidade

Os próximos quadros apresentam análises de sensibilidade em relação à taxa de desconto de longo prazo e à tábua de mortalidade geral, em função de essas serem as principais variáveis de determinação das obrigações atuariais dos planos de benefícios. Foram elaborados dois cenários adicionais: a) para a taxa de desconto: variação de +1 p.p. e -1 p.p. em relação à taxa de desconto utilizada como premissa nesta avaliação; e b) para a tábua de mortalidade geral: sem suavização e agravamento de 10% nas taxas de mortalidade.

a.13.1 - Obrigação atuarial com a variação na taxa de desconto de longo prazo

Plano BD-01		Plano CV-03	
Taxa de desconto	Valor da obrigação	Taxa de desconto	Valor da obrigação
Aumento de 1%	3.243.027	Aumento de 1%	33.247
Redução de 1%	3.167.542	Redução de 1%	26.395

Quanto ao reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefício definido BD-01, a administração firmou entendimento de que a quantificação dos montantes encontra-se adequada e fundamentada em laudo atuarial preparado por atuário independente e mensurado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação nº 695/2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nesse contexto, cabe mencionar as ponderações que se seguem:

A obrigação de benefícios de pós-emprego que o BRB está vinculado são regidos por acordos formais concretizados entre a patrocinadora (BRB) e a administradora do plano de benefícios (Regius), os quais são constituídos pelo estatuto da entidade, regulamento do plano de benefícios e convênio de adesão, além da legislação que rege tais acordos formais, que é emanada do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-Previc, respectivamente os órgãos regulador e fiscalizador do regime de previdência complementar brasileiro no tocante às entidades fechadas de previdência complementar, conforme disciplina a Lei Complementar n.º 109/2001. Os benefícios pós-emprego, cuja obrigação o CPC 33 (R1) determina que a empresa contabilize e divulgue, no caso daqueles relativos aos planos de previdência, devem obedecer aos acordos formais entre a empresa e a administradora do plano de benefícios, os quais se compõem de estatutos, regulamentos e convênios de adesão, conforme estabelece a legislação de previdência complementar brasileira, mas também qualquer obrigação construtiva que surja a partir das práticas informais da entidade.

Conforme disciplina o CPC 33 (R1), a contabilização de planos de benefício definido envolve calcular a obrigação atuarial com o benefício pós-emprego, a valor presente, utilizando o método denominado Crédito Unitário Projetado, e deduzir o valor justo dos ativos do plano, resultando em um déficit ou superávit, o qual, se for o caso de superávit, deverá ser ajustado pelo efeito da limitação do teto de ativo.

O plano foi criado em 1985 e, à época, já eram previstas contribuições sobre benefícios. Para que houvesse viabilidade financeira no plano de benefícios, foi necessária a instituição de contribuições sobre os benefícios em percentuais iguais a 10% para a patrocinadora (BRB) e 10% para os assistidos. Inicialmente, já havia a previsão de que não seriam constituídas provisões matemáticas de 100% dos montantes necessários aos pagamentos dos benefícios, sendo previstas contribuições para reduzir a despesa com os benefícios, as quais até hoje compõem o plano de custeio referente ao plano de benefícios.

Desde o início, o plano foi modelado para capitalizar reservas de 80% dos recursos necessários ao financiamento dos benefícios, sendo a parcela restante financiada em regime de caixa, através das contribuições da empresa e do assistido, que são exigíveis mensalmente enquanto o assistido sobreviver. As contribuições sobre benefícios estão previstas em plano de custeio avaliado anualmente de forma atuarial. Não há contrato de dívida relativo às contribuições que o BRB aporta ao plano incidentes sobre os benefícios.

Posteriormente, após aprovação pela direção do BRB, o plano de custeio foi inserido no regulamento inicial do plano de benefícios, no capítulo V, que trata das contribuições, integrando o art. 42 (aposentados) e art. 45 (patrocinadora), sendo que os percentuais iniciais foram ajustados ao longo do tempo de forma a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios e, atualmente, perfazem, de forma geral, 15% para a patrocinadora e 15% para o aposentado, ambos incidentes sobre o valor do benefício pago pela Regius.

A criação de contribuição para o alcance e manutenção do equilíbrio atuarial de planos de benefícios previdenciais de EFPC é permitida pela legislação desde a época em que o plano de benefícios foi constituído, admitindo-se, no cálculo do resultado atuarial do plano que essas contribuições, tanto da patrocinadora quanto dos assistidos, incidentes sobre benefícios sejam utilizadas como redutoras da obrigação atuarial, de forma que o resultado do plano de benefícios – deficitário ou superavitário – já se encontra subtraído, inclusive, das contribuições futuras da patrocinadora incidentes sobre os benefícios dos aposentados.

O procedimento adotado pela Administração se fundamenta no entendimento de que a obrigação atuarial para com os aposentados deve ser líquida das contribuições incidentes sobre ela, conforme permite a legislação das EFPC, e que o método atuarial estabelecido no CPC 33 (R1) não modifica essa obrigação, uma vez que o método é utilizado para o cálculo da reserva matemática constituída pelo participante ativo em função dos anos de serviço que prestou à empresa e, no caso do aposentado, o método atuarial já não é aplicável, pois a reserva matemática necessária ao financiamento do benefício já está constituída.

b) Plano de saúde

O Banco é o principal patrocinador do plano de saúde disponibilizado para seus empregados. O convênio de adesão celebrado entre o BRB - Banco de Brasília e a Saúde BRB - Caixa de Assistência tem o objetivo de assegurar a oferta de cobertura assistencial à saúde dos empregados da Patrocinadora, e dos respectivos dependentes diretos, na condição de Beneficiários. Ele é regulamentado, especialmente, pela Lei n.º 9.656/1998, Resolução Normativa ANS n.º 137/2006 e alterações, pelo Estatuto da Saúde BRB e pelo Regulamento do Plano A-1.

O objeto da Saúde BRB é a instituição e manutenção de planos e programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e promoção do bem-estar de seus Beneficiários, diretamente ou por meio de convênios. Os serviços de saúde são realizados nos prestadores da rede credenciada e na Clínica Saúde BRB, que atua sob o modelo de APS – Atenção Primária à Saúde.

Os Beneficiários abrangem empregados ativos e diretores que mantenham vínculo empregatício e respectivos dependentes, aposentados e pensionistas (sem contribuição patronal) e seus dependentes, além dos avulsos, que são os ex-empregados demitidos sem justa causa, na forma da Lei n.º 9.656/1998, por período mínimo de 6 meses e máximo de 2 anos.

O plano de custeio, determinado no regulamento do Plano A-1, realiza-se nos seguintes percentuais:

- Das associadas BRB - Banco de Brasília, BRB-DTVM e Financeira BRB: contribuição mensal de 4% (quatro por cento), calculada sobre o valor da remuneração bruta do Beneficiário Titular (incluindo horas extras, substituições e décimo-terceiro salário);
- Das associadas AEHRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília; BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.; Cartão BRB S.A.; Regius e Saúde BRB Caixa de Assistência: contribuição mensal de 6% (seis por cento), calculada sobre o valor da remuneração bruta do Beneficiário Titular;
- De todas as Associadas: contribuição mensal no percentual de 1,5% (um e meio por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos Beneficiários titulares; para custear as despesas administrativas do Plano.
- Dos beneficiários, conforme percentuais específicos definidos no regulamento.

c) Participação nos lucros e resultados

Foi assinado o I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2018/2020, que regula a participação dos empregados do Banco BRB, efetivos, contratados em emprego ou cargo em comissão, nos lucros e resultados da instituição, no ano de 2019.

Tendo como referência os percentuais de lucratividade do BRB, conforme tabela abaixo, realiza-se o pagamento de acordo com o Programa.

Percentual de rentabilidade sobre o PL médio do Banco no semestre	Percentual do lucro líquido a ser distribuído a título de PLR
De 0,1% a 14,00%	15,00%
De 14,01% a 19,99%	17,00%
Igual ou maior que 20%	20,00%

O Programa ajustado entre o BRB e as entidades sindicais (I Termo Aditivo ao ACT 2018/2020) é dividido nos seguintes critérios: (a) índice de lucratividade (art. 2º, § 1º, I, Lei n. 10.101/2000) e (b) índice de cumprimento do programa de metas (art. 2º, § 1º, II, Lei n. 10.101/2000).

Conforme o índice de lucratividade, 60% (sessenta por cento) do valor total da premiação será distribuído linearmente entre todos os empregados participantes, ressalvados os casos específicos.

Já em relação ao índice de cumprimento do programa de metas, o valor a ser redistribuído corresponderá a 40% (quarenta por cento) do valor total da premiação, sendo distribuído, exclusivamente, para as unidades que cumpriram as suas metas.

A distribuição por índice de cumprimento do programa de metas será realizada tomando-se por base o valor definido para o salário, considerando-se: o vencimento padrão 1 - VP1 dos cargos da respectiva carreira, para os empregados sem comissão; o valor do somatório do VP1 com a respectiva atividade gratificada, no caso dos empregados com AG; o valor do somatório do VP1 com a respectiva função gratificada, exclusivamente, para os empregados ocupantes das funções de Analista Tecnológico Júnior, Analista Tecnológico Pleno e Analista Tecnológico Sênior; e o valor de referência, nos casos dos empregados com as demais funções gratificadas.

Por fim, o enquadramento dos empregados que participam do Programa de PLR é definido de forma detalhada no I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2018/2020, esclarecendo quanto à participação no Programa de empregados de licença interesse ou especial, cedidos, desligados, afastados e demais casos específicos.

Nota 34 Outras informações

a) Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas relacionados com operações de crédito de órgãos oficiais e consórcio, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária.

	31.12.2019	31.12.2018
Compromissos com garantias prestadas	2.353	2.483

b) Seguros (informação não auditada)

Seguros - O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas, tendo como objeto a prestação dos serviços de seguro ramo incêndio para a cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário de propriedade ou sob a responsabilidade do BRB.

c) Conciliação da diferença entre IFRS e BRGAAP

Conciliação	2019	2018
a) Patrimônio líquido em BR GAAP	1.737.325	1.365.094
b) Ajustes IFRS Acumulados (c+d)	4.042	83.736
c) Em PL	37.733	24.101
Provisão para perdas com operações de crédito	62.186	(31.279)
Provisão para perdas com outros ativos	(169)	(133)
Provisão para perdas com TVM	(3.322)	(12.524)
Carteira de crédito	4.848	32.046
Passivo atuarial - credito tributário	-	14.355
Efeitos tributários sobre diferença de GAAP	(23.312)	19.375
Participação do não controlador	(117)	(33)
Remensuração TVM	(4.840)	4.009
Efeitos tributários sobre remensuração TVM	2.459	(1.715)
d) Em resultado no período	(33.691)	59.635
Provisão para perdas com operações de crédito	(55.871)	93.465
Variação do não controlador	(621)	1.045
Provisão para perdas com TVM	3.317	4.761
Efeitos tributários sobre diferença de GAAP	20.867	(39.561)
Provisão para perdas com outros ativos	(26)	(36)
Carteira de crédito	-	2.303
Remensuração de TVM	(2.261)	(3.903)
Efeito tributário - remensuração de TVM	904	1.561
e) Patrimônio líquido devido após ajustes de IFRS (a+b)	1.741.367	1.448.830

Os ajustes referentes a empréstimos e recebíveis referem-se às perdas com operações de crédito calculadas de acordo com a política contábil e os demais ativos que referem-se a aplicação da política contábil para rubrica "Outros créditos" ajustados em contrapartida de Patrimônio Líquido.

Nota 35 Eventos subsequentes

Impactos do Covid-19 (Coronavírus) nos negócios

A administração está acompanhando os possíveis impactos do Covid-19 em seus negócios, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua rede e canais.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômicos futuros decorrentes da pandemia do Covid-19, que necessitassem ser ajustados ou demonstrados nas demonstrações financeiras. Os possíveis impactos seguirão sendo monitorados.

Membros da Administração

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa (Presidente)
Cristiane Maria Lima Bukowitz
Dario Oswaldo Garcia Júnior
Fabiano Pereira Côrtes
Luiz Carlos Costa Formigari
Marcus Alexandre Flores Manduca
Maria do Socorro Gusmão da Silva

DIRETORIA JURÍCA

Hellen Falcão de Carvalho

CONSELHO FISCAL

André Clemente Lara de Oliveira (Presidente)
Dalmo Jorge Lima Palmeira
Engels Augusto Muniz
Rute de Jesus Caixeta
Kaline Gonzaga Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nelson Antônio de Souza (Presidente)
Arthur Pereira de Castilho Neto
Marcelo Talarico
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Pedro Ferreira Caixeta Júnior
Reinaldo Bush Alves Carneiro
Romes Gonçalves Ribeiro
Rossini Dias de Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Reinaldo Busch Carneiro (Presidente)
Cláudio Lysias de Toledo Pereira
Glauro Alves e Santos

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

Eveline Duarte Calçado
Contadora CRC/DF n.º 027032/O-2
CPF: 007.324.131-84

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa

Presidente, respondendo pela Diretoria Executiva
Financeira e de Relações com Investidores

Cristiane Maria Lima Bukowitz

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas e
Administração

Dario Oswaldo Garcia Júnior

Diretor Executivo de Rede e Canais

Fabiano Pereira Côrtes

Diretor Executivo de Tecnologia

Maria do Socorro Gusmão

Diretora Executiva de Crédito e Clientes

Luiz Carlos Costa Formigari

Diretor Executivo de Serviços e Produtos

Marcus Alexandre Flores Manduca

Diretor Executivo de Riscos e Controladoria

Hellen Falcão de Carvalho

Diretora Jurídica

Eveline Duarte Calçado

Contadora

CRC-DF n.º 027032/O-2

CPF: 007.324.131-84

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS

BRB - Banco de Brasília S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
BRB - Banco de Brasília S.A. e controladas
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do BRB - Banco de Brasília S.A. ("Banco") e controladas, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do BRB - Banco de Brasília S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Operação Circus Maximus

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras consolidadas, em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 29 de janeiro de 2019, a respeito do suposto envolvimento de ex-executivos das empresas do Conglomerado BRB – Banco de Brasília S.A. no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Circus Maximus", a Administração do BRB – Banco de Brasília S.A. ("BRB"), como líder do Conglomerado BRB, adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados, administradores e ex-executivos relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como a operação "Circus Maximus" ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas do BRB – Banco de Brasília S.A. ("BRB"). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 (b) às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante de R\$ 173.143 mil. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, totalizavam R\$ 110.203 mil e a sua efetiva realização dependia da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. O Banco estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não atendiam essas normas e constituiu provisão no valor de R\$ 72.911 mil. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já habilitados e homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 62.940 mil, em 31 de dezembro de 2019, seguia um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos

uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco, considerando a sua natureza, são altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas, necessárias ao bom desempenho de suas operações, conforme divulgado pelo Banco no relatório de administração.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da equipe de tecnologia da informação nos testes dos controles gerais de tecnologia da informação, com ênfase aos processos de gestão de mudanças nas aplicações e concessão de acessos a usuários aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo os controles automatizados desses sistemas.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas aos processos de gestão de acessos e mudanças nas aplicações e sistemas. As deficiências do desenho e da operação dos controles gerais de tecnologia da informação e dos controles aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos de avaliação de controles e procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ambiente de tecnologia da informação do Banco, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os procedimentos de avaliação dos controles que suportam os processos significativos de negócios do Banco e os respectivos registros contábeis das operações.

Provisão para perdas de créditos esperadas

O Banco e suas controladas possuem diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela administração periodicamente no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (impairment). A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigência o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” (IFRS 9) que determina, entre outros assuntos, a alteração no processo de estimativa da provisão para perdas em operações onde exista risco de crédito envolvido, cuja metodologia anterior envolvia a avaliação de provisão considerando as perdas incorridas como base, passando a ser adotada uma metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso considerando as operações onde exista risco de crédito em diferentes estágios. Devido a mudança na regra, a administração do Banco providenciou a revisão e alteração de suas políticas, metodologias e procedimentos internos para captura de informações e dados acerca do risco de crédito em cada operação afim de estimar a perda esperada em operações sujeitas ao risco de crédito. As novas políticas, metodologias e procedimentos implementados determinam, por sua natureza, que sejam utilizadas premissas e julgamentos por parte da administração, as quais incluem, entre outros, a realização de análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, incluindo projeções que englobem fatores externos e internos que possam, de alguma forma, vir a agravar o risco de crédito, bem como o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações, avaliações de garantias aceitas nas operações e de risco de contrapartes.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela administração para a determinação da perda esperada nessas operações, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Em base de testes, verificamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas, a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito,

além da verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada e avaliação das divulgações realizadas pela administração do Banco nas notas explicativas 5 e 10.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Realização dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, o BRB possuía R\$ 523.446 mil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias, contribuição social a compensar e base negativa de contribuição social. Consideramos esse um principal assunto de auditoria em função da análise da realização deste ativo fiscal diferido ser significativa para nosso processo de auditoria devido a magnitude dos montantes registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas altamente subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação às condições econômicas e de mercado e a realização desses créditos.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o envolvimento de especialistas para, (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Como resultado da execução destes procedimentos efetuados sobre a constituição e realização dos créditos tributários do Banco, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotadas pela Administração na apuração e no reconhecimento desses créditos tributários. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa no 27 (b) às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Avaliação da obrigação dos planos de previdência complementar de benefício definido

O Banco é patrocinador de planos de previdência complementar na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. Conforme descrito na nota explicativa no 33 (a.1), em 31 de dezembro de 2019, o saldo do passivo atuarial referente aos planos de previdência complementar do BRB totalizava R\$ 406.349 mil. Consideramos esse principal assunto de auditoria porque para fins de avaliação atuarial, são consideradas pela Administração do Banco premissas e estimativas complexas e altamente subjetivas, tais como taxas de longo prazo, expectativa de vida dos beneficiários e condições de mercado, entre outras. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração do passivo atuarial, bem como no recálculo da obrigação atuarial. Efetuamos também (i) teste de validação das bases de dados para a amostra de itens selecionada; e (ii) recálculo do valor justo dos principais ativos da carteira dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Como resultado de execução destes procedimentos efetuados para avaliação do passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios, metodologias e premissas adotados pela Administração para apuração e reconhecimento do passivo atuarial, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativas no 33 às demonstrações financeiras consolidadas.

Divulgação e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O Banco e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros. Consideramos esse principal assunto de auditoria devido a relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em

andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e suas controladas para 31 de dezembro de 2019 e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram para os processos mais relevantes, teste do cálculo dos valores registrados e divulgados e avaliação dos prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Nós envolvemos nossos profissionais de Impostos na execução desses procedimentos. Analisamos também as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, atuações e discussões das quais o Banco e suas controladas são parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco e suas controladas sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais

O BRB – Banco de Brasília S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o qual emitimos relatório de auditoria, em 19 de fevereiro de 2020, contendo as mesmas ênfases acima sobre créditos com FCVS e a operação Circus Maximus.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 08 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-1RS062793/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL DO BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - Ernst & Young Auditores Independentes, sem ressalvas, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros presentes, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório da Administração, estão adequadamente apresentados e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
Presidente

DALMO JORGE LIMA PALMEIRA
Conselheiro

ENGELS AUGUSTO MUNIZ
Conselheiro

KALINE GONZAGA COSTA
Conselheira

RUTE DE JESUS CAIXETA
Conselheira

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º Semestre de 2019

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento que se reporta diretamente ao Conselho de Administração do BRB - Banco de Brasília S.A., exercendo supervisão sobre todo o Conglomerado Econômico Financeiro BRB, tendo como atribuições principais revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis, zelar pelo cumprimento de exigências legais e regulamentares e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente.

Os gestores do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis pela adoção de todos os procedimentos que garantam a qualidade, a segurança e a integridade das informações que comporão as demonstrações contábeis, inclusive a geração e emissão de relatórios. Os mesmos gestores devem garantir a efetividade dos controles internos, da gestão de riscos, da aplicação das políticas e procedimentos internos, assim como da conformidade das operações com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, que aprova e acompanha a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna. Na realização de seus trabalhos, os auditores internos avaliam com independência a efetividade dos controles internos, da governança e do gerenciamento de riscos na condução dos processos internos pelos gestores do Banco.

A Ernst Young - EY é a empresa de auditoria independente responsável por avaliar a qualidade e a efetividade dos controles internos relevantes para o processo de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, além de atestar a sua adequada condição para demonstrar a posição financeira e patrimonial do Conglomerado BRB, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As análises e avaliações do Comitê basearam-se nas informações recebidas da administração das empresas que compõem o Conglomerado BRB, dos auditores independentes, dos auditores internos, e dos responsáveis pela contabilidade, gerenciamento de riscos e de controles internos e conformidade.

Principais Atividades do COAUD

Para cumprir o seu programa de trabalho, o Comitê promoveu reuniões com gestores de áreas estratégicas, analisou relatórios, documentos internos e externos, informações recebidas sobre assuntos relacionados a controles internos, conformidade, segurança corporativa, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, política de crédito, gestão de riscos e controladoria, contabilidade, tecnologia da informação, ouvidoria e outros temas relevantes do Conglomerado BRB que, de alguma maneira, pudessem impactar as demonstrações contábeis. Nesse processo, concluiu que o sistema de controles internos estava sendo adequado às necessidades e que é objeto de preocupação constante por parte da administração.

O Comitê acompanhou as atividades da Auditoria Interna, analisou relatórios trimestrais e opinou sobre a execução de suas atividades previstas e realizadas no período. Da mesma forma, acompanhou os trabalhos da Auditoria Independente, e ambas se mostraram efetivas e não foram identificadas as ocorrências que pudessem comprometer a sua objetividade e independência. Ao analisar as demonstrações contábeis do Banco individuais e consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o COAUD discutiu com o auditor independente o seu relatório, datado de 19 de fevereiro de 2020, emitido sem ressalva.

No endereço "<http://ri.brb.com.br>" o Comitê de Auditoria disponibiliza canal para recepção de informações acerca de eventual descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as limitações inerentes ao alcance de sua atuação e responsabilidades, concluiu que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas legais e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do BRB - Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2019

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2020.

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO
Presidente

CLAUDIO LYSIAS DE TOLEDO PEREIRA
Membro

GLAUCO ALVES SANTOS
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que:

Revisamos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2019 do BRB - Banco de Brasília S.A e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Em conformidade com o item 38 da OCPC nº 07, afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, foram evidenciadas e que essas informações correspondem às utilizadas pela alta administração na sua gestão.

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Diretor-Presidente, respondendo pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

Luiz Carlos Costa Formigari
Diretor de Serviços e Produtos

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração, respondendo pela Diretoria de Riscos e Controladoria

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Fabiano Pereira Côrtes
Diretor de Tecnologia

Maria do Socorro Gusmão da Silva
Diretora de Crédito e Clientes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que:

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório elaborado pela EY – Ernst & Young Auditores Independentes relativo ao exercício 2019.

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Diretor-Presidente, respondendo pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

Luiz Carlos Costa Formigari
Diretor de Serviços e Produtos

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração, respondendo pela Diretoria de Riscos e Controladoria

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretora de Gestão de Pessoas
Diretor de Rede e Canais

Fabiano Pereira Côrtes
Diretor de Tecnologia

Maria do Socorro Gusmão da Silva
Diretora de Crédito e Clientes